



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Amanda Carvalho Araujo

**Repensando a Economia Política Internacional a partir do Brasil:** as contribuições de  
Maria da Conceição Tavares

Florianópolis

2023

Amanda Carvalho Araujo

**Repensando a Economia Política Internacional a partir do Brasil:** as contribuições de  
Maria da Conceição Tavares

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Sócio-econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Fabio Padua dos Santos, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Araujo, Amanda Carvalho

Repensando a Economia Política Internacional a partir do  
Brasil : as contribuições de Maria da Conceição Tavares /  
Amanda Carvalho Araujo ; orientador, Fabio Padua dos  
Santos, 2023.

98 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Economia Política  
Internacional. 3. Maria da Conceição Tavares. 4. Sistema  
monetário internacional. 5. Dólar e poder. I. Santos, Fabio  
Padua dos. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Amanda Carvalho Araujo

**Repensando a Economia Política Internacional a partir do Brasil:** as contribuições de  
Maria da Conceição Tavares

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora  
composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>a</sup>. Solange Regina Marin, Dr<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jaime Cesar Coelho, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que  
foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim  
e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Fabio Padua dos Santos, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Não poderia deixar de expor aqui meus sinceros agradecimentos ao meu pai e minha mãe. O trabalho duro dos dois permitiu-me ter a liberdade de escolher me dedicar exclusivamente ao ensino superior por quatro anos e meio. Além de todo sacrifício, agradeço o apoio e incentivo. Também agradeço ao meu namorado, Bruno, e a minhas amigas Rafaela, Beatriz e Mariana. Obrigada pelas risadas, pelos incentivos e pela parceria nesses longos anos de estudos.

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos professores do Centro Socioeconômico pelas aulas inspiradoras e estimulantes. Meu desejo de seguir a carreira acadêmica é fruto da dedicação e compromisso de muitos professores com a educação libertadora. Em especial, agradeço o professor Fabio Padua dos Santos, pela paciência e solicitude como meu orientador.

*É tempo de reler os velhos mestres brasileiros e retomar a construção interrompida do país, deixando de ser vítimas da visão de curto prazo e da aceitação da globalização como um fenômeno contra o qual é impossível lutar.*

(Tavares, 1999)

## RESUMO

Historicamente autores brasileiros não são considerados parte do campo da Economia Política Internacional no Brasil. Os autores estadunidenses e britânicos possuem muito mais destaque quando se pensa nessa subárea das Relações Internacionais. Com isso, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o papel e originalidade de Maria da Conceição para as RI no Brasil. Se resgata as contribuições de Maria da Conceição Tavares para a Economia Política Internacional a partir de sua análise sobre a retomada e reafirmação da hegemonia norte-americana através da diplomacia do dólar forte e se constrói uma investigação comparativa entre Tavares e cinco autores de língua inglesa (Charles Kindleberger; Susan Strange; Benjamin Cohen; Barry Eichengreen e Jonathan Kirshner) a partir de seus principais escritos entre as décadas de 1970 e 1990 sobre o sistema monetário internacional e o papel do dólar enquanto instrumentos de poder, pois são esses os temas que dialogam com os escritos de Tavares na mesma época. A partir de um quadro comparativo, se confirma a multidisciplinaridade e o diálogo entre os autores tradicionalmente das RI e Tavares. A conclusão a que se chega é que pensar o desenvolvimento brasileiro implica pensar sobre a posição que o Brasil ocupa no sistema internacional, assim como os mecanismos de coerção que impedem seu desenvolvimento sustentável, por isso Conceição Tavares é um nome de extrema importância tanto para se entender a EPI a partir do Sul como para a formação de um profissional comprometido com a transformação social.

**Palavras-chave:** Economia Política Internacional; Maria da Conceição Tavares; sistema monetário internacional; dólar.

## ABSTRACT

Historically, Brazilian authors have not been considered part of the field of International Political Economy in Brazil. American and British authors are much more prominent when it comes to this sub-area of International Relations. With this in mind, this paper aims to assess the role and originality of Maria da Conceição for IR in Brazil. The contributions made by Maria da Conceição Tavares to International Political Economy are reviewed, based on her analysis of the resumption and reaffirmation of US hegemony through strong dollar diplomacy, and a comparative investigation is carried out between Tavares and five English-language authors (Charles Kindleberger; Susan Strange; Benjamin Cohen; Barry Eichengreen and Jonathan Kirshner) based on their main writings between the 1970s and 1990s on the international monetary system and the role of the dollar as an instrument of power, since these are the themes that dialogued with Tavares' writings at the same time. A comparative framework confirms the multidisciplinary and dialog between traditionally from IR authors and Tavares. The conclusion reached is that thinking about Brazilian development implies thinking about the position Brazil occupies in the international system, as well as the mechanisms of coercion that prevent its sustainable development, which is why Conceição Tavares is an extremely important name both for understanding IPE from the South and for training a professional committed to social transformation.

**Keywords:** International Political Economy; Maria da Conceição Tavares; international monetary system; dollar.

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Sumarização dos principais temas extraídos de Tavares, Kindleberger, Strange, Cohen, Eichengreen e Kirshner..... | 88 |
|---|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|       |   |
|-------|---|
| BIRD  | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| BIS   | Banco de Compensações Internacionais                    |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe     |
| EPI   | Economia Política Internacional                         |
| EUA   | Estados Unidos da América                               |
| FED   | <i>Federal Reserve Bank</i>                             |
| FMI   | Fundo Monetário Internacional                           |
| RI    | Relações Internacionais                                 |
| SMI   | Sistema Monetário Internacional                         |
| TEH   | Teoria da Estabilidade Hegemônica                       |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2. O SURGIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....</b>  | <b>18</b> |
| <b>3. DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E DO<br/>PAPEL DA MOEDA.....</b>                                     | <b>25</b> |
| <b>4. O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E O PAPEL DA MOEDA:<br/>CONSIDERAÇÕES DE CIMA.....</b>                              | <b>29</b> |
| 4.1. CHARLES KINDLEBERGER.....  | 29        |
| 4.2. SUSAN STRANGE.....   | 35        |
| 4.3. BENJAMIN J. COHEN.....   | 42        |
| 4.4. BARRY EICHENGREEN.....   | 47        |
| 4.5. JONATHAN KIRSHNER.....   | 54        |
| <b>5. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES.....</b>   | <b>62</b> |
| 5.1. DO ESGOTAMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL PARA<br>UM NOVO MODELO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS.....           | 63        |
| 5.2. SUPERANDO A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: DOS LIMITES<br>ENDÓGENOS À DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA..... | 67        |
| 5.3. HEGEMONIA E MOEDA: O PODER GEOECONÔMICO COMO LIMITADOR DE<br>CRESCIMENTO ENDÓGENO.....                                 | 71        |
| 5.3.1. A retomada da hegemonia norte-americana.....   | 72        |
| 5.3.2. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana.....  | 76        |
| <b>6. AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES PARA A<br/>ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....</b>                    | <b>80</b> |
| <b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>91</b> |
| REFERÊNCIAS.....  | 93        |

## 1. INTRODUÇÃO

A Economia Política Internacional enquanto subárea das Relações Internacionais conta com grande influência de atores estadunidenses e britânicos. O processo de separação entre teoria de RI e teoria de EPI trouxe grandes desafios para se compreender o lugar do Brasil no sistema internacional. Como argumentam Ramos e Scotelaro (2018, p.134),

diferentemente do que ocorre no centro e na América Latina, no Brasil nota-se duas distinções fundamentais: *primeiro*, as reflexões e elaborações teóricas se encontram intrinsecamente relacionadas à prática; *segundo*, embora o campo das RI (no sentido convencional/ ocidental) apresente a EPI como um subcampo e, conseqüentemente, uma divisão clara entre teorias de RI e teorias de EPI, na América Latina e no Brasil, tal divisão nunca fez muito sentido: pensar o lugar e agência da América Latina no internacional significa, necessariamente, pensar seu *desenvolvimento* e, em última instância, seu lugar na divisão internacional/global do trabalho.

Com isso, pensar o desenvolvimento das RI e da EPI no Brasil requer levar em consideração tais distinções. É importante resgatar neste processo a dificuldade brasileira em definir os limites da área, tendo em vista as diferenças metodológicas e conceituais que a compõem, inclusive sua natureza inter e multidisciplinar. Influenciada hora pela moderna escola francesa de história das relações internacionais hora pelos métodos de interpretação de inspiração norte-americana e ingleses (Lessa, 2005), as RI no Brasil também contou com a contribuição institucional e substantiva de historiadores, cientistas políticos, especialistas em direito internacional e economistas (Herz, 2002).

Os anos 1970 datam a institucionalização do campo das RI no Brasil na Universidade de Brasília. Até final dos anos 1980, o objeto de análise centrava-se nos estudos diplomáticos (política externa) e pesquisas de recuperação histórica. A agenda de pesquisa era limitada pelo regime militar da época, assim como pelo monopólio da diplomacia estabelecida pelo Ministério de Relações Exteriores (Herz, 2002), tanto que o foco nos processos de integração regional tinham como objetivo direcionar a política externa para a região (Miyamoto, 1999 apud Ramos; Scotelaro, 2018).

Com o início do debate pós-positivista, a influência de autores pós-modernistas, construtivistas ou aqueles vinculados à teoria crítica nos grandes centros influenciaram a exploração de outros temas no Brasil (Herz, 2002). Em meados dos anos 1990, o processo de redemocratização e a abertura de cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas impulsionaram a ampliação de temas estudados, assim como o nascimento de abordagens crescentemente multidisciplinares. Pode-se citar problematizações acerca da

globalização; integração regional e formação de blocos econômicos; processos de cooperação; temas como meio ambiente e direitos humanos, etc. (Lessa, 2005). A consolidação efetiva do campo ocorreu nos anos 2000, com os primeiros programas de pós-graduação e a ampliação da rede pública de ensino e pesquisa em RI. E, via de regra, “no Brasil, a produção acadêmica continua a ser fortemente influenciada pelas políticas dos sucessivos governos e pelos padrões de inserção internacional<sup>1</sup>” (Jatobá, 2013, p. 40, tradução nossa).

No que tange à EPI, esta teve papel singelo no desenvolvimento das RI no Brasil. Sendo incluída marginalmente nos debates tradicionais, suas questões de pesquisa permaneceram em aberto, apesar da rica tradição de pensamento em economia política no Brasil, estabelecida muito antes das Relações Internacionais, como as Teorias da Dependência e a CEPAL (Bielschowsky, 2000 apud Ramos; Scotelaro, 2018). Essa negligência é expressão da história da EPI no campo das RI no Brasil, que tradicionalmente ocupa mais espaço na área acadêmica da Economia (Miyamoto, 1999 apud Ramos; Scotelaro, 2018). Como aponta Herz (2002), a própria Teoria da Dependência (a contribuição latino-americana mais notável no âmbito da EPI) foi marginalizada diante do debate sobre a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Robert Gilpin e Charles Kindleberger. Ainda sobre isso, Lessa (2005, p.3) argumenta que

[...] a expansão comercial e a dependência financeira, que se transformaram em temas críticos do Brasil a partir da década de 1970, entre muitas outras preocupações, não foram suficientes para impulsionar o desenvolvimento de uma abordagem econômica sistêmica para as relações econômicas internacionais. Nessa perspectiva, a produção científica brasileira que pode ser arrolada na subárea das Relações Internacionais denominada de Economia Política Internacional, igualmente há muitos anos consolidada em pólos acadêmicos estrangeiros de expressão, é ainda hoje, considerada pouco relevante no cenário científico especializado no Brasil.

A mensagem que essa exposição nos mostra é clara: a EPI enquanto subárea das RI no Brasil foi marginalizada e teve vozes importantes esquecidas nesse processo. Isso quer dizer que importantes pensadores brasileiros, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Maria da Conceição Tavares (para citar alguns dentre tantos), não são incorporados ao pensamento brasileiro de Relações Internacionais; seu reconhecimento entra no âmbito da Economia ou da Sociologia do Desenvolvimento. Como os autores bem colocam, “a EPI deve ser pensada a partir do contexto; no nosso caso, a partir do lugar que o Brasil ocupa no mundo” (Ramos; Scotelaro, 2018, p.152).

Para muitos, as RI são consideradas uma “ciência social norte-americana” (Hoffman, 1977 apud Herz, 2002), ponto de vista auto-explicativo quando observamos como a disciplina

---

<sup>1</sup> No original: en Brasil la producción académica sigue muy marcada por las políticas de los sucesivos gobiernos y por los patrones de inserción internacional.

ainda é dominada por autores e pela academia norte-americana. Não podemos negar, no entanto, que as RI no Brasil passaram por avanços significativos, hoje contando com grandes núcleos de estudo multidisciplinares em busca de resgatar autores do Sul Global. Mas ao mesmo tempo, para onde foi a EPI nesse processo? Ou melhor, para onde foram as contribuições de autores brasileiros no que tange ao sistema internacional? Essa é uma das inquietudes intrínsecas a esta monografia.

O nome no qual vamos nos concentrar é Maria da Conceição Tavares. Nascida em Portugal e naturalizada brasileira, possui grande renome e influência no pensamento econômico brasileiro. Sua trajetória intelectual iniciou-se na Faculdade de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ) em 1957<sup>2</sup>. Tavares dedicou-se à vida acadêmica no Brasil como professora titular no Instituto de Economia da Unicamp e do Instituto de Economia da UFRJ, além de participar da fundação dos programas de pós-graduação em Economia de ambas universidades (Melo, 2019). Hildete Pereira de Melo destaca que

Ao longo das últimas seis décadas, Conceição foi de longe uma das intérpretes mais expressivas do pensamento econômico da América Latina e, particularmente, da economia nacional. Fosse formando centenas de economistas, pois muitos dos que hoje possuem destaque no cenário nacional foram seus alunos, fosse discutindo a economia brasileira, a economia política e a economia política internacional, Conceição Tavares acompanhou todo o processo de industrialização e de desenvolvimento nacional (Melo, 2019, p.240).

Como reflexo da importância e destaque de Tavares para a academia brasileira e latino-americana, a autora é citada em diversos temas de artigos acadêmicos, evidenciando a interdisciplinaridade com que se pode tratar seus argumentos e trajetória profissional. Desde temas como a formação econômica do Brasil (Barbosa; Martins, 2021; Moura, 2013; Santos, 2011), o surgimento da economia heterodoxa no Brasil (Vernengo, 2022), a teoria da CEPAL (Fernandéz, 2021) e economia política internacional (Fiori, 2000; Natal, 2002) até enfoques

---

<sup>2</sup> No mesmo ano ingressa no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Assim que se forma, em 1960, é convidada a realizar um curso na CEPAL, e no ano seguinte é contratada pela mesma instituição como assistente do economista chileno Aníbal Pinto Santa Cruz no escritório CEPAL-BNDE entre 1961 e 1964. Durante sua vida profissional ativa, também passou pela sede da CEPAL no Chile em 1968; pela assessoria do Ministro da Economia chileno Carlos Matus entre 1972 e 1973 e atuou como professora visitante da Universidade Autônoma do México, do Centro de Investigación y Docencia Económica da Cidade do México, e do escritório da CEPAL no ano de 1974, para citar um fragmento das diversas instituições brasileiras e latino americanas nas quais atuou. Ademais, foi assessora econômica de Ulysses Guimarães no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no anos 1980 e atuou como deputada federal na legislatura de 1995/1999 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (Melo, 2019).

decoloniais (Castelo; Campos, 2020; Feitosa; Carvalho et al., 2018) e feministas (Fernandéz, 2021; Gomes, 2021).

No caso da EPI, Tavares aborda pela primeira vez o sistema monetário internacional e o papel do dólar como instrumento de poder dos EUA em dois ensaios principais: *A retomada da hegemonia norte-americana* (1985) e seu *Pós-escrito de 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana* (1997), o último escrito conjuntamente com Luiz Eduardo Melin. Nas palavras de Fiori (2000. p.211), “a discussão de Maria da Conceição Tavares inscreve-se naturalmente no debate da economia política internacional dos anos setenta e oitenta”, reconhecendo a originalidade e importância da contribuição de Tavares para o tema. Não obstante, não há, até então (corro o risco prematuro em dizer), produções que tratem especificamente das contribuições de Tavares para a EPI em comparação com autores “de dentro das RI”.

Diante do exposto, partimos da problematização do campo de estudo da EPI e a falta de protagonismo de autores brasileiros. O modo como estudamos e pensamos a EPI é historicamente influenciado pela academia britânica e estadunidense. Por isso, tem-se como objetivo central avaliar as contribuições de Maria da Conceição Tavares no que tange à economia política internacional a partir de um quadro comparativo com os principais autores das Relações Internacionais situados em países de língua inglesa que tratam do sistema monetário internacional e do papel do dólar, a fim de identificar sua originalidade e papel dentro das RI no Brasil. Os objetivos específicos desta monografia incluem (1) revisar as contribuições sobre sistema monetário internacional e o papel do dólar de autores de língua inglesa entre 1970 e 1990; (2) identificar na evolução da produção intelectual de Maria da Conceição Tavares suas motivações para tratar do dólar e da hegemonia estadunidense no SMI; (3) sistematizar a partir de um quadro comparativo os escritos de Tavares e dos autores de língua inglesa a fim de identificar o papel da brasileira no debate e (4) compreender a importância de se repensar a EPI a partir do sul a partir das contribuições de Tavares.

Ao abordar o tema proposto, cria-se uma ponte de diálogo entre a autora e o escopo teórico das RI no âmbito da política e da economia internacional, permitindo-se ampliar as bases teóricas das próprias Relações Internacionais. Ainda, trazer uma autora brasileira para o debate reflete a imperatividade de se construir uma base de conhecimento sobre o internacional a partir da periferia do sistema, mais especificamente do Brasil. Com isso, se enriquece o campo a partir da resignificação de temas e debates sobre economia política internacional a partir de uma lente distinta da literatura estadunidense.

Para isso, esta monografia se divide da seguinte forma: primeiro, faz-se mister apresentar ao leitor aquilo que se compreende e o surgimento da economia política internacional, além de definir sistema monetário internacional e moeda dentro da nossa discussão. A questão do surgimento da EPI é apresentada principalmente a partir da narrativa de Cohen (2008), onde afirma que a disciplina nasce em 1970 a partir das mudanças na economia mundial, unindo Economia e Política, algo que estava afastado da academia naquele momento. Em contraste, Hobson (2013) apresenta uma crítica sólida à visão internalista e eurocentrada de Cohen, que atenua as contribuições de vários outros autores, desde a tradição de economia política britânica até autores marxistas que já uniam as duas áreas do conhecimento muito tempo antes. Do lado do SMI, apresentamos uma definição genérica do termo a partir da equipe do FMI, além de expor resumidamente os arranjos internacionais do padrão-ouro, Bretton Woods e pós-Bretton Woods.

Em um segundo momento, o capítulo 4 trata de uma revisão bibliográfica sobre as principais contribuições quanto ao sistema monetário internacional e o papel do dólar apoiada em cinco autores: Charles Kindleberger; Susan Strange; Benjamin J. Cohen; Barry Eichengreen e Jonathan Kirshner. A escolha dos autores se deu pelos seguintes critérios: (1) possuem publicações sobre o tema entre 1970 e 1990; (2) abordam uma visão nortista da EPI na medida em que se situam em países de língua inglesa. Sob a influência da própria historiografia de Cohen (2008) sobre a EPI, esses autores são citados como personalidades fundadoras do modo como se pensa o campo até os dias atuais (com a exceção de Eichengreen, que foi selecionado apenas por suas publicações sobre o sistema monetário internacional na época).

Na sequência, apresenta-se a evolução da produção intelectual de Maria da Conceição Tavares. Nossa exposição contempla toda sua trajetória acadêmica, a fim de evidenciar como a EPI apareceu em suas análises e quais as consequências disso para suas considerações sobre o sistema monetário internacional e o dólar. Mesmo quando fortemente influenciada pelo pensamento cepalino, e depois, com a revisão acerca da substituição de importações e suas novas considerações sobre a dinâmica de acumulação brasileira, Tavares destaca a crescente influência do capital financeiro nas economias em desenvolvimento, moldando tanto o ciclo de expansão industrial quanto a dinâmica de financiamento dessas economias. O que se pressupõe é que Tavares incorpora ao seu exame socioeconômico o sistema monetário internacional como um sancionador da influência e poder dos Estados Unidos sobre a

dinâmica de desenvolvimento e acumulação capitalista em países periféricos, contribuição pertinente à EPI.

O capítulo 6, então, é reservado para compilar a análise sistemática entre as contribuições de Tavares e o debate travado pelos autores estadunidenses e britânicos. Nossa análise comparativa avalia a bibliografia levantada dos seis autores, evidenciando seis aspectos centrais: o diagnóstico acerca da queda da hegemonia norte-americana a partir de 1970; o papel do dólar como moeda internacional; a relação dos Estados com o poder monetário; o diagnóstico acerca da desordem econômica internacional; os princípios que devem conduzir o sistema monetário global e o futuro do dólar e do sistema monetário internacional. A conclusão a que se chega é de que Tavares possui uma visão mais ampla das consequências do alinhamento dos países capitalistas às políticas norte-americanas. A partir da transformação do espaço geográfico mundial em uma nova divisão internacional do trabalho, os EUA assumem um papel central dada a diplomacia do dólar forte do controle sobre a liquidez e a dívida pública mundial, impedindo o desenvolvimento harmônico ou suficientemente dinâmico da economia mundial, principalmente das economias subdesenvolvidas, que tiveram uma inserção subordinada no processo de globalização. Em suma, o poder geoeconômico dos EUA aparece como limitador de crescimento endógeno.

Finalmente, as considerações finais trazem nossa reflexão acerca do esforço de se repensar a EPI a partir do Brasil. Embora as contribuições de Tavares sejam enquadradas mais na área de Economia do que na EPI, seu trabalho destaca a interdisciplinaridade necessária para compreender o desenvolvimento brasileiro. Ao considerar a interação da economia brasileira com o exterior, Tavares sublinha a imposição de um regime de acumulação limitado e dependente às economias latino-americanas, ampliando a problematização do desenvolvimento para o plano geopolítico. Além disso, suas considerações normativas não vão de conformidade com o *status quo*. Sua preocupação central está na conscientização dos efeitos hegemônicos da dinâmica monetária internacional e na busca por uma nação mais democrática e igualitária. Assim, por mais importante e pertinente que as abordagens discutidas possam ser, incluir a Maria da Conceição Tavares no âmbito das problematizações da EPI é primordial para a formação de um internacionalista brasileiro, que, como ela mesma prega, deve estar comprometido com o povo brasileiro.

## 2. O SURGIMENTO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Antes de começarmos nossa argumentação, é importante que o leitor tenha bem claro o que é o que compreende a economia política internacional. Deste modo, o que de fato é a EPI? Qual seu momento de nascimento? Quando foi institucionalizada como disciplina acadêmica? A gênese da EPI compõe um grande debate que pode ser dividido (de forma bem superficial) entre àqueles que assumem a cronologia de nascimento da EPI nos anos 1970 no hemisfério norte e àqueles que defendem que a EPI já existia muito antes, remontando a Economia Política Clássica. Por essa razão, nossa tarefa neste capítulo é explicar essas duas visões e situar o leitor no debate sobre a EPI como campo acadêmico e explicitar os desafios intrínsecos à sua consolidação.

Benjamin J. Cohen (2008, p.1, tradução nossa) explica que “O campo da EPI nos ensina como pensar sobre as ligações entre economia e política para além dos limites de um único Estado<sup>3</sup>”. Conforme sua narrativa, antes da década de 1970 as disciplinas de Economia e Ciência Política não faziam parte de um debate unificado nos países anglo-saxões e pouco esforço era feito para construir um campo interdisciplinar que unisse as duas disciplinas. Havia exceções, obviamente, mas não entre as correntes consideradas “respeitáveis” dentro dos estudos ocidentais: as perspectivas marxistas e alternativas ao *mainstream* tradicional, mas que não ganharam tanta força no momento de nascimento da disciplina. Exemplo disso são as temáticas sobre imperialismo e as diversas vertentes da teoria da dependência desenvolvidas durante o século XX. O foco das disciplinas de RI, no entanto, estava na área de conflito e segurança nacional, principalmente na época da Guerra Fria (Cohen, 2008).

A mudança veio a partir do manifesto de Susan Strange *International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect* (1970), em que enfatizava a necessidade de união entre Economia Internacional e Relações Internacionais. Embora não tenha sido a única “faísca” ascendida na época acerca da problemática, seu desabafo deu origem a um ponto de inflexão sobre o tema. Nas palavras de Cohen (2008, p.2, tradução nossa), “A conquista da EPI foi construir novas pontes entre disciplinas mais antigas e estabelecidas, proporcionando novas perspectivas para o estudo da economia mundial<sup>4</sup>”.

---

<sup>3</sup> No original: *The field of IPE teaches us how to think about the connections between economics and politics beyond the confines of a single state.*

<sup>4</sup> No original: *IPE's achievement was to build new bridges between older, established disciplines, providing fresh perspectives for the study of the world economy.*

A recuperação das economias europeias e japonesas, assim como a expansão e liberalização gradativa do comércio internacional geraram uma mudança no equilíbrio do poder econômico das economias industrializadas a partir da década de 1960. O crescimento do comércio mundial acima da produção e a aceleração dos fluxos financeiros mostrava a preponderância do mercado em relação aos Estados nacionais. De modo geral, o cenário de interdependência que se configurava dificultava as estratégias nacionais e ameaçava o poder do Estado. Nas palavras do autor,

Em meados do século, os Estados Unidos dominavam a economia mundial como um colosso. Mas com a diminuição de sua taxa de crescimento e a sua balança de pagamentos atolada em déficits, o país parecia agora estar à beira do declínio. A Europa Continental e o Japão, enquanto isso, reagiam, mais uma vez forçadas a serem levadas em consideração. O momento de domínio econômico da América – de “hegemonia” – parecia estar quase acabado (erroneamente, como se viu, mas isso é outra história). Ao mesmo tempo, a descolonização do pós-guerra trouxe uma nova atenção para os desafios e dilemas do desenvolvimento econômico. Aumentavam as pressões para uma Nova Ordem Econômica Internacional que transformaria fundamentalmente as regras que regem as relações entre o “Norte” rico e o “Sul” assolado pela pobreza.<sup>5</sup> (Cohen, 2008, p.21-22, tradução nossa).

Tudo isso contribuiu para o aumento da importância das relações econômicas internacionais, o que evidentemente refletiu na academia. A resposta, nos Estados Unidos, veio então com a reformulação da revista *International Organization (IO)* por Robert Keohane e Joseph Nye. A organização de artigos resultou em um volume editado sob o título *Transnational Relations and World Politics* (Keohane e Nye, 1972) e, posteriormente, ao notório *Power and Interdependence* (Keohane e Nye, 1977) (Cohen, 2008).

A partir disso, Cohen (2008) busca apresentar a gênese da EPI como campo acadêmico dentro dos países de língua inglesa, dividindo o estudo da disciplina em duas correntes: a “escola americana” e a “escola inglesa”. A primeira é considerada a versão dominante da EPI (senão hegemônica) e, neste aspecto, ocuparia o topo da hierarquia acadêmica, representando a ortodoxia predominante da EPI. Em sua gênese, a ciência política exerceu maior influência sobre a nova disciplina, num processo de marginalização da economia. Isso quer dizer que mesmo com a adoção de elementos de teoria e metodologia

---

<sup>5</sup> No original: *At midcentury, the United States bestrode the world economy like a colossus. But with its growth rate slowing and its balance of payments mired in deficits, the country now looked to be on the brink of decline. Continental Europe and Japan, meanwhile, were roaring back, once again forced to be reckoned with. America's moment of economic dominance—of “hegemony”—appeared just about over (mistakenly, as it turned out, but that's another story). Meanwhile, postwar decolonization had brought new attention to the challenges and dilemmas of economic development. Pressures were mounting for a New International Economic Order that would fundamentally transform the rules governing relations between the wealthy “North” and the poverty-stricken “South”.*

econômica, a EPI se tornou na extensão natural das Relações Internacionais. Dentre suas características pode-se citar a prioridade ao método científico das ciências sociais; papel da ciência política maior do que a economia; a análise baseada no positivismo e empirismo; observação objetiva e testes sistemáticos, etc. Dentre os autores de maior importância para o campo da EPI a partir desta corrente, cita Robert Gilpin, Peter Katzenstein, Robert Keohane, Charles Kindleberger e Stephen Krasner<sup>6</sup>.

A escola inglesa, em contraste, surge como uma abordagem alternativa oriunda da Grã-Bretanha e demais países do antigo império, como Canadá e Austrália. Seu foco não está centrado principalmente no método científico, mas sim em questões éticas e normativas. Há mais impaciência com o *status quo* e os estudos tendem a ser mais qualitativos do que quantitativos. Assim, “O trabalho tem um tom tipicamente mais interpretativo e remete às tradições da economia política clássica, de natureza mais institucional e histórica”<sup>7</sup> (Cohen, 2008, p.44, tradução nossa). Ao abordar de forma mais incisiva questões como desenvolvimento e transformação sistêmica no sistema internacional<sup>8</sup>, suas mais notáveis contribuições para o surgimento da EPI são Robert Cox e Susan Strange. O surgimento da EPI do outro lado do Atlântico veio como uma alternativa mais heterodoxa com o manifesto de Strange e uma rede de investigação organizada por ela em 1971 chamada *International Political Economy Group (IPEG)* e seus trabalhos posteriores, como *Sterling and British Policy* (1971) e *Casino Capitalism* (1986) (Cohen, 2008).

A temática da transformação sistêmica inicia-se nos EUA na década de 1970 a partir da Teoria da Estabilidade Hegemônica de Kindleberger, Gilpin e Krasner como recurso teórico para interpretar as consequências e soluções da iminente queda da hegemonia norte-americana a partir do colapso de Bretton Woods. O livro *After Hegemony* (Keohane, 1984) marca o diagnóstico de que medidas deveriam ser tomadas para organizar o sistema após a hegemonia. Do outro lado do Atlântico, Strange (1987) alegava que o fim da hegemonia dos EUA não passava de um mito. Com o fim desse debate, a escola americana passou a dar pouca atenção à transformação sistêmica (Cohen, 2008).

---

<sup>6</sup> Cohen (2008) apresenta os *Magnificent Seven* (Robert Cox, Robert Gilpin, Peter Katzenstein, Robert Keohane, Charles Kindleberger, Stephen Krasner, e Susan Strange) como fonte das grandes contribuições para o surgimento da EPI como campo acadêmico. Dada a durabilidade de suas contribuições, mesmo podendo não ser citadas o tempo todo, o autor entende que os conceitos e ideias desenvolvidas por eles dão forma e são a base de como pensamos a EPI atualmente.

<sup>7</sup> No original: *Work is typically more interpretative in tone, and harking back to the traditions of classical political economy, more institutional and historical in nature.*

<sup>8</sup> Cohen (2008) argumenta que a principal diferença entre as duas escolas está no interesse consideravelmente maior da escola inglesa na investigação das mudanças sistêmicas no sistema internacional.

Do ponto de vista de Mariutti (2013)<sup>9</sup>, a cronologia adotada é fundada nos países de língua inglesa frente às transformações da economia mundial. O fato dessas transformações reforçarem as perspectivas mais radicais (como o marxismo e a teoria da dependência) que sempre mantiveram viva a relação entre economia e política, evidencia como

[...] pareceu plausível aproximar estes dois campos do conhecimento, mas sem afrontar o *establishment*. Com o arrefecimento relativo da tensão nuclear durante a *detente*, os especialistas em Política e Relações Internacionais ficaram mais propensos a abrandar o peso quase absoluto da dimensão interestatal e integrar de forma mais consistente as reflexões dos economistas (Mariutti, 2013, p.33).

Deste modo, partiu-se de uma debate inicial sobre a contraposição entre a centralidade das relações transnacionais ou das relações interestatais na composição da ordem internacional, a partir, principalmente, da problemática em torno da Teoria da Estabilidade Hegemônica, associada a Charles Kindleberger (como veremos posteriormente). As afirmações de que a liderança dos EUA e o próprio sistema de Bretton Woods começava a entrar em crise geraram um intenso debate que, de certo modo, estruturou as RI e a EPI nos Estados Unidos (Mariutti, 2013).

O autor se vale da distinção de Cohen (2008) para avaliar as duas tradições distintas sob as quais a EPI se ramificou. Do lado da Grã-Bretanha, suas considerações apontam para a herança da escola inglesa de Política Internacional e o papel da Ciência Econômica (principalmente através de Susan Strange) como considerações marcantes. Já no caso dos EUA, avalia que a “vitória” a priori dos cientistas políticos sobre a agenda de pesquisa não impediu a “colonização definitiva do *mainstream* da Ciência Política estadunidense pela problemática da concepção ortodoxa de Ciência Econômica, que estava extravasando o seu leito de origem” (Mariutti, 2013, p.34). Em suma, infere que

o que se verificou nos círculos acadêmicos dominantes nos EUA foi a subordinação da Economia Política Internacional às Relações Internacionais que, embora reconheçam diversos “atores”, só aceita uma *lógica*, a baseada no indivíduo racional como a unidade *fundamental* da análise: os “cientificistas” ganharam a disputa contra os “tradicionalistas” (Mariutti, 2013, p.38-9, grifo do autor).

---

<sup>9</sup> Para Mariutti (2013), as RI são vistas como uma área temática disputada pela Política Internacional e a Economia Política Internacional. A primeira remonta 1919, quando instituiu-se a primeira cátedra de Política Internacional na Universidade de Gales em Aberystwyth em face do impacto que a Primeira Guerra Mundial (1914-18) exerceu sobre o pensamento político ocidental. A segunda, como já exposto por Cohen (a partir de uma lente nortista), é decorrência da crise do sistema de Bretton Woods e da necessidade de tentar reintroduzir a Política na Economia. Desta forma, o objeto de estudo das RI (o sistema internacional) é composto por uma mescla entre a dimensão interestatal (objeto de Política Internacional) e a dimensão transnacional (objeto da EPI).

De modo complementar, Fiori (2000) apresenta uma discussão acerca dos determinantes do novo campo acadêmico em pauta. O autor traz algumas das mesmas referências de Cohen, tratando principalmente da crise da hegemonia norte-americana. O surgimento da EPI apareceu no mundo anglo-saxão na época da crise cambial do padrão-dólar e da derrota norte-americana no Vietnã, sugerindo o declínio da supremacia mundial dos Estados Unidos. Deste modo, os chamados autores do *mainstream*<sup>10</sup> tinham como objetivo central buscar meios de restabelecimento de uma ordem econômica internacional sob a hegemonia americana<sup>11</sup>. Apesar de serem contribuições brasileiras, nenhum dos dois autores apresenta, na bibliografia apresentada, uma crítica sistemática à visão estadocêntrica de Cohen ou algum outro autor da EPI.

Preenchendo essa lacuna, Robson (2013), depois de ler a obra de Cohen, apresenta os fundamentos eurocêntricos da EPI a partir de uma historiografia crítica da disciplina. Para isso parte de duas afirmações fundamentais: a primeira é que a EPI não nasceu em 1970, mas remonta à segunda metade do século XVIII, mais precisamente à economia política clássica. Sua visão é de que há confusão entre o nascimento da disciplina e o seu momento de institucionalização, o que limita a compreensão da historiografia da disciplina assim como a concepção normativa do que a EPI deve compreender. A segunda afirmação diz respeito à grande maioria da EPI, moderna e clássica, que ao seu ver está inserida em diferentes variantes do eurocentrismo. Em vez de apresentar teorias positivistas, objetivas e universalistas, abordagens críticas ou heterodoxas, tanto a “escola americana” como a “escola britânica” se dotam de visões normativas paroquiais que defendem e promovem a Europa e/ou o Ocidente como referente normativo ideal na economia política mundial. Em suma, isso quer dizer que o “grande fosso” que Cohen e outros acreditam separar as duas escolas na verdade não existe, dada a ponte materializada pelas meta narrativas eurocêntricas.

A escolha de localizar as origens da EPI é um ato profundamente político-intelectual e não um mero exercício "fatural", e a opção de tratar 1970 como ano zero da EPI desconsidera a tradição britânica de economia política, por exemplo. Na realidade, antes de 1945 o pensamento internacional já combinava há muito tempo a economia e a política, voltando a fazê-lo em 1970. Em outras palavras, a EPI moderna não existiria sem a economia política

---

<sup>10</sup> Charles Kindleberger, Robert Gilpin, Stephen Krasner, Robert Keohane e Paul Kennedy são nomes citados por Fiori.

<sup>11</sup> Fiori (2000) também se dedica aos trabalhos de outros autores, desde Susan Strange e Robert Cox como vertentes mais alternativas, até as contribuições de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e a própria Maria da Conceição Tavares para o debate da EPI.

clássica<sup>12</sup>. Além disso, pode-se citar uma significativa variedade de acadêmicos que já estavam combinando política internacional com economia, como Albert Hirschman; Eugene Staley; Klaus Knorr e Jacob Viner, além de Ralph Hawtrey, Herbert Feis, Karl Polanyi e acadêmicos negros como Parker Moon, C.L.R. James, Eric Williams, George Padmore, etc. Se pensarmos no começo do século XX até 1945, também incluímos Paul Reinsch, J. A. Hobson, H. N. Brailsford, Leonard Woolf, Raymond Buell, Alfred Zimmern, Norman Angell, Halford Mackinder, Harold Laski, e uma série de marxistas: Vladimir Lenin, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Nikolai Bukharin e Antonio Gramsci, e escritores negros como W.E.B. Du Bois, Ralph Bunche e muitos outros (Hobson, 2013).

A partir de seu método internalista de apresentar a historiografia da EPI, Cohen examina o desenvolvimento intelectual e mudanças conceituais de dentro da disciplina. Assim, sua definição de "grandes pioneiros" parte dessa pré condição do autor. Para Hobson (2013), o ponto-chave é que o desejo de "manutenção dos sistemas" é, em grande medida, um sintoma de eurocentrismo, uma vez que manter e congelar a atual configuração do sistema internacional implica manter a hegemonia do Ocidente em geral e dos Estados Unidos em particular. A questão é que as "meta-questões" críticas mais profundas da teoria da EPI surgem com mais força quando exploramos os acontecimentos externos e os contextos discursivos (Hobson, 2013). Por esse motivo, os acadêmicos de EPI precisam confrontar perspectivas mais amplas que emergem das experiências de povos de todo o mundo, ou seja, dialogar com abordagens não ocidentais (Murphy, 2009 apud Hobson, 2013).

Nesta mesma linha, Ramos e Scotelaro (2018) partem da importância de repensar as RI e sua capacidade teórica e metodológica (desenvolvida praticamente a partir do Ocidente nortista) de explicar os processos e realidades vividos na periferia, o que, em referência ao movimento *Global IR*, implica olhar para a diversidade do internacional, principalmente não-Ocidental (Acharya, 2014, 2016 apud Ramos, Scotelaro, 2018). Deste modo, apontam os problemas da perspectiva de Cohen (2008) expressa em sua auto imagem, uma vez que a divisão entre duas grandes Escolas de EPI carece de perspectivas não ocidentais (incluindo as latino-americanas) gerando desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos para a EPI no Brasil.

Como visto, o surgimento da EPI conta com uma cronologia demarcada pelos autores da academia norte-americana e estadunidense, o que traz inúmeras contestações. Justamente

---

<sup>12</sup> Apesar desta última também ser eurocêntrica, o eurocentrismo da teoria clássica não a torna um impedimento estrutural ao desenvolvimento de uma teoria moderna não eurocêntrica da EPI que tome como ponto de partida as tradições clássicas (Hobson, 2013).

por isso, o que se espera alcançar neste trabalho é incluir a Maria da Conceição Tavares em um debate específico do campo: o sistema monetário internacional e o papel da moeda, a fim de validar o argumento de que seu papel para a EPI é indiscutivelmente relevante. Para isso, faz-se mister apresentarmos seus companheiros debatedores.

### 3. DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E DO PAPEL DA MOEDA

A EPI enquanto disciplina de estudos incorpora os ditames do sistema monetário internacional na medida em que este expressa as relações entre os regimes monetários nacionais. De modo direto, podemos definir o SMI como a estrutura reguladora das relações financeiras e cambiais entre os países. Em outras palavras,

A expressão "sistema monetário internacional" (SMI) refere-se às regras e instituições que regem os pagamentos internacionais. De forma menos abstrata, refere-se aos regimes monetários/moeda dos países, as regras de intervenção se uma taxa de câmbio for fixa ou gerida de alguma forma, e as instituições que apoiam essas regras se houver um problema (através de créditos oficiais, controles ou alterações de paridade). Com o mundo dividido num campo de moedas principais que flutuam livremente e permitem o livre fluxo de capitais, e outro campo com diferentes graus de controle sobre as taxas de câmbio e os fluxos transfronteiriços, o atual SMI é uma espécie de "não-sistema". Uma noção fundamental nesta configuração é a de ativo de reserva: enquanto um país fixar ou gerir a sua taxa de câmbio, precisa de um ativo internacional líquido de valor estável para intervir. Desde o desaparecimento de ativos reais como o ouro como âncora monetária, o dólar americano tem sido o principal ativo de reserva do mundo. Na maior parte dos casos, esse sistema tem funcionado razoavelmente bem - exceto quando não funcionou (Mateos; Duttagupta; Goyal, 2009, p.5).

Podemos inferir a partir da citação acima que os principais atores do SMI são as instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial e os próprios estados nacionais. Por outro lado, é importante definirmos que para além da regulação dos regimes monetários, existe um mercado cambial estrangeiro composto pelos mais diversos atores, como os bancos comerciais, as corporações que se envolvem no comércio internacional, instituições financeiras não bancárias e bancos centrais. As taxas de câmbio também podem ser determinadas pela interação das famílias, que também podem participar do mercado cambial estrangeiro. Como o dólar americano é o ativo de reserva no SMI atualmente, a maioria das transações cambiais e financeiras são denominadas em dólares (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015).

Não obstante, definir "sistema monetário internacional" pode ser uma tarefa mais complicada do que aparenta. Como não existe um esquema teórico sólido e amplamente aceito para analisar a economia internacional, as dificuldades práticas e conceituais de pensar as perspectivas do SMI decorrem da própria natureza da moeda. Nos arranjos internacionais, a moeda ultrapassa os limites mais genéticos de sua definição: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Seu papel é politicamente determinado e, para além de representar um elo

social das sociedades modernas, confere coesão ao sistema econômico. Isso quer dizer que a moeda passa a exercer função crucial nas relações interestatais, sendo motivo de rivalidades e de paz (Aglietta, 1995).

Por conta de seus atributos físicos como durabilidade, divisibilidade e fácil armazenamento, além do fato das mudanças de estoque serem limitadas pelo alto custo de produção e conseqüentemente manipulação governamental, o ouro foi concebido como uma das primeiras formas de dinheiro. Assim, a instituição de um dinheiro *commodity* como esse metal propiciava a estabilidade de preços no longo prazo. Entre 1880 e 1914, vigorou o auge do padrão-ouro: com o valor das moedas nacionais vinculadas a uma quantidade específica de ouro, o período contou com rápido crescimento econômico mundial e livre fluxo de trabalho e de capitais através das fronteiras. A eficiência do padrão-ouro no período estava intrinsecamente relacionada com o papel da rede financeira centrada em Londres e no papel do Banco da Inglaterra como árbitro do sistema (Bordo, 1992).

As instabilidades começaram a aparecer a partir da eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, e, com o *crash* da bolsa de Nova York em 1929 e a depressão subsequente, a confiança dos credores privados internacionais foi fortemente quebrada em 1931. Conforme Helleiner (1994), o ano de 1931 marca não somente o fim de padrão-ouro com a insustentabilidade da Grã-Bretanha de suportar as pressões especulativas, mas também o momento de ruptura com a tradição liberal nos assuntos financeiros. Assim, depois da Segunda Guerra Mundial, houve a perda de credibilidade dos grupos de banqueiros mais proeminentes da época (ingleses e estadunidenses) e a necessidade de uma ordem monetária mais estável.

Diante da provável crise econômica europeia e da desorganização do sistema monetário internacional pós-guerra, economistas e peritos americanos e ingleses reuniram-se em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) em 1944 na ambição de estabelecer uma nova ordem monetária internacional mais estável. O FMI e o BIRD foram criados no intuito de apoiar a recuperação da economia europeia e japonesa. Além disso, houve a fixação das taxas de câmbio ao dólar americano, com este vinculado ao ouro. Cada membro do Fundo deveria estabelecer uma paridade para sua moeda, e após o período de reajuste, retornar ao estado de convertibilidade (em ouro ou outra moeda) (Franco; Chacon, 1978). Os negociadores estavam explicitamente contrários ao retorno da ordem financeira internacional aberta e liberal existente antes de 1931. Assim, à luz do pensamento keynesiano, suas decisões se pautaram no uso de controles de capital como maneira de evitar que a autonomia política do novo

Estado de bem-estar intervencionista fosse minada por fluxos de capital internacional especulativos. Essa decisão seria necessária para permitir a expansão das economias da Europa Ocidental e do Japão no imediato pós-guerra, por exemplo (Helleiner, 1994).

Após o retorno da conversibilidade das moedas e a recuperação das economias europeias e japonesa, o balanço de pagamentos dos EUA começou a apresentar crescentes déficits e, de 1949 a 1960, as reservas americanas de ouro começaram a cair conforme as obrigações externas de curto prazo cresciam. Com a inflação desencadeada pela Guerra do Vietnã (1955-1975) e o descontrole do déficit americano, a confiança sobre a conversibilidade teórica das moedas foi colocada em xeque. A 15 de agosto de 1971, o governo norte-americano decide desvalorizar o dólar em 12%, além de anunciar o fim de sua conversibilidade. A pressão exercida pela inflação global crescente, pela mobilidade excessiva de capitais internacionais e o contínuo déficit na balança de pagamentos dos Estados Unidos pressionou um aumento no preço do ouro e a desconfiança nas moedas. Como consequência, houve pressão para a flutuação das taxas de câmbio dos países, abandonando as taxas quase fixas que existiam no período pós-guerra, mantidas principalmente devido à estabilidade do dólar, na qual as demais se baseavam (Franco; Chacon, 1978).

No final da década de 1970, uma ordem financeira quase totalmente liberal havia sido criada na região da OCDE, dando aos operadores de mercado um grau de liberdade que não tinham desde a década de 1920. O aumento dos fluxos de capital especulativo ameaçou o sistema cambial estável de Bretton Woods, tanto que possibilidades de controle desses fluxos foram propostas por seus formuladores, mas não foram utilizadas em detrimento de decisões estatais que impulsionavam o processo de globalização desde de 1950. A primeira dessas decisões foi a de conceder mais liberdade aos operadores de mercado (tanto interna quanto externamente). A criação do Euromercado em Londres na década de 1960 não poderia ter sobrevivido sem o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. A segunda, faz-se em abster-se de impor controles mais eficazes sobre os movimentos de capital, o que se conecta com a decisão anterior. Ainda, houve grande movimentação na contenção de possíveis novas crises, o que encorajava os operadores de mercado a correrem mais riscos. A partir da década de 1970 houve a abolição gradativa de controles de capital do pós-guerra, tendo como vanguarda os EUA e a Grã-Bretanha, mas que na década de 1980 já era realidade nas demais nações industriais. Com o rompimento do acordo de Bretton Woods e o início da era do dólar

flexível em 1973, os EUA não têm mais compromisso com o lastro da moeda, e a confiança passa a depender da fé na economia norte-americana (Helleiner, 1994).

O fim do câmbio rastreável e a reemergência das finanças causaram mudanças significativas na economia e na política mundial. Qualquer esforço de explicação do SMI pós-Bretton Woods é uma tarefa complexa e que pode ser narrada a partir de diferentes pontos de vista. Além disso, o caráter da moeda nesses arranjos foi se transformando na medida em que novos acontecimentos mostravam a vulnerabilidade e as potencialidades do SMI. Com isso, os autores expostos nesta monografia possuem fortes opiniões acerca das relações monetárias internacionais a partir da década de 1970. Para compreender suas posições, é necessário ter em mente a definição básica de sistema monetário internacional e como ele se materializou nos últimos dois séculos. A partir desta exposição, podemos seguir em frente.

#### 4. O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E O PAPEL DA MOEDA: CONSIDERAÇÕES DE CIMA

Apesar de diferenças metodológicas significativas entre os pesquisadores de EPI, o sistema monetário internacional e as relações monetárias entre os países são temas que cresceram significativamente desde o período entre guerras. As contribuições são inúmeras e de extensão considerável, podendo ser pensadas desde o século XVIII até os dias atuais. Neste sentido, como definir os autores que aqui serão incluídos? O que nos parece razoável e exequível é analisar, dentre os chamados autores das escolas “americana” e “inglesa”, aqueles que tomam como objeto o sistema monetário internacional e debatem o uso da moeda como instrumento de poder. Esse recorte se faz apropriado, pois permite aproximar um diálogo com Conceição Tavares. Além disso, foram consideradas contribuições desenvolvidas no mesmo contexto histórico em que Tavares se dedicava à temática, pois não parece coerente tratar de teses desenvolvidas no Século XXI para realizar uma comparação com a produção de Tavares que se concentra nas últimas décadas do século XX.

Diante disso, buscou-se apresentar cinco autores, sendo eles: Charles Kindleberger; Susan Strange; Benjamin J. Cohen; Barry Eichengreen e Jonathan Kirshner. Mesmo que esses autores (assim como muitos outros que surgiram) tenham grande influência e tragam grandes contribuições para essa temática até os dias de hoje, o exposto nas páginas seguintes se concentra no que estavam escrevendo entre os anos 1970 e 1990, a fim de construir um quadro comparativo entre eles e Maria da Conceição Tavares.

##### 4.1. CHARLES KINDLEBERGER

Charles P. Kindleberger (1910-2003) trabalhou no *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque, depois no *Bank for International Settlements*, e depois novamente no *Board of Governors* entre 1936 e 1942; serviu no Departamento de Estado de 1945 a 1948 (onde trabalhou para a reconstrução da Alemanha e posteriormente ajudou a formular o que viria a ser o Plano Marshall) e foi professor de Economia Internacional no MIT de 1948 a 1976 (Mehrling, 2022). Escreveu mais de 30 livros, e abordou temas da economia internacional, passando pela economia do desenvolvimento e história econômica. Sua maior contribuição foi sem dúvidas seu estudo sobre a Grande Depressão, *The World in Depression 1929-1939*

(1973), onde expôs pela primeira vez a Teoria da Estabilidade Hegemônica,<sup>13</sup> um dos pilares da EPI estadunidense (Cohen, 2008).

A lógica da teoria era simples, durante o final do século XIX sob o padrão ouro havia a *Pax Britannica*, enquanto o sistema de *Bretton Woods* inaugurado em 1944 consolidava a *Pax Americana*, garantindo a estabilidade do sistema monetário internacional. Durante o período entreguerras, no entanto, a depressão de 1929 teria sido tão profunda que a incapacidade britânica e a relutância dos EUA em assumir a responsabilidade de estabilização gerou vulnerabilidades no sistema econômico internacional (Cohen, 2008). Ou seja, a estabilidade na economia mundial depende de um ator estabilizador. Conforme ele mesmo argumenta:

Este foi o tema do meu livro sobre a depressão mundial da década de 1930 (Kindleberger, 1973). Argumentei que, para a economia mundial ser estável, é necessário um estabilizador, algum país que se comprometa a fornecer um mercado para bens de emergência, um fluxo constante, se não anticíclico, de capital, e um mecanismo de redesconto para fornecer liquidez quando o sistema monetário estiver congelado em pânico. Hoje eu acrescentaria que a liderança mundial também deve gerir, até certo ponto, a estrutura das taxas de câmbio e proporcionar um certo grau de coordenação das políticas monetárias domésticas<sup>14</sup> (Kindleberger, 1981, p.247, tradução nossa).

Uma das funções essenciais do líder hegemônico é assumir a função de credor de última instância diante de uma crise internacional. Em *Manias, Panics and Crashes* (1978), Kindleberger argumenta que apesar dos mercados funcionarem bem como um todo, ocasionalmente entram em colapso. As crises financeiras e cambiais podem ser explicadas pelo excesso especulativo, visto como mania, enquanto sua reação pode assumir a forma de crise, *crash* ou pânico. O pânico também pode ser desencadeado por acontecimentos monetários, mas mesmo as melhores políticas monetárias não poderiam ser sustentadas no longo prazo, pois defende que mesmo políticas ótimas deixariam problemas residuais e as crises continuariam a existir, enfatizando a necessidade de um credor de última instância. Desde o fim do padrão-ouro, os principais países do mundo apresentaram políticas

<sup>13</sup> Teoria da Estabilidade hegemônica foi um termo cunhado por Keohane, mas que surgiu de três membros-chave da geração pioneira da EPI: o economista Kindleberger e os cientistas políticos Gilpin e Krasner, com especial protagonismo do primeiro. Kindleberger foi o primeiro a desenvolver as premissas da teoria, partindo de uma dimensão política, enquanto seus sucessores fizeram adaptações ligadas à tradição realista da EPI (Cohen, 2008).

<sup>14</sup> No original: *This was the theme of my book on the world depression of the 1930s (Kindleberger, 1973). I argued that for the world economy to be stable, it needs a stabilizer, some country that would undertake to provide a market for distress goods, a steady if not countercyclical flow of capital, and a rediscount mechanism for providing liquidity when the monetary system is frozen in panic. Today I would add that the world leadership must also manage, in some degree, the structure of foreign-exchange rates and provide a degree of coordination of domestic monetary policies.*

macroeconômicas descoordenadas e menos coesas, ao passo que a adoção de taxas de câmbio flutuantes em 1973 e a intensificação da especulação aprofundaram esse distanciamento. A responsabilidade pela estabilidade é um bem público, o que implica a necessidade de concentrar-se na cena internacional, pois é onde existe maior necessidade e menor consenso sobre quem deve ser e quais suas funções como credor de última instância. Em suma, sua conclusão é que

[...] a oferta monetária deve ser fixa a longo prazo, mas elástica durante as crises de curto prazo. O credor de última instância deve existir, mas a sua presença deve ser questionada. Por exemplo, a incerteza sobre se a cidade de Nova Iorque seria ajudada, e por quem, pode ter-se revelado correta a longo prazo, desde que a ajuda fosse finalmente prestada, e desde que houvesse dúvidas até ao fim sobre se o seria. Este é um truque inteligente: vir sempre em socorro, para evitar uma deflação desnecessária, mas deixar sempre incerto se o socorro chegará a tempo ou sequer chegará, de modo a incutir cautela noutros especuladores, bancos, cidades ou países<sup>15</sup> (Kindleberger, 1978, p.12, tradução nossa).

No âmbito da moeda internacional, seu foco estava na viabilidade e funcionamento do dólar, e sua tradição cosmopolita o permitia visualizar a emergência do sistema do dólar como ferramenta necessária para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, graças a fluxos de capitais de longo prazo de instituições internacionais, mas principalmente através de fontes privadas, como *Wall Street* e as corporações internacionais, tendo como infraestrutura o sistema monetário internacional (Mehrling, 2022). Daí podemos entender quando Cohen (2008) descreve a vertente da TEH de Kindleberger como benevolente; com o uso benigno do poder pelo líder hegemônico.

Em 1966, escreveu um ensaio para o *The Economist* onde expôs sua percepção de que os EUA deveriam ser entendidos como o centro financeiro do sistema internacional recentemente integrado. Além de facilitar o crescimento do comércio internacional, o mercado de capitais internacional é visto como variável primordial para a recuperação da Europa e para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Como argumenta, “Na minha opinião, os economistas subestimaram a contribuição de um mercado de capitais internacional

---

<sup>15</sup> No original: [...] *money supply should be fixed over the long run but be elastic during the short-run crisis. The lender of last resort should exist, but his presence should be doubted. For example, uncertainty about whether New York City would be helped, and by whom, may have proved just right in the long run, so long as help was finally provided, and so long as there was doubt right to the end as to whether it would be. This is a neat trick: always come to the rescue, in order to prevent needless deflation, but always leave it uncertain whether rescue will arrive in time or at all, so as to instill caution in other speculators, banks, cities, or countries.*

para o desenvolvimento econômico<sup>16</sup>” (Kindleberger, 1981a, p.321 apud Mehrling, 2022, p.150, tradução nossa).

Sua ideia era que a desmonetização do ouro pelos EUA era uma medida necessária para evitar especulações desestabilizadoras, tornando o dólar a moeda de um padrão cambial puro. O problema com o padrão do dólar, no entanto, estava no crescimento do mercado *offshore* de eurodólares sem gerenciamento algum, gerando um problema político que para Kindleberger deveria ser solucionado a partir de uma gestão coletiva dos novos dólares *offshore*. A solução à vista no fim da década de 1960 eram as taxas de câmbio flexíveis, o que parecia para Kindleberger a solução de um problema político mas a causa de um problema econômico (Kindleberger, 1970a, 1981a apud Mehrling, 2022).

Por isso o abandono do sistema de paridade fixa com o ouro e a emergência do câmbio flutuante foi para Kindleberger um grande erro, o que poderia significar o fim do sistema dólar e a chegada da estagflação mundial. Neste sentido, haveria ocorrido a abdicação dos EUA em 1971 de assumir seu papel como liderança mundial, tal qual na Grande Depressão<sup>17</sup>. Como discorre Mehrling (2022),

No final, a política venceu e os oponentes do sistema do dólar conseguiram o que queriam. Em Agosto de 1971, o Presidente Nixon retirou o dólar do ouro e, em 1973, abandonou qualquer tentativa de estabilizar a taxa de câmbio. Para Charlie, foi um golpe devastador: não apenas a abdicação de uma responsabilidade crucial, mas provavelmente o fim do sistema do dólar. A decisão de Roosevelt, em 1933, de torpedear a tentativa dos banqueiros centrais de estabilizar as moedas condenou o mundo à Depressão. A decisão de Nixon em 1973 agora condenou o mundo à estagflação, ou pior<sup>18</sup> (Mehrling, 2022, p.3, tradução nossa).

Como argumenta, a ausência de um estabilizador do sistema reflete em seu funcionamento, causando não só falta de poder e dominância da economia global, como também “um excesso de aspirantes a caronas, sem vontade de cuidar da loja e esperando que um lojista apareça<sup>19</sup>” (Kindleberger, 1981, p.253, tradução nossa). Kindleberger conclui que

---

<sup>16</sup> No original: *In my judgment, the economists have underrated the contribution to economic development of an international capital market.*

<sup>17</sup> Baseado nas falas de Kindleberger num colóquio sobre “A Crise Econômica Global” realizado na Universidade Bucknell, de 27 de fevereiro a 1 de março de 1975 (Mehrling, 2022).

<sup>18</sup> No original: *In the end, politics won out and the opponents of the dollar system got their way. In August 1971, President Nixon took the dollar off gold, and in 1973 abandoned any attempt to stabilize the exchange rate. For Charlie, it was a devastating blow: not only the abdication of a crucial responsibility, but probably the end of the dollar system. Roosevelt’s decision in 1933 to torpedo the central bankers’ attempt to stabilize currencies had doomed the world to Depression. Nixon’s decision in 1973 now doomed the world to stagflation, or worse.*

<sup>19</sup> No original: *a superfluity of would-be free riders, unwilling to mind the store, and waiting for a storekeeper to appear.*

Parte do problema econômico mundial hoje é que os Estados Unidos renunciaram (ou foram demitidos) do cargo de líder da economia mundial e não há nenhum candidato disposto e aceitável para ocupar o seu lugar. Não temos apenas o fim do papel de dominação que detectei em 1960, mas também sinais fracos do fim da liderança dos Estados Unidos<sup>20</sup> (Kindleberger, 1981, p.248, tradução nossa).

Quatro anos depois Kindleberger (1985) reconhece que suas afirmações anteriores, desde a tese de escassez do dólar no século XX<sup>21</sup> até a ideia de que os EUA não possuíam déficit significativo pois atuavam como bancos emprestando a longo prazo e tomando empréstimos a curto prazo<sup>22</sup>, e mesmo sua forte afirmação de que o dólar estava acabado como moeda internacional se mostraram questionáveis diante dos acontecimentos então atuais.

Sua defesa do funcionamento do dólar se pauta na necessidade de uma moeda mundial e na ausência de um desafiante à altura, no entanto, uma década e meia de negligência (ideia de “negligência benigna” inaugurada por Reagan), grandes déficits e empréstimos poderiam ser sinais do fim da carreira do dólar, mesmo que não tão perceptíveis. Diante disso, sua preocupação está no fluxo de poupança dos EUA, pois a tendência de diminuição do papel do dólar estaria entrelaçada com o crescimento do país baseado em empréstimos externos. Em face ao baixo nível de poupança dos americanos, seu consumo é compensado por empréstimos hipotecários, empréstimos a prestações e cartões de crédito (Kindleberger, 1985).

Sua visão continua pessimista diante da estabilidade do sistema de câmbio flexível. Mesmo com a falência de alguns bancos, discorre que a maioria deles gostam do sistema que lhes proporcionam altos lucros no mercado de divisas. Os ganhadores e perdedores são variados diante de um sistema desordenado (Kindleberger, 1985). Em suma,

Prejudica o planejamento do comércio e do investimento e produz lucros e perdas artificiais trimestralmente devido às regras contabilísticas. As empresas exportadoras e importadoras competitivas dos EUA sofreram com a sobrevalorização do dólar, embora as empresas europeias e japonesas, além dos turistas americanos, tenham se beneficiado. Os países menos desenvolvidos com grandes dívidas em dólares estão divididos entre a dificuldade em cumprir o serviço da dívida sobre moeda sobrevalorizada e a ajuda na venda de exportações para os Estados Unidos. Atualmente, não existem forças fortes para a mudança porque não existe um interesse dominante dedicado ao restabelecimento de um sistema ordenado. No

---

<sup>20</sup> No original: *Part of the world's economic problem today is that the United States has resigned (or been discharged) as leader of the world economy, and there is no candidate willing and acceptable to take its place. We have not only the end to the domination role which I detected in 1960, but also faint signs of the end of United States leadership.*

<sup>21</sup> The Dollar Shortage (1950).

<sup>22</sup> The Dollar and World Liquidity: A Minority View (1966)

devido tempo, porém, perceber-se-á que a defesa do dinheiro é tão forte a nível internacional como a nível nacional<sup>23</sup> (Kindleberger, 1985, p.305, tradução nossa).

Sobre sua projeção para o futuro do dólar, argumenta que há duas opções possíveis: uma na qual o mundo mudará sua opinião sobre um país que acumula déficits interno e externo e outra na qual um novo sistema de câmbio fixo surgirá. Haveria a possibilidade do que chama de “política dócil”, onde se poderia travar os déficits e equilibrar o balanço de pagamentos, a fim de gerar excedentes capazes de compensar a falta de poupança e assim impulsionar o investimento empresarial. No entanto, isso seria uma realidade difícil de alcançar, resultando em declínio econômico e minando o papel do dólar como elemento chave da economia mundial (Kindleberger, 1985). A aposta de Kindleberger (1985, p.305, tradução nossa) era de que em algumas décadas se pudesse observar a transição para um sistema de câmbio fixo, onde uma outra moeda nacional substituiria o dólar:

Na minha opinião, o mundo regressará de forma desigual a um sistema de taxas de câmbio estáveis, que é improvável que o dólar seja o pivô do sistema futuro (cumprindo o meu pronunciamento prematuro de 1976), que o ouro sairá do sistema. Suspeito que a moeda-chave sobre a qual outros giram num mundo de dinheiro N-1 não será tomada por uma unidade sintética como o SDR ou a Unidade Monetária Europeia (ECU). É provável que seja uma moeda nacional.<sup>24</sup>

Ainda neste tema, expõe como funcionaria o sistema de câmbio que projeta para o futuro:

Reconheço, claro, que taxas de câmbio fixas exigem políticas monetárias e fiscais coordenadas. Isto não significa que todos os países do mundo devam agir em conjunto. Prevejo um sistema de moedas-chave, fixas umas em relação às outras e com as suas políticas macroeconômicas convergentes. Outros países podem vincular o seu dinheiro a uma das principais moedas e mantê-lo fixo ou flexível, conforme desejarem ou puderem. Vários economistas costumavam favorecer um sistema de sistemas regionais fixos flutuando uns contra os outros. A minha predileção é pelo oposto: um sistema abrangente de taxas fixas - dólar, sim, marco alemão ou ECU,

---

<sup>23</sup> No original: *It undermines planning in trade and investment, and it produces artificial profits and losses quarterly because of accounting rules. US exporting and import-competitive corporations have suffered from overvaluation of the dollar, though European and Japanese firms, plus American tourists, have benefited. Less developed countries with large debts in dollars are torn between the difficulty in meeting debt service on overvalued currency, and the help in selling exports to the United States. At present, there are no strong forces for change because there is no dominant interest dedicated to reestablishing an orderly system. In due course, however, it will be realized that the case for money is as strong at the international level as it is at the national.*

<sup>24</sup> No original: *I opine that the world will move unevenly back to a system of stable exchange rates, that the dollar is unlikely to be the pivot of the future system (fulfilling my premature pronouncement of 1976), that gold will drift out of the system. I suspect that the key currency on which others pivot in a world of N-1 monies will not be taken by a synthetic unit such as the SDR or the European Currency Unit (ECU). It is likely to be a national currency.*

talvez o cruzeiro brasileiro - ao qual outras moedas se vinculariam<sup>25</sup> (Kindleberger, 1985, p.306, tradução nossa).

Por fim, podemos inferir que Kindleberger possuía uma visão otimista do dólar enquanto centro do sistema monetário internacional, parte essencial do que considera o papel de um líder hegemônico. Com o passar dos anos, evidenciou a renúncia dos EUA em continuar com seu papel estabilizador do sistema quando o governo americano resolveu abandonar o sistema de taxas de câmbio fixas. Isso nos mostra que, apesar do papel central dos EUA e do dólar, Kindleberger passou a defender uma futura transição do sistema internacional onde outras moedas nacionais obteriam poder suficiente para retornar a um sistema de câmbio fixo, num movimento de reestabilização da economia mundial. A ideia do dólar enquanto instrumento de poder é abordada pelo autor, pois o poder monetário dos EUA (enquanto um sistema de câmbio fixo) é visto como uma condição necessária para a prosperidade da economia mundial. No entanto, sua posição é de que a hegemonia americana é benevolente. Em outras palavras, a hegemonia exercida pelos norte-americanos trazia estabilidade (e, leia-se, benefícios) para o sistema internacional, inclusive no que tange ao desenvolvimento de países subdesenvolvidos.

#### 4.2. SUSAN STRANGE

Susan Strange (1923-1998) foi uma das figuras mais proeminentes na área de Relações Internacionais britânica e uma renomada pensadora global em economia política internacional, deixou uma marca indelével em sua carreira acadêmica. Originando-se como jornalista no *The Economist* e no *The Observer*, Strange fez a transição para uma carreira de pesquisa em tempo integral na *Chatham House* antes de se estabelecer no mundo acadêmico. Seu legado também inclui seu papel como co-fundadora da *British International Studies Association* em 1975, tornando-se, em 1995, a primeira mulher britânica a presidir a Associação de Estudos Internacionais. Ao longo de sua carreira, Strange produziu uma série de livros influentes, incluindo *Casino Capitalism* (1986), *States and Markets* (1988), *The*

---

<sup>25</sup> No original: *I recognize, of course, that fixed exchange rates require coordinated monetary and fiscal policies. This does not mean that all countries in the world must act together. I envisage a system of key currencies, fixed in relation to one another, and with their macro-economic policies converging. Other countries can attach their monies to one of the key currencies and maintain them fixed or flexible as they choose or are able. A number of economists used to favor a system of fixed regional systems floating against one another. My predilection is for the opposite: an overarching system of fixed rates - dollar, yes, Deutschmark or Ecu, perhaps the Brazilian cruzeiro, - to which other currencies would attach themselves.*

*Retreat of the State* (1996) e *Mad Money* (1998) (London School of Economics and Political Science, 2023).

Como Cohen (2008) coloca, a autora se preocupava com a transformação sistêmica a partir da ressurreição das finanças globais e suas consequências internacionais. Indo contra a tradição da “escola americana” da EPI, em 1987 Strange chamou de mito a persistente ideia de perda da hegemonia americana que havia se enraizado fortemente na academia norte-americana, ganhando credibilidade em todo mundo. Essa ideia, pautada na TEH, reflete em um cenário de pessimismo e desespero, onde o unilateralismo e o nacionalismo parecem ser a opção mais viável. Isso se dá a partir de uma situação contraditória, onde os mesmos autores da revista *International Organization*<sup>26</sup> (que parecem convencidos dos benefícios da cooperação internacional e resolução de conflitos) contribuem para um ambiente menos cooperativo, perpetuando o mito do poder americano perdido (Strange, 1987).

No caso do poder, Strange (1987) parte da conceitualização do que chamou de poder estrutural<sup>27</sup>. Este diferencia-se do poder relacional, ou seja, o tipo descrito nos livros realistas convencionais como o poder de A para fazer com que B faça algo que de outra forma não faria. O poder estrutural, em contraste, determina as estruturas da economia política global nas quais os atores do sistema internacional devem operar. De acordo com sua definição,

O poder estrutural é o poder de escolher e moldar as estruturas da economia política global dentro das quais outros Estados, as suas instituições políticas, as suas empresas econômicas e (não menos importante) os seus profissionais têm de operar. Isto significa mais do que o poder de definir a agenda de discussão ou de conceber (na fraseologia americana) o “regime” internacional de regras e costumes<sup>28</sup> (Strange, 1987, p.565, tradução nossa).

Desta forma, o poder estrutural se ramifica em quatro estruturas, que são separadas mas inter-relacionadas. Elas são o controle sobre a segurança (capacidade de exercer controle sobre a segurança de outras pessoas contra a violência); o controle sobre a produção (controlar o sistema de produção de bens e serviços); o controle sobre o crédito<sup>29</sup> (determinar

<sup>26</sup> Como visto anteriormente em Cohen (2008), Keohane e Nye foram os reformuladores da revista *International Organization* na década de 1970, sendo o veículo principal de circulação de artigos no âmbito da Economia Política Internacional nos EUA.

<sup>27</sup> O conceito de poder estrutural é amplamente desenvolvido por Strange em seu livro *States and Markets* (1988).

<sup>28</sup> No original: *Structural power is the power to choose and to shape the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises, and (not least) their professional people have to operate. This means more than the power to set the agenda of discussion or to design (in American phraseology) the international “regime” of rules and customs.*

<sup>29</sup> Também chamado de dimensão financeira, Strange (1988, p.90, tradução nossa) a define como “a soma de todas as disposições que regem a disponibilidade de crédito mais todos os fatores que determinam as condições em que as moedas são trocadas umas pelas outras”.

a estrutura financeira e de crédito) e o controle sobre o conhecimento (controlar e influenciar a aquisição, comunicação e armazenamento de conhecimento e informação). O que Strange propõe é que o poder estrutural dos EUA não mudou, sendo o único país com proeminência em todas as quatro estruturas (Strange, 1987).

No campo da segurança, a preponderância militar dos Estados Unidos é incontestável, desde seu arsenal militar nuclear até seus mecanismos de defesa no mar e mesmo no espaço (corrida espacial da Guerra Fria). Da mesma forma, a produção global de bens e serviços comandada por empresas dirigidas por estadunidenses é massiva, pois as maiores corporações de produtos tecnológicos, petrolíferas, farmacêuticas, etc. são sediadas nos EUA. Os canais de informação e conhecimento também estão sob comando de entidades norte-americanas, podendo citar principalmente empresas de tecnologia e bancos de dados (Strange, 1987).

Atentando-se à esfera do crédito, que a nossos propósitos parece mais pertinente, é imprescindível chamar atenção para a oferta e disponibilidade de crédito mundial, que é denominada em dólares. Como o sistema financeiro operado em dólares não necessita de reservas, os EUA conseguem dispor de um déficit persistente sem nenhum tipo de punição aparente, o que denuncia não a fraqueza, mas sim o poder americano no sistema. Em suma, nem mesmo a Europa e o Japão, naquele momento, poderiam igualar o desempenho americano nas quatro estruturas, o que significava que o poder hegemônico dos Estados Unidos iria continuar por algum tempo (Strange, 1987).

E qual então seria uma explicação alternativa para a desordem econômica internacional da época para Strange (1987)? Ao contrário do diagnóstico americano, a causa das circunstâncias do período estava no sistema político americano e não no papel dos EUA no sistema internacional. Em suas palavras,

A instabilidade nestes regimes exige, acima de tudo, alguma coerência por parte do participante líder. Os Estados Unidos não estão preparados para sustentar esta constância na elaboração de políticas, em parte devido às suas disposições constitucionais, e em parte graças à construção de coligações praticada pelos seus partidos políticos dominantes. A consagrada doutrina da separação de poderes tem sido uma excelente salvaguarda contra o abuso do poder executivo. Mas tendeu a fazer com que os decisores políticos em Washington estivessem sempre atentos à capacidade dos poderosos lobbies e grupos de interesses que operam no Congresso ou dentro dele para distorcer, frustrar ou mesmo reverter as estratégias adotadas pela

Casa Branca em relação ao mundo exterior<sup>30</sup> (Strange, 1987, p.571-2, tradução nossa).

A política norte-americana em relação ao resto do mundo tem sido inconsistente, inconstante e imprevisível, denunciando as contradições entre teoria e prática dos discursos estadunidenses. Isto se dá na dicotomia entre realismo (praticado pelos Departamentos de Estado e de Defesa dos EUA) e liberalismo (pregado pelos economistas neoclássicos e pelos cientistas políticos internacionalistas), que revezam protagonismo nas políticas adotadas.

O que ocorre é que os acadêmicos dos EUA são relutantes em aceitar que o fracasso da cooperação internacional é resultado da incoerência política interna de seu país. A maioria dos pesquisadores estadunidenses vêem o declínio dos EUA em decorrência da falta de ação coletiva, e que não há nada que possam fazer caso não haja tal comportamento. No entanto, tendem a desconsiderar que a ação coletiva ainda é viável, desde que os Estados Unidos liderem o caminho. O uso do poder estrutural hegemônico de forma destrutiva tem sido causa importante da instabilidade econômica mundial, por isso sua tese é de que a condição necessária para maior estabilidade e cooperação reside nos Estados Unidos, e não nas instituições de cooperação internacional (Strange, 1987).

Sobre o estudo crítico do dinheiro, em *Casino Capitalism* (1986) Strange manifesta sua preocupação com a emergência do que chama de cassinos financeiros. Com o fim do sistema de câmbio fixo e a desregulamentação do mercado financeiro a partir do euromercado londrino, o sistema financeiro tornou-se um cassino movido por apostas de alto risco e graves consequências para a economia mundial. A partir disso, argumenta que as economias nacionais perderam o controle de gestão frente às incertezas inerentes ao mercado financeiro graças à volatilidade de variáveis estratégicas, sendo elas a taxa de câmbio, inflação, juros e o preço internacional do petróleo. O cenário não é promissor, e “quer desta vez a incerteza conduza a uma crise dramática ou – como parece muito mais provável – a um mal-estar teimosamente persistente na economia de mercado mundial, isto deve ser uma preocupação geral e não apenas para os economistas<sup>31</sup>” (Strange, 1986, p.3, tradução nossa).

---

<sup>30</sup> No original: *Instability in these regimes requires, above all, some consistency on the part of the leading participant. The United States is ill suited to sustaining this consistency in policymaking, partly by reason of its constitutional provisions, and partly thanks to the coalition-building practiced by its dominant political parties. The hallowed doctrine of the separation of powers has been an excellent safeguard against the abuse of executive power. But it has tended to make policymakers in Washington ever mindful of the capacity of powerful lobbies and interest groups operating upon or within Congress to distort, frustrate, or even reverse strategies adopted by the White House towards the outside world.*

<sup>31</sup> No original: *whether this time the uncertainty leads to a dramatic crisis or – as seems far more likely – to a stubbornly continuing malaise in the world market economy, this must be of general concern not just to economists.*

As mudanças que já vinham acontecendo desde o final da década de 1960 atingem um patamar irreversível em 1973. Considerado como um marco, é neste ano que ocorrem a desvalorização efetiva do dólar, a mudança para taxas de câmbio flutuantes e a primeira crise do petróleo, favorecendo ainda mais o aumento da incerteza no sistema financeiro. O que Strange (1986) chama atenção é que as promessas feitas diante da adoção do câmbio flutuante não foram cumpridas, no lugar, houve aumento do déficit no balanço de pagamentos nos principais países graças ao aumento da volatilidade. Os EUA, não surpreendentemente, não foram tão afetados por essas mudanças, já que possuem o poder de imprimir a moeda de reserva internacional. A volatilidade do câmbio e dos juros tem grande influência das políticas estadunidenses, graças ao seu papel no sistema monetário internacional. Deste modo, os EUA vinham tomando decisões importantes que afetaram o sistema financeiro internacional, principalmente sob influência de questões internas de curto prazo, desconsiderando o crescimento sustentável da economia e do mercado financeiro americanos, o que transbordaria para a economia mundial (Strange, 1986).

Mas como os cassinos financeiros são formados? Strange (1986) lista uma série de decisões que haveriam levado à essa situação. Estas vão desde a recusa dos europeus compartilhar dos encargos em segurança no âmbito da OTAN no início da década de 1950, impulsionando os gastos militares dos EUA (e o conseqüente déficit no balanço de pagamentos) e a decisão de reabrir a cidade de Londres como um mercado financeiro internacional até a “não-decisão” dos EUA em não interferirem nos mercados cambiais, sem esforços na elaboração de um novo quadro regulamentador e um credor de último recurso para salvar os países em crise.

A questão da dívida dos países em desenvolvimento não é ignorada, seja na sua posição de vulnerabilidade acentuada no sistema financeiro internacional seja nos pontos de atenção que não podem passar despercebidos em Washington. Strange (1986) reconhece que a dívida desses países contribui em grande parte para a instabilidade do sistema bancário e sua sensibilidade especial diante da volatilidade do câmbio, crédito e petróleo.

Seu diagnóstico é de que os EUA deveriam agir para trazer o mínimo de previsibilidade e estabilidade para o sistema, já que as organizações internacionais são criadas e dependem dos governos nacionais, sendo o norte-americano o mais influente nelas. Em suas palavras,

O problema de gerir e estabilizar um sistema financeiro que está fundamentalmente fora de ordem e de controle é global. Mas a solução é nacional. Não vale a pena

esperar que as organizações internacionais agitem uma varinha mágica e restaurem a ordem financeira e, com ela, a prosperidade mundial. Qualquer levantamento das soluções recentemente propostas (como no último capítulo) leva à conclusão de que a reforma deve começar com uma mudança de mentalidade em Washington<sup>32</sup> (Strange, 1986, p.142, tradução nossa).

O caráter normativo de sua bagagem acadêmica não podia deixar de incluir quais ações deveriam ser adotadas por Washington, que incluem restaurar a estabilidade de sua própria gestão econômica interna, garantindo a estabilidade do dólar tal como na década de 1960. Mudanças institucionais tanto na gestão da economia real como nos mercados financeiros também são essenciais, assim como a regulamentação do sistema bancário e o controle das despesas militares do governo. Os próprios cidadãos americanos correm riscos iminentes caso não haja o resgate do poder econômico pelo governo americano, a ideia é que essa atitude não deve ser feita por altruísmo em relação ao resto do mundo, mas por interesse próprio. Contudo que “reconheça seu verdadeiro interesse nacional a longo prazo em exercer uma hegemonia sábia sobre a economia de mercado mundial<sup>33</sup>” (Strange, 1986, p.143, tradução nossa). Posteriormente, defende que o sistema financeiro mundial carece de uma liderança benevolente, e o sistema político fragmentado impede uma gestão econômica esclarecida, em um cenário de incapacidade e falta de vontade dos EUA em assumir um papel de líder hegemônico benigno (Strange, 1988).

Anos depois, Strange (1998) conclui que o cassino realmente enlouqueceu, ou melhor, que o dinheiro ficou louco. A globalização financeira e a interdependência global aumentaram ainda mais a loucura do dinheiro, aprofundando a dificuldade de controle dos governos nacionais e internacionais diante da preponderância do mercado, podendo causar o colapso do crédito e do crescimento mundial a qualquer momento. A preocupação das pessoas aumentaram de modo significativo, diante de um sistema financeiro ainda mais hostil à sociedade civil. Em outras palavras, sua preocupação

[...] não é técnica - com a eficiência do sistema - mas social e política, com consequências para as pessoas comuns que nunca foram questionadas se queriam apostar os seus empregos, as suas poupanças, os seus rendimentos nesta forma de cassino do capitalismo. O fato de alguns terem obtido ganhos extraordinários não alivia a dor e a perplexidade daqueles que são atingidos por perdas imerecidas. Hoje,

---

<sup>32</sup> No original: *The problem of managing and stabilizing a financial system that is fundamentally out of order and control is a global one. But the solution is a national one. It is absolutely no use looking to international organizations to wave a magic wand and restore financial order and with it world prosperity. Any survey of recently proposed solutions (as in the last chapter) leads to the conclusion that the reform must start with a change of mind in Washington.*

<sup>33</sup> No original: *recognize its own true long-term national interest in exercising a wise hegemony over the world market economy.*

no final do século, a natureza de cassino do sistema financeiro tem sido amplamente reconhecida. E o que temos hoje é muito mais do mesmo – mais volatilidade, mais incerteza e mais ansiedade. Embora muitos dos que estão envolvidos nos mercados financeiros possam considerar o que está acontecendo como perfeitamente normal, necessário e, portanto, aceitável, há muitos mais que pensam que tudo é uma loucura. Não faz sentido, pensam eles, apostar desta forma com o futuro da economia de mercado mundial. Mais dos mesmos desenvolvimentos que descrevi nas décadas de 1970 e 1980 significaram pior para aqueles que perderam empregos – porque era financeiramente necessário – e para aqueles que perderam poupanças e cujos investimentos falharam. O dinheiro realmente enlouqueceu<sup>34</sup> (Strange, 1998, p.37-8, tradução nossa).

Uma consequência de extrema importância são as restrições cada vez maiores à elaboração de políticas estatais para a economia, desde o controle sob as taxas de inflação e juro, como também o nível do emprego e políticas de bem-estar social. As fusões e aquisições também contribuem para a perda de influência dos governos nacionais frente às empresas globais. O próprio acesso ao crédito é desigual e deixa as pequenas empresas produtivas à margem. Ainda, há o que chama de contaminação moral, que consiste no abuso de informação privilegiada e nos ganhos extraordinários de agentes do mercado financeiro em detrimento da maioria da população, os grandes perdedores do cassino global (Strange, 1998).

As opções frente ao descontrole cada vez maior estariam no fim dos paraísos fiscais, no cancelamento da dívida dos países pobres altamente endividados; um novo sistema bancário regulamentado e impedido de assumir negócios de alto risco e mudanças jurídicas que desencorajam investimentos de alto risco. No entanto, a adoção de qualquer uma dessas sugestões é o resultado de escolhas políticas e preferenciais que parecem ainda distantes de serem tomadas, mesmo com as crises e os turbulentos desdobramentos do *mad money*. A solução para Strange (1998) seria esperar que a experiência excitasse uma mudança política, como finaliza seu livro: “Talvez, portanto, o dinheiro tenha de se tornar realmente muito mais

---

<sup>34</sup> No original: *is not technical – with the efficiency of the system – but social and political, with the consequences for ordinary people who have never been asked if they wanted to gamble their jobs, their savings, their income in this casino form of capitalism. The fact that some made windfall gains does not assuage the pain and bewilderment of those afflicted with undeserved losses. Today, at the end of the century, the casino nature of the financial system has been widely acknowledged. And what we have today is much more of the same – more volatility, more uncertainty and more anxiety. While many of those engaged in financial markets may regard what is happening as perfectly normal, necessary and therefore acceptable, there are a lot more who think it is all quite crazy. It does not make sense, they think, to gamble in this way with the future of the world market economy. More of the same developments that I described in the 1970s and 1980s have meant worse for those who lost jobs – because it was financially necessary – and for those who lost savings and whose investments failed. Money has indeed gone mad.*

louco e mau antes que a experiência mude as preferências e as políticas<sup>35</sup>” (Strange, 1998, p.442, tradução nossa).

Finalmente, o que se pode extrair a partir do exposto é que os sistema monetário e financeiro internacional são instituídos a partir das relações de poder no sistema internacional. Sua definição de poder estrutural é uma lente através da qual observa como os Estados Unidos possuem vantagem não somente na dimensão financeira, como da produção, da segurança e do conhecimento. Como o poder estrutural está nas mãos da hegemonia norte-americana, ainda longe de seu fim, a ordem monetária é extremamente influenciada e moldada por Washington. Em um trabalho anterior<sup>36</sup> Strange já havia discutido uma teoria política das moedas internacionais e a importância de se olhar para as condições e consequências políticas e econômicas do uso de uma moeda nacional para além das fronteiras nacionais. Isso quer dizer que existe um papel a ser exercido pelos Estados Unidos para que conduzam os demais países ao seu ideal de ordem monetária internacional. Não obstante, o descontrole do mercado financeiro formou o que chama de cassinos financeiros, resultado da prática hegemônica destrutiva dos Estados Unidos e sua política interna incoerente. Diante disso, sua preocupação é social e política, haja vista que a grande massa da população mundial (inclusive estadunidense) são perdedores desse cassino global. Sua conclusão é de que cabe aos EUA, como líder hegemônico e possessor da moeda de curso internacional, instaurar algum tipo de ordem no sistema internacional, desde a estabilidade do câmbio até novas regras de conduta que coajam os operadores financeiros.

#### 4.3. BENJAMIN J. COHEN

Como se apresenta em seu próprio livro, Benjamin J. Cohen (1937- ) possui formação em economia, mas iniciou seus estudos em EPI na década de 1970 quando editou uma série de livros sobre economia política internacional a convite da editora *Basic Books*. Até 2008,

---

<sup>35</sup> No original: *At the end of the day, of course, we are talking about relative values and social preferences – the preference, for example, for more equity and more stability over the maximisation of wealth creation, and a preference for the quality of economic growth rather than its quantity. That is what the debates in international political economy and in theoretical economics ultimately boil down to. The conflicts between monetarism and market economics on one side and keynesian intervention on the other are not technical but political. And political choices are formed by people’s experience. Our problem in the next century is that the traditional authority of the nation state is not up to the job of managing mad international money, yet its leaders are instinctively reluctant to entrust that job to unelected, unaccountable (and often arrogant and myopic) bureaucrats. We have to invent a new kind of polity but we cannot yet imagine how it might work. Perhaps, therefore, money has to become really very much more mad and bad before the experience changes preferences and policies.*

<sup>36</sup> Ver Strange, Susan. *The Politics of International Currencies*. *World Politics*, v. 23, n.2, 1971, p.215-231.

cinco volumes já haviam sido publicados, incluindo *U.S. Power and the Multinational Corporation* (1975) de Robert Gilpin e *The Question of Imperialism* (1973) e *Organizing the World's Money* (1977), ambos de sua autoria (Cohen, 2008). Autor de mais de dezoito livros, é professor emérito na Universidade da Califórnia de Santa Bárbara desde 2012 e continua publicando sobre relações monetárias internacionais; política externa dos EUA; integração monetária; dívida soberana; teorias do imperialismo econômico e história da disciplina da Economia Política Internacional (UC Santa Barbara, 2023).

O primeiro esforço de Cohen para explorar a economia política das relações monetárias resultou no livro *Organizing the World's Money* (1977). Seu objetivo principal era encontrar meios de instituir constância entre as políticas monetárias nacionais. Os meios encontrados, em suma, foram quatro princípios alternativos pelos quais o sistema financeiro global poderia ser constituído, sendo eles: automaticidade (um regime autodisciplinado de normas e regras vinculativas para todos os governos); supranacionalidade (adesão coletiva às decisões de alguma organização internacional autônoma); hegemonia (um regime organizado em torno de um único Estado líder) ou negociação (regime de responsabilidade partilhada) (Cohen, 2008).

Às vésperas de publicar seu livro, Cohen descreveu um ano antes a essência de sua argumentação em *Organizing the World's Money*, tendo como ponto de partida o que chamou de colapso total da ordem monetária internacional em 15 de agosto de 1971. Com o anúncio do fim da conversão dólar-ouro, o sistema não contava mais com alguma forma de controle estabilizador. Na tentativa de acordar um novo quadro de regras e convenções, o chamado Comitê dos 20<sup>37</sup> foi organizado sob os auspícios do FMI em 1972. No entanto, o foco da discussão não estava no real problema gerado pelo fim da ordem monetária de *Bretton Woods*, a coerência (Cohen, 1976). Em suas palavras,

A principal causa, porém, é simplesmente o fato de os negociadores terem sido levados a olhar na direção errada. Os negociadores mantiveram os olhos na mesma tríade de problemas que dominou o debate durante a década de 1960. No entanto, o ajustamento, a liquidez e a confiança não são a principal ameaça ao sistema monetário, ainda que continuem a ser questões técnicas que precisam urgentemente ser resolvidas. O perigo genuíno é muito mais profundo - a ausência de um mecanismo acordado para assegurar a compatibilidade entre os objetivos de política externa dos diferentes governos nacionais. Este é o problema da "coerência". Essencialmente de natureza política, este problema sublinha e condiciona todas as questões econômicas tradicionais da reforma. Nenhum problema econômico pode ser resolvido enquanto o problema da coerência política não for tratado de forma satisfatória. No entanto, os negociadores do Comitê dos 20 e do Comitê Interino nunca se confrontaram explicitamente com este problema. Não é de admirar,

---

<sup>37</sup> Comitê para a Reforma do Sistema Monetário Internacional e Questões Relacionadas.

portanto, que a reforma monetária tenha permanecido um objetivo ilusório<sup>38</sup> (Cohen, 1976, p.40, tradução nossa).

As opções de reforma monetária que o autor sugere para sanar o problema da coerência já foram listadas anteriormente e, como melhor opção, Cohen (1976) escolhe entre hegemonia e negociação. Um exemplo de hegemonia foi o próprio sistema de Bretton Woods, que refletia os interesses dos EUA no mundo pós-guerra (desejavam libertar-se das restrições à balança de pagamentos). A política financeira externa dos Estados Unidos foi, assim, de “negligência benigna”. O que para o autor significa que

Os Estados Unidos renunciaram a qualquer objetivo próprio em matéria de pagamentos em favor de assumirem a responsabilidade pelo funcionamento da própria ordem monetária. A coerência foi assegurada pela vontade americana de desempenhar um papel passivo no processo de ajustamento<sup>39</sup> (Cohen, 1976, p.41, tradução nossa).

De modo geral, a responsabilidade colocada sob os EUA foi vantajosa para o país, em um sistema de hegemonia não exploratória, uma vez que “refletia um jogo de soma positiva em que todos os principais atores seriam beneficiados<sup>40</sup>” (Cohen, 1976, p.41, tradução nossa). Mesmo que seu “privilégio exorbitante” fosse benevolente, houveram descontentamentos de alguns países, como a França de Charles de Gaulle.

O diagnóstico de Cohen (1976) é de que os EUA devem continuar a assumir a responsabilidade de liderança, mesmo que sem desfrutar dos “privilégios exorbitantes”, em uma liderança sem hegemonia. Os estadunidenses deveriam reconhecer, então, que já não eram a potência econômica dominante no mundo, e adaptarem-se à nova organização do espaço econômico de forma recíproca e não egoísta. Em outras palavras, “A nova ordem

---

<sup>38</sup> No original: *The principal cause, however, is simply that negotiators have been caught looking in the wrong direction. Negotiators have kept their eyes on the same triad of problems that dominated the debate through the 1960s. Adjustment, liquidity, and confidence, however, are not really the main threat to the monetary system, even if they remain technical issues in urgent need of resolution. The genuine danger goes much deeper - to the absence of some agreed mechanism to ensure compatibility among the external policy objectives of separate national governments. This is the problem of “consistency”. Essentially political in nature, it underlines and conditions all of the traditional economic issues of reform. No economic problem can be solved until the political consistency problem is satisfactorily dealt with. Yet negotiators in the Committee of 20 and Interim Committee have never explicitly confronted this problem. Little wonder, then, that monetary reform has remained an elusive goal.*

<sup>39</sup> No original: *America surrendered any payments target of its own in favor of taking responsibility for the operation of the monetary order itself. Consistency was assured by America’s willingness to play a passive role in the adjustment process.*

<sup>40</sup> No original: *it reflected a positive-sum game in which all of the principal players would benefit.*

monetária institucional que está a evoluir deve ser negociada em vez de imposta, pluralista em vez de hegemônica<sup>41</sup>” (Cohen, 1976, p.43, tradução nossa).

Por fim, o autor chama atenção para o “problema” dos petrodólares e, como diante da posição considerada não hegemônica dos EUA, o FMI seria a melhor instituição para promover novas regras no sistema monetário internacional. Citando Cohen (1976, p.50, tradução nossa),

A necessidade fundamental é evitar uma situação em que a incoerência das políticas nacionais, a incapacidade de compromisso, conduza a uma grande instabilidade. Os Estados Unidos já não estão em posição de ditar a partir de uma posição de hegemonia. Outros ainda não estão preparados para assumir o manto da liderança. Atualmente, a coerência só pode ser assegurada no contexto de um sistema negociado - mais uma questão de política do que de economia. Resta esperar que os políticos estejam à altura da tarefa<sup>42</sup>.

Posteriormente, Cohen se dedica à problemática dos novos desafios oriundos da nova geografia monetária internacional. Em *The Geography of Money* (1998), expõe a necessidade de superação do mito Uma Nação/Uma Moeda instituído no século XVII com a Paz de Vestfália. Tal marco incorporou um modelo de geografia monetária na qual o Estado possuía monopólio sobre as relações monetárias. O que se observou com o fim da II Guerra Mundial, no entanto, foi a volta da utilização generalizada e crescente de moedas fora de seus países de origem associada à eliminação das barreiras comerciais e a concorrência entre moedas nacionais. Sua tese central é de que

as relações internacionais, tanto políticas como econômicas, estão a ser dramaticamente remodeladas pela crescente interpenetração dos espaços monetários nacionais. A concorrência monetária impulsionada pelo mercado altera a distribuição dos recursos e do poder em todo o mundo. Gera tensões e inseguranças crescentes - ameaças potenciais à estabilidade global, mas também oportunidades promissoras de cooperação<sup>43</sup> (Cohen, 1998, p.3, tradução nossa).

---

<sup>41</sup> No original: *The new institutional monetary order that is evolving must be negotiated rather than imposed, pluralistic rather than hegemonic.*

<sup>42</sup> No original: *The key need is to avoid a situation in which inconsistency of national policies, a failure to compromise, leads to great instability. The United States is no longer in a position to dictate from a position of hegemony. Others are not yet ready to pick up the mantle of leadership. Consistency can be assured today only in the context of a negotiated system - more a matter of politics than economics. Once can only hope that the politicians are up to the job.*

<sup>43</sup> No original: *international relations, political as well as economic, are being dramatically reshaped by the increasing interpenetration of national monetary spaces. Market-driven currency competition alters the distribution of resources and power around the globe. It generates mounting tensions and insecurities - potential threats to global stability as well as promising opportunities for cooperation.*

Com a nova geografia monetária, as moedas se tornaram efetivamente desterritorializadas e o poder monetário antes monopolizado pelo Estado foi redistribuído entre as forças de mercado. Outra consequência é a ampla hierarquia entre as moedas, em um cenário onde o setor privado parece ser o grande ganhador, face à crise de legitimidade do Estado diante das mudanças na organização espacial do dinheiro. É importante frisar que os Estados ainda continuam imprimindo suas moedas, o que os dá importância; no entanto, seu poder que antes era de monopólio dá lugar a um Estado oligopolista que deve buscar consenso com o mercado em suas ações (Cohen, 1998).

Neste cenário, Cohen (1998) trata do futuro do dólar frente a diversificação das moedas utilizadas pelas nações globais, principalmente a utilização do marco alemão e do iene, as únicas outras moedas de relativo *status* na pirâmide monetária global. Enquanto alguns autores previam o declínio do dólar frente tais mudanças, Cohen enxergava uma diversificação natural das carteiras de investimento, o que não significava que a moeda americana iria sucumbir, pelo menos não num futuro próximo.

A posição ainda líder do dólar promove *status* e prestígio, oportunidades de senhoriagem e influência política sobre governos estrangeiros. Além disso, grande parte do crédito gerado pelo uso do dólar serve como instrumento de estabilidade política estadunidense, controlando a inflação e promovendo uma abertura eficiente dos mercados financeiros. A rede transnacional do dólar, que abrange todo o globo, desencoraja o uso de outras moedas de menor circulação, daí a existência de uma geografia monetária baseada em fluxos. Nesta dinâmica, não haveria nenhum substituto totalmente qualificado para o dólar, apesar de novos desenvolvimentos como o euro na Europa e um bloco do iene na Ásia-Pacífico poderem afetar o autoritarismo dos EUA no longo prazo (Cohen, 1998).

Assim, Cohen (1998) discorre sobre como deveria ser a reação de Washington frente tais mudanças. A princípio, duas alternativas básicas parecem existir: a negligência benigna (ou inação), confiando nas glórias passadas para sustentar a popularidade do dólar; ou uma política agressiva de promoção do mercado. Na prática, contudo, o ideal não seria nenhuma das duas. O fato de que os EUA certamente não desfrutarão dos benefícios da moeda internacional para sempre exige uma liderança sustentada no dólar em harmonia com uma diversificação contínua na margem, ou seja, acomodando as preferências do mercado (que já não podem ser ignoradas dada a nova geografia do dinheiro), ao mesmo tempo em que controlam as consequências deste processo.

Mas e como ficam os países detentores de moedas pouco competitivas abaixo da pirâmide monetária? Uma opção seria a adoção de uma política passiva de seguimento do mercado, simplesmente aderindo a elevados níveis de substituição da moeda e influência do exterior (uma alternativa para os países que sofrem com excessos inflacionários) ou a subordinação formal à autoridade de um banco central estrangeiro forte através de um conselho monetário ou de uma regra de taxa de câmbio de filmes. Como argumenta, “A dolarização é um processo custoso. Quanto mais extensa e duradoura for a invasão de moeda estrangeira, mais difícil será induzir o público a voltar a trocar de moeda de novo<sup>44</sup>” (Cohen, 1998, p.167, tradução nossa). As desvantagens de tais políticas são a perda de capacidade de gestão macroeconômica; vulnerabilidade à coerção externa; e a perda de responsabilização democrática (graças à atuação de agentes autônomos de mercado, bancos centrais estrangeiros, etc.). A solução estaria na reterritorialização parcial das moedas nacionais, garantindo mais coerência entre as ações governamentais e o interesse público (Cohen, 1998).

Em suma, Benjamin Cohen retrata o sistema monetário internacional levando em conta a falta de coerência entre as políticas monetárias nacionais e a dificuldade de chegar a um consenso que dê estabilidade ao sistema. Mesmo que defenda que os Estados Unidos não dispõem mais de uma condição hegemônica, discute a necessidade de continuarem a assumir a responsabilidade de liderança no sistema monetário, adotando uma liderança sem hegemonia, adaptando-se à nova organização econômica de forma recíproca e não egoísta. Para o autor, os novos problemas financeiros originados em Londres devem ser controlados por instituições internacionais como o FMI, ao passo que os países devem se preocupar em resolver os impasses políticos que afligem o sistema. Além disso, com a interpenetração dos espaços monetários nacionais e a nova distribuição do poder mundial, argumenta que há a necessidade de uma resposta adequada dos EUA para garantir sua liderança sustentada, tendo em vista a ascensão das forças de mercado e a crise de legitimidade do Estado. No caso dos países com moedas menos competitivas, a solução seria a reterritorialização parcial das moedas nacionais para garantir coerência e responsabilidade democrática.

#### 4.4. BARRY EICHENGREEN

---

<sup>44</sup> No original: *Dollarization is a costly process. The more extensive and long-lived an invasion by foreign money, the more difficult it will be to induce the public to switch back again.*

Barry Eichengreen (1952- ) trabalha atualmente como Professor de Economia e Ciência Política na Universidade da Califórnia, *Berkeley* (1999- ). Possui formação em economia e se dedica à economia monetária internacional e história econômica desde a década de 1990. Escreveu dezenas de livros, entre eles *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System* (2011); *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System* (1996); *Golden Fetters: The Gold Standard and the Great Depression, 1919-39* (1992), entre outros.

Em seus primeiros trabalhos, procurou identificar a relação entre a estabilidade financeira internacional e os regimes cambiais. Em um artigo de 1996, aborda a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Charles Kindleberger, defendendo a ideia de mercados frágeis, voláteis e propensos a crises (embora tenha discordado do autor acerca da inadequação da liderança dos EUA como causa da Grande Depressão<sup>45</sup>). Seu argumento é de que a teoria de Kindleberger é consistente com as instabilidades financeiras e o contágio das crises, fortalecendo a necessidade de uma gestão econômica internacional. A vertente teórica liberal, que defende que os mercados são racionais, não conta com os incentivos que os agentes racionais recebem para consolidar um comportamento de manada diante das crises financeiras. O problema da auto-realização da corrida bancária; da gestão da dívida auto-realizável e da crise cambial são fatores que fazem com que uma nova informação, por mais controlável que seja, possa desencadear uma venda massiva de ativos financeiros e desestabilizar o sistema financeiro internacional. Ou seja, a necessidade de um credor de último recurso é essencial para o controle das crises que vêm a surgir (Eichengreen, 1996). Como conclui,

A interpretação de Kindleberger da crise econômica do período entre guerras e, conseqüentemente, a teoria da estabilidade hegemônica têm sido criticadas por vários motivos. Os economistas e historiadores econômicos da persuasão do livre mercado não hesitaram em desafiar sua caracterização de mercados financeiros frágeis, voláteis e suscetíveis a crises e contágios, e saltaram daí para a conclusão de que a intervenção de um credor internacional de último recurso é o problema, não a solução. A implicação, ao que parece, é que a motivação para o debate sobre a teoria da estabilidade hegemônica está fundamentalmente deslocada. Argumentei aqui que esta é uma leitura errada da teoria e das evidências. Os desenvolvimentos na análise econômica desde as contribuições de Kindleberger na década de 1970 forneceram

---

<sup>45</sup> Eichengreen se dedica a explicar os limites da Teoria da Estabilidade Hegemônica. Para ele, a teoria consegue explicar de forma branda o padrão-ouro e os primeiros anos de Bretton Woods, além de algumas dificuldades do período entre guerras. Não obstante, a maioria das evidências mostram que mesmo quando países individuais ocupavam posições de proeminência na economia e no sistema monetário internacional, o sistema ainda se baseava fundamentalmente na cooperação internacional. Utilizando-se de Keohane e sua noção de “cooperação hegemônica”, apura que a cooperação é essencial para a estabilidade do sistema monetário internacional em circunstâncias normais e na gestão de crises (Eichengreen, 2000).

bases microeconômicas sólidas, rigorosamente fundamentadas na racionalidade e no comportamento auto-interessado, para os fenômenos históricos que ele descreve. Acadêmicos continuam a debater a forma mais eficaz de resolver estes problemas e se a experiência histórica apoia ou não a teoria da estabilidade hegemônica. O que pretendo é tranquilizar os cientistas sociais que se dedicam a estes domínios, para que saibam que este debate continua a ser tão atual e relevante como sempre<sup>46</sup> (Eichengreen, 1996,p.8-9, tradução nossa).

Diante das crises cambiais frequentes na década de 1990, Eichengreen e Wyplosz (1995) buscam entender como o câmbio afeta as crises financeiras internacionais. Com as inovações tecnológicas e o aperfeiçoamento do processamento de informações, a velocidade em que os mercados se movem podem causar ataques especulativos significativos. De acordo com os autores, as crises cambiais possuem três características principais: (1) um debate antecedente sobre necessidade de mudança na taxa de câmbio, que raramente atinge consenso; (2) um ataque avassalador à moeda nacional; (3) a queda da taxa de câmbio em níveis abaixo do necessário para as correções devidas.

Enquanto acadêmicos e decisores políticos defendem a necessidade de supervisão dos mercados e instituições financeiras, devido a problemas de informação assimétrica; abuso de informação privilegiada; excesso de volatilidade e comportamento de manada; os mercados cambiais permanecem ocultos dessa discussão (Eichengreen; Wyplosz, 1995). Como discutem,

Os mercados cambiais, pelo contrário, permanecem totalmente desregulados. E, no entanto, a experiência dos últimos anos torna cada vez mais difícil fingir que as características que motivam a supervisão prudencial dos mercados financeiros nacionais não se aplicam também ao mercado cambial<sup>47</sup> (Eichengreen; Wyplosz, 1995, p.2, tradução nossa).

---

<sup>46</sup> No original: *Kindleberger's interpretation of the interwar economic crisis and by implication the theory of hegemonic stability have been criticized on several grounds. Economists and economic historians of the free-market persuasion have not hesitated to challenge his characterization of financial markets as fragile, volatile and susceptible to crisis and contagion, and have leapt from there to the conclusion that international-lender-of-last-resort intervention is the problem, not the solution. The implication, it would appear, is that the motivation for the debate over the theory of hegemonic stability is fundamentally misplaced. I have argued here that this is a misreading of theory as well as evidence. Developments in economic analysis since Kindleberger's contributions in the 1970s have provided firm microeconomic foundations, rigorously grounded in rationality and self-interested behavior; for the historical phenomena he describes. Scholars continue to debate how these problems have been most effectively met and whether or not historical experience is supportive of the theory of hegemonic stability. My point is to reassure social scientists who till these fields that this debate remains as timely and relevant as ever.*

<sup>47</sup> No original: *Foreign exchange markets, in contrast, remain wholly unregulated. And yet the experience of recent years makes it harder and harder to pretend that the characteristics that motivate the prudential supervision of domestic financial markets do not also apply to the market for foreign exchange.*

Remetendo um trabalho anterior<sup>48</sup>, apresentam quatro conclusões principais acerca das crises cambiais. A primeira é que as crises cambiais nem sempre estão associadas à falta de disciplina fiscal; a segunda explicita que em alguns casos até mesmo esta ligação entre crises e expansão monetária está ausente; em terceiro os ataques bem-sucedidos e mal sucedidos diferem surpreendentemente pouco e, por fim, os controles de capital têm efeitos significativos. Isso significa que as crises possuem diversas causas, desde a manifestação de políticas monetárias incompatíveis com a paridade cambial até simplesmente a crença de que uma crise está iminente (Eichengreen; Wyplosz, 1995).

Diante disso, em economias pequenas em desenvolvimento os dilemas da gestão cambial são mais profundos. As taxas de câmbio livremente flutuantes não são ideais pois seus mercados são escassos, causando volatilidade no câmbio e perturbação no comércio e produção. Em outras palavras,

Dado que uma parte maior da produção nos pequenos países é normalmente vendida nos mercados internacionais, as deslocções causadas pelas oscilações das taxas de câmbio podem ser excruciantes. Uma vez que o setor financeiro é pequeno em relação aos mercados financeiros globais, uma mudança no sentimento do mercado ou no nível das taxas de juro nos Estados Unidos pode fazer com que estes sejam inundados por entradas de capital que conduzam a uma valorização real dramática, ou que sofram saídas maciças que causem uma depreciação dramática da taxa de câmbio<sup>49</sup> (Eichengreen; Wyplosz, 1995, p.6, tradução nossa).

Por outro lado, as taxas de câmbio fixas tornam essas economias altamente suscetíveis a ataques especulativos desestabilizadores, impossibilitando-as de organizarem uma defesa eficaz. Já as economias maiores, como os EUA, Japão e Alemanha possuem mais facilidade em lidar com as taxas flutuantes, o que faz com que haja uma tendência em andamento (Eichengreen; Wyplosz, 1995).

Para os países pequenos, a solução de curto prazo seria a adoção de uma política pragmática que envolva uma gestão limitada da taxa de câmbio e imposições restritivas aos movimentos de capitais. No longo prazo, a liberalização contínua das transações financeiras internacionais não dará outra opção senão uma unificação monetária com um vizinho maior. Por essa razão a tese apresentada é de que haverá uma eventual emergência de três zonas

---

<sup>48</sup> Ver "Contagious Currency Crises" (with Andrew K. Rose and Charles Wyplosz). National Bureau of Economic Research Working Paper 5681, July 1996.

<sup>49</sup> No original: *Because a larger share of production in small countries is typically sold on international markets, the dislocations caused by exchange rate swings can be excruciating. Because the financial sector is small relative to global financial markets, a shift in market sentiment or in the level of interest rates in the United States can cause them to be flooded by capital inflows which lead to a dramatic real appreciation, or to experience massive outflows which cause the exchange rate to depreciate dramatically.*

monetárias centradas nos EUA, no Japão e na Europa Ocidental. É provável que essas zonas monetárias também formem blocos comerciais, constituindo economias grandes capazes de suportar as flutuações da taxa de câmbio real umas contra as outras, enquanto os países menores não terão outra opção a não ser a unificação monetária (Eichengreen; Wyplosz, 1995). Assim, as duas opções viáveis são a flutuação e a unificação monetária:

Num mundo de mercados líquidos e de tecnologias financeiras eficientes (que reduzem continuamente os custos de assumir posições especulativas), existem apenas dois regimes cambiais duradouros: a flutuação, que não implica a prossecução de um objetivo explícito de taxa de câmbio, e a unificação monetária (que elimina o problema da credibilidade imperfeita da paridade cambial ao eliminar a própria taxa de câmbio). Os regimes intermediários que implicam objetivos explícitos em matéria de taxas de câmbio (taxas indexadas mas ajustáveis, zonas-alvo, bandas monetárias, indexação progressiva) convidam a ataques e são, na melhor das hipóteses, expedientes temporários a manter durante a transição para estes regimes mais duradouros<sup>50</sup> (Eichengreen; Wyplosz, 1995, p.6-7, tradução nossa).

Mas esse novo arranjo, que depende de uma evolução relativamente lenta do sistema monetário internacional, evitará novas crises mundiais? O argumento de Eichengreen e Wyplosz (1995) é de que a tributação das transações cambiais<sup>51</sup> podem ajudar a controlar os fluxos de capitais especulativos. Mesmo que economistas pró mercado sejam céticos a tais propostas, os autores apontam observações sobre a aplicabilidade da tributação cambial:

Em primeiro lugar, como já foi referido, não existe uma objeção semelhante à regulamentação e supervisão prudencial dos mercados financeiros nacionais. Em segundo lugar, os custos incorridos pelos operadores cambiais obrigados a pagar um imposto de um por cento são da mesma ordem de grandeza que os custos incorridos pelos importadores e exportadores de bens e serviços que pagam para cobrir a exposição ao risco cambial. Em terceiro lugar, as perdas incorridas pelos governos e bancos centrais que se envolvem em esforços inúteis para defender uma paridade cambial podem ser grandes e são arcadas pela sociedade como um todo. Em quarto e último lugar, um imposto de um por cento sobre as transações de divisas contribuirá mais para desencorajar as viagens especulativas de ida e volta a curto prazo do que o investimento estrangeiro a longo prazo; amortizados ao longo do horizonte relevante

---

<sup>50</sup> No original: *In a world of liquid markets and efficient financial technologies (which continually reduce the costs of assuming speculative positions), there exist only two durable exchange rate regimes: floating which does not entail the pursuit of an explicit exchange rate target, and monetary unification (which eliminates the problem of the imperfect credibility of the exchange rate peg by eliminating the exchange rate itself). Intermediate regimes which involve explicit exchange rate targets (pegged but adjustable rates, target zones, currency bands, crawling pegs) invite attack and are at best temporary expedients to be maintained during the transition to these more durable arrangements.*

<sup>51</sup> Sobre esse assunto ver o *Working Paper "Is There a Safe Passage to EMU? Evidence on Capital Controls and a Proposal"* (Eichengreen; Rose; Wyplosz, 1995).

para os investimentos produtivos, os custos de tais medidas são negligenciáveis<sup>52</sup> (Eichengreen; Wyplosz, 1995, p.15-6, tradução nossa).

Mas o grande objetivo é a eliminação das próprias crises monetárias através da taxa de câmbio flutuante (economias grandes) e a eliminação da taxa de câmbio (economias pequenas). E “se ambos os grupos responderem como previsto, deveremos assistir ao aparecimento, décadas mais tarde, de um sistema internacional organizado em torno de uma tríade de zonas monetárias<sup>53</sup>” (Eichengreen; Wyplosz, 1995, p.16, tradução nossa). A ideia é que passos especiais (como a taxação) devem ser adotados para se chegar lá.

Quando trata das implicações dos arranjos monetários internacionais para a estabilidade do sistema bancário, Eichengreen (1998) também discute que a relação entre a taxa de câmbio e a estabilidade bancária é de certo modo complexa, uma vez que a preferência por uma taxa de câmbio fixa ou flutuante depende da fonte das perturbações, ou seja, se ela é interna ou decorrente de choques externos. Na sua opinião, a ligação entre a taxa de câmbio e a estabilidade bancária pode ser moldada positivamente por políticas eficazes. Um governo ou banco central pode equilibrar o compromisso de manter uma taxa fixa com a disposição de agir como credor de última instância, por exemplo, oferecendo linhas de crédito no exterior. Em suma, se as mudanças nas condições monetárias globais representam um risco significativo para o sistema bancário, uma taxa de câmbio flexível pode oferecer proteção contra choques nos investimentos e financiamentos bancários. Isso também permite que as autoridades ajam como credores de último recurso em caso de necessidade. No entanto, quando as perturbações têm origem interna, a estabilidade da taxa de câmbio possibilita o compartilhamento dessas perturbações com o resto do mundo e impõe disciplina aos formuladores de políticas nacionais. Daí a importância de ajustar os arranjos financeiros para acomodar as restrições impostas por tais políticas cambiais fixas (Eichengreen, 1998).

Com a decisão de Volcker em 1979 de aumentar a taxa de juros dos EUA e colocar fim ao *boom* de empréstimos, houve uma decorrência de perturbações que eclodiram em dificuldades financeiras nos EUA e na crise da dívida dos países em desenvolvimento. Seu

---

<sup>52</sup> No original: *First, as observed above, there is no similar objection to regulation and prudential supervision of domestic financial markets. Second, the costs incurred by currency traders required to pay a one per cent tax are of the same order of magnitude as the costs incurred by importers and exporters of goods and services who pay to hedge exposure to exchange risk. Third, the losses incurred by governments and central banks who engage in futile efforts to defend a currency peg can be large and are borne by society as a whole. Fourth and finally, a one per cent tax on currency transactions will do more to discourage short-term speculative round-tripping than long-term foreign investment; amortized over the long horizon relevant to productive investments, the costs of such measures is negligible.*

<sup>53</sup> No original: *both groups respond as predicted, we should see the emergence decades down the road of an international system organized around a triad of currency zones.*

ponto de vista é de que a adoção de uma política cambial mais flexível poderia ter evitado alguns dos problemas subsequentes tanto nos países latino-americanos quanto nos países nórdicos e no Japão. A política cambial agravou as crises bancárias, mas não é a sua causa principal. Assim, os esforços iniciais para manter a paridade cambial contribuíram para aumentar os efeitos dos choques externos. Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que a indexação é totalmente maléfica para os países em desenvolvimento, e tampouco que a taxa de câmbio não interferiu nas mazelas vividas no México ou que o governo pode sim atuar como credor de último recurso mesmo com o câmbio fixo como a Argentina o fez, por exemplo (Eichengreen, 1998). Para ele,

Ambas as objeções são demasiado simples. Relativamente ao México, é agora consensual que as políticas monetária e fiscal foram apenas uma pequena parte do problema. Também foram importantes uma paridade cambial que oferecia apostas unidirecionais aos especuladores e grandes quantidades de dívida de curto prazo denominada em moeda estrangeira que oferecia a possibilidade de uma corrida à dívida (Sachs et al., 1996). A Argentina, por seu lado, só conseguiu manter a sua taxa de câmbio e o seu sistema bancário porque recebeu cerca de 8 milhões de dólares de assistência financeira externa, principalmente do FMI, parte da qual foi utilizada para recapitalizar os bancos e financiar um sistema de seguro de depósitos. Assim, embora a experiência argentina confirme que uma ligação cambial pode ser consistente com a intervenção do credor de último recurso, sublinha a necessidade de cooperação internacional<sup>54</sup> (Eichengreen, 1998, p.590, tradução nossa).

Por fim, é evidente que a preocupação central de Eichengreen versa sobre a estabilidade do câmbio e as crises que decorrem de sua debilidade. Assim como Kindleberger, reconhece as fragilidades dos mercados financeiros e a propensão a crises, indicando a necessidade de uma gestão econômica internacional a partir principalmente de um credor de último recurso. Deste modo, fica evidente que vê o sistema monetário internacional como um complexo ambiente sujeito a instabilidades financeiras e crises cambiais, muitas vezes provocadas por perturbações internas e externas. Ainda, admite que as crises bancárias são intensificadas pelas políticas cambiais e que a estabilidade do sistema bancário pode ser favorecida pela intensificação da regulamentação, envolvendo a fixação da taxa de câmbio e a atuação como credor de último recurso. Ao mesmo tempo, a solução para as crises cambiais está na taxação e regulamentação do mercado cambial, conduzindo a uma taxa de câmbio

---

<sup>54</sup> No original: *Both objections are too simple. For Mexico it is now widely agreed that monetary and fiscal policies were only a minor part of the problem. Also important were a currency peg that offered one-way bets to speculators and large amounts of short-term, foreign-currency-denominated debt that offered scope for a debt run (Sachs et al., 1996). Argentina for its part was able to support both its exchange rate peg and its banking system only because it received some \$8 billion of foreign financial assistance, mainly from the IMF, part of which was used to recapitalize the banks and fund a deposit insurance scheme. Thus, while Argentine experience confirms that a currency peg can be consistent with lender-of-last-resort intervention, it underscores the need for international cooperation.*

flutuante nas economias “fortes” como EUA, Japão e UE, enquanto as economias pequenas adotam a unificação monetária. Apesar de não se debruçar completamente pelo uso da moeda como instrumento de poder, fica claro que (1) a política monetária dos EUA fornece choques externos que são sentidos internacionalmente e (2) as economias de maior participação na economia mundial são as únicas capazes de aguentarem a flutuação do câmbio umas contra as outras, enquanto as economias menores seriam beneficiadas com uma espécie de extinção de suas próprias taxas de câmbio.

#### 4.5. JONATHAN KIRSHNER

Professor de Ciência Política e Estudos Internacionais na *Boston College* desde 2018, Jonathan Kirshner (1964- ) concluiu seu Ph.D em *Politics* na Universidade de Princeton em 1992 e ocupou a posição de Professor Stephen e Barbara Friedman de Economia Política Internacional no Departamento de Governo da Universidade Cornell. Além disso, em parceria com Eric Helleiner, ele coedita a série de livros multidisciplinares intitulada *Cornell Studies in Money* e escreve os livros *The Great Wall of Money: Power and Politics in China's International Monetary Relations* (2014) e *The Future of the Dollar* (2009) (Boston College, 2023).

Sua principal contribuição à EPI nas últimas décadas do século XX se dá a partir do livro *Currency and Coercion: The Political Economy of International Monetary Power* (1995). Como aponta Cohen (2008), à época em que as questões monetárias e a dimensão política das finanças internacionais estavam sendo negligenciadas no âmbito da EPI nos EUA, o livro de Kirshner foi uma exceção notável, onde procurou compreender como os Estados poderiam usar as suas relações monetárias como um instrumento de força coerciva. Em suas palavras,

O exercício do poder monetário tem lugar no espaço das relações monetárias internacionais. É esta a origem da relação entre os dois. O poder da moeda é também um instrumento de política econômica: esta é, por sua vez, a fonte da relação entre a diplomacia monetária e esse campo de estudo mais vasto. No entanto, este instrumento particular de coerção tem sido largamente ignorado<sup>55</sup> (Kirshner, 1995, p.17, tradução nossa).

---

<sup>55</sup> No original: *The exercise of currency power takes place in the space of international monetary relations. This is the source of the relationship between the two. Currency power is also an instrument of economic statecraft: this in turn is the source of the relationship between monetary diplomacy and that broader field of study. However, this particular instrument of coercion has been largely ignored.*

Para Kirshner (1995), há três formas de se exercer o poder monetário internacional, sendo elas: (1) a manipulação monetária; (2) dependência monetária e (3) subversão sistêmica. A primeira trata de ações que afetam a estabilidade e o valor das moedas-alvo. O objetivo do país agressor pode ser causar a apreciação ou depreciação forçada do câmbio do outro, e manipulações negativas tendem a causar consequências econômicas e políticas, como inflação, fuga de capitais, endividamento, e ainda interferir em planos de desenvolvimento que dependem de níveis constantes e previsíveis de receitas cambiais. A partir disso, a fonte do sucesso ou fracasso deste mecanismo depende da reação das forças de mercado e da extensão da politização da questão monetária no país alvo<sup>56</sup>. O poder monetário e a manipulação cambial podem ser, ainda, implícitos. Isso ocorre porque os países têm consciência da posição fraca de sua moeda, e dada sua vulnerabilidade, tendem a modificar suas políticas de forma que se alinhem às expectativas do país agressor. Assim, alteram seu comportamento mesmo na ausência de uma tentativa real de influência ou manipulação.

A dependência monetária se configura em uma espécie de esfera de influência (zonas monetárias formais ou informais) onde os países membros utilizam a moeda do país líder como moeda de circulação interna, a utilizam em transações internacionais ou estão atrelados a ela de alguma forma, conferindo poder ao país líder. Essa relação de dependência, que para Kirshner (1995) tem a ver com a vulnerabilidade econômica que pode ser explorada politicamente pelo Estado líder, resulta em benefícios assimétricos associados às relações interestatais, o que quer dizer que o Estado líder e os Estados membros podem obter ganhos econômicos, embora em dimensões distintas. O Estado central também dispõe de um poder indireto, no qual consegue alterar as preferências e interesses das outras nações, que preferem ter laços estreitos com o líder (obtendo ganhos relativos) do que serem punidos ou ameaçados de expulsão. A dependência monetária pode, então, proporcionar benefícios políticos consideráveis para os Estados centrais.

A subversão ou perturbação sistêmica, por sua vez, envolve a tentativa de exercer o poder monetário tendo como objetivo desestabilizar ou destruir sistemas monetários específicos, em oposição a moedas específicas. No entanto, o mais comum é o anseio de extrair alguns benefícios do sistema vigente, como a redistribuição de privilégios concedidos

---

<sup>56</sup> Em resumo, quanto maior a politização da moeda em um país, maior é sua vulnerabilidade à manipulação da moeda. O autor argumenta que países que sofreram graves episódios inflacionários tendem a ser mais indefesos dada a memória coletiva da população, que refletem em custos políticos altos frente à desvalorizações forçadas. Da mesma forma, quanto mais o chefe de Estado serve ao prazer de interesses que são afetados pela instabilidade da moeda, mais sensível ele será à pressão monetária. No caso da reação das forças de mercado, ela depende das condições econômicas e da reputação da moeda nacional (Kirshner, 1995).

injustamente entre os países. Mesmo quando a perturbação é mal sucedida, os custos de defesa do Estado atingido são altos: este pode perder poder político durante o processo de defesa, que inclui políticas fiscais e monetárias restritivas, incluindo o aumento da taxa de juros (Kirshner, 1995). Ou seja,

Essa defesa implicaria assegurar a atratividade da moeda principal do sistema em relação a outros possíveis ativos de reserva e de transação. Se todos os outros fatores se mantiverem iguais, um aumento da taxa de juro tornará a moeda principal mais atrativa. Adicionalmente, quanto mais baixa for a taxa de inflação (que mede a taxa de deterioração do poder de compra da moeda), mais atrativa é a moeda principal como ativo de reserva. Por conseguinte, para manter a confiança na moeda principal, o Estado central provavelmente ajustaria a sua política fiscal e monetária, aumentando as taxas de juro, reduzindo a oferta de moeda, aumentando os impostos e reduzindo a despesa pública. O resultado seria deslocar as principais variáveis económicas, como o crescimento, o desemprego e a inflação, em direções indesejadas<sup>57</sup> (Kirshner, 1995, p.39, tradução nossa).

A imposição do dólar no sistema monetário internacional não poderia ficar de fora da análise de Kirshner (1995), tanto que se debruça sobre o processo de transição do sistema de Bretton Woods. Para o autor, a conceção do novo sistema foi uma estratégia política e económica dos Estados Unidos para remodelar a estrutura económica mundial, alcançando o centro da economia internacional durante o pós-guerra. Sua posição de hegemonia permitiu que impusesse um sistema internacional aberto e multilateral, “aprisionando” seus aliados num sistema monetário dominado, apesar de adotarem uma prática abrangente da manipulação cambial permissiva. Ou seja, acabou tolerando violações temporárias para permitir que os Estados europeus se recuperassem da guerra, o que expõe como os EUA tiveram que fazer sacrifícios económicos para estabelecer e manter um sistema monetário (pelo menos nos primeiros quinze anos do pós-guerra).

Mesmo nessas circunstâncias, os EUA estavam relutantes em explorar explicitamente seu domínio monetário, haja vista seus ganhos em termos de aprisionamento e prestígio, além da conquista de um comportamento de restrição implícita adotada pelos demais países. O fim de Bretton Woods, no entanto, não acabou com seu domínio monetário. O sistema do dólar sobreviveu ao colapso do sistema, deixando os EUA menos limitados e mais poderosos em

---

<sup>57</sup> No original: *Such defense would involve ensuring the attractiveness of the key currency of the system relative to other possible reserve and transactions assets. Other things being equal, an increase in the interest rate will make the key currency more attractive. Additionally, the lower the rate of inflation (which measures the rate of the decay of the currency's purchasing power), the more attractive the key currency is as a reserve asset. Therefore, to maintain confidence in the key currency, the core state would likely adjust its fiscal and monetary policy, raising interest rates, reducing the money supply, raising taxes, and cutting government spending. The result would be to shift key economic variables, such as growth, unemployment, and inflation, in undesired directions.*

um sistema mais frouxo, apesar da ausência de acordos e convênios formais ter reduzido as oportunidades de dependência monetária. No caso do que Kirshner (1995) chama de “zona interna do dólar”, nada foi afetado. As relações do uso do dólar como moeda de apoio (convertibilidade de uma moeda estrangeira a uma determinada taxa) e a substituição pelo dólar (quando o dólar é utilizado como moeda nacional fora dos Estados Unidos, podendo ser parcial ou total) são potenciais de exploração da dependência pelos EUA que não foram alterados. No caso da dolarização total, como no caso do Panamá, a vulnerabilidade do país se eleva alarmantemente. A dolarização parcial, por sua vez, não fica muito para trás, pois garante o controle da disponibilidade de dólares em um país, afetando sua independência monetária e política econômica interna. Como discorre,

A substituição parcial da moeda, ou, como é chamada neste caso, a dolarização, existe em certa medida em toda a América Latina. Com a dolarização, os cidadãos detêm parte da sua riqueza em dólares e utilizam esses dólares em transações internas. Além disso, os cidadãos ajustam as suas carteiras (a percentagem da sua riqueza detida em dólares) em resposta a variáveis econômicas e políticas. Um resultado importante da dolarização é o fato de **as taxas de câmbio flexíveis não proporcionarem independência monetária**. As ações políticas tomadas pelo governo podem ser prejudicadas pelas mudanças de carteira do lado da procura feitas por indivíduos privados. Isto leva a duas conclusões importantes: primeiro, que **a disponibilidade de dólares influenciará a política econômica interna** e, segundo, que **esta influência será tanto maior quanto maior for o grau de dolarização da economia**. Assim, em algumas circunstâncias, o controle da capacidade de países estrangeiros terem acesso a dólares pode ser um instrumento de poder monetário<sup>58</sup> (Kirshner, 1995, p.309-10, grifo nosso, tradução nossa).

As fontes de oportunidade para o emprego do poder monetário, desta forma, envolve principalmente um ambiente internacional desfavorável, de recessão ou instabilidades que aumentem significativamente os benefícios da adesão a um sistema monetário que garanta alguma estabilidade monetária, propiciando assim a chance de exercer técnicas de dependência. As oportunidades de manipulação cambial também são determinadas por tais momentos, bem como períodos de eleição ou turbulência política interna, onde se pode aplicar manipulações protetoras ou predatórias. Em contrapartida, as oportunidades de dependência inibem a manipulação, como durante o sistema de Bretton Woods, o que “explica por que

---

<sup>58</sup> No original: *Partial currency substitution, or, as it is called in this case, dollarization, exists to some extent throughout Latin America. With dollarization, citizens hold some of their wealth in dollars and use those dollars in domestic transactions. Additionally, citizens adjust their portfolios (the percentage of their wealth held in dollars) in response to economic and political variables. One important result of dollarization is that flexible exchange rates do not provide monetary independence. Policy actions taken by the government can be undermined by the demand-side portfolio shifts made by private individuals. This leads to two important conclusions: first, that the availability of dollars will influence domestic economic policy, and second, that this influence will be greater the higher the degree of dollarization in the economy. Thus, under some circumstances, controlling the ability of foreign countries to gain access to dollars can be an instrument of monetary power.*

razão a era pós-Segunda Guerra Mundial testemunhou menos episódios de manipulação predatória do que a era anterior<sup>59</sup>” (Kirshner, 1995, p.594, tradução nossa).

O entendimento de Kirshner (1995) é de que “É muito provável que a diplomacia monetária venha a tornar-se uma característica mais significativa do sistema internacional nos próximos anos<sup>60</sup>” (p.596, tradução nossa). Isso se deve a três mudanças principais no sistema internacional: o fim da Guerra Fria, a dispersão do poder monetário e o crescimento dos mercados financeiros. Seu raciocínio é de que a Guerra Fria foi capaz de inibir a prática do poder monetário. Os Estados Unidos não tinham a intenção de usar os mecanismos do capitalismo internacional para desestabilizar os regimes em desenvolvimento, mas sim fazer com que os Estados participassem das instituições monetárias internacionais, principalmente do FMI. No geral, o período uniu as economias capitalistas através da necessidade de segurança, reduzindo a necessidade de medidas coercitivas para moldar o comportamento desses países. Com a queda do muro de Berlim a ameaça à segurança foi exaurida, assim como os incentivos para evitar conflitos. As medidas para combater os conflitos que começaram a surgir tenderam a ser de caráter mais econômico e do que militar. Além disso, os países da Europa Ocidental, por serem pequenos e com moedas relativamente fracas, passam a ser fortes alvos de pressões de manipulação e dependência monetária.

A segunda tendência é a dispersão do poder monetário, que para o autor tende a estender-se dos EUA para a Alemanha e o Japão. Em outras palavras, o núcleo do poder monetário não estará mais na posse dos EUA, e quanto mais espalhado, maior será a importância do poder monetário no sistema internacional, sendo exercido por mais agentes sobre uma maior quantidade de alvos. Isso significa que enquanto os EUA ficam menos inibidos, a capacidade de manipulação internacional estará nas mãos de mais agentes ao mesmo tempo em que países vulneráveis a esses ataques também aumentam. O resultado esperado é a criação de novos sistemas monetários, centrados no dólar, no iene e no marco. Esta nova configuração acabaria trazendo conflitos monetários e competição entre as áreas, além de sérias consequências políticas (Kirshner, 1995).

Por fim, o crescimento dos mercados financeiros é o terceiro desdobramento que Kirshner (1995) aponta como determinante para o aumento do poder monetário internacional em fins do século XX. O aumento do poder do mercado e o desenvolvimento tecnológico

---

<sup>59</sup> No original: *explains why the post-World War II era witnessed fewer episodes of predatory manipulation than did the previous era.*

<sup>60</sup> No original: *It is highly likely that monetary diplomacy will become a more significant feature of the international system in the coming years.*

permitiram uma integração dos mercados sem precedentes. Por essa razão, a prática do poder monetário se tornará uma característica cada vez mais comum da política internacional. A previsão do autor é de que os Estados perderão cada vez mais o controle sobre suas moedas, em um sistema perigoso onde a manipulação monetária dependerá da manipulação do mercado. Citando o autor,

A dimensão absoluta do mercado também significa que a perturbação, que normalmente conta com a inspiração do mercado, se tornará uma forma de coerção cada vez mais viável, embora ainda desafiadora. A influência destes desenvolvimentos na dependência, contudo, é menos clara. Por um lado, o ambiente internacional cada vez mais perigoso torna a associação mais atrativa. Por outro lado, as mudanças tecnológicas que promovem a permeabilidade podem minar a capacidade dos sistemas monetários de isolar os membros da economia internacional. Assim, as mudanças no sistema financeiro ameaçam a capacidade dos líderes de obterem os benefícios da dependência. No contexto de uma regionalização crescente, muito depende se os Estados desafiarão a evolução do mercado e criarão regras mais rigorosas para proteger os blocos monetários, ou se abraçarão o mercado e permitirão que os blocos monetários sejam funcionalmente marginalizados. De qualquer forma, estes desenvolvimentos financeiros aumentarão a importância do poder monetário. No caso de um maior isolamento, a prática da dependência tornar-se-á cada vez mais evidente e poderosa. No caso de uma maior permeabilidade, a exposição às forças do mercado deixará todos os Estados mais vulneráveis à manipulação monetária<sup>61</sup> (Kirshner, 1995, p.601-2, tradução nossa).

A partir de Kirshner, podemos destacar que o sistema monetário internacional é instituído através de diferentes formas de exercer influência e coerção no âmbito financeiro global. Isto quer dizer que as relações de poder, principalmente o poder monetário, dão as condições sobre as quais o sistema monetário internacional opera. Os atores que detêm tal poder conseguem obter vantagens políticas e econômicas quanto mais desfavorável e instável for o ambiente internacional, pois aumenta os benefícios da adesão a um sistema monetário e, conseqüentemente, a dependência. Com o fim da Guerra Fria e a liberalização financeira, seu diagnóstico é de que o núcleo do poder monetário está se espalhando para além dos EUA, e a tendência é o surgimento de novos sistemas monetários centrados no dólar, no iene e no marco. Para o autor, isso significa que os Estados perderão cada vez mais o controle sobre

---

<sup>61</sup> No original: *The absolute size of the market also means that disruption, which typically counts on inspiring market bandwagoning, will become an increasingly viable, if still challenging, form of coercion. The influence of these developments on dependence, however, is less clear. On one hand, the increasingly dangerous international environment makes membership more attractive. On the other, technological changes that foster permeability may undermine the ability of currency systems to insulate members from the international economy. Thus, changes in the financial system threaten the ability of leaders to gain the benefits of dependence. In the context of increasing regionalization, much depends on whether states will challenge market evolution and construct stricter rules to protect currency blocs, or whether they will embrace the market and allow monetary blocs to be functionally marginalized. Either way, these financial developments will increase the significance of monetary power. In the case of increased insulation, the practice of dependence will become increasingly overt and powerful. In the case of increased permeability, the exposure to market forces will leave all states more vulnerable to currency manipulation.*

suas moedas, estando ainda mais expostos à manipulação monetária e à dependência. O sistema monetário se tornará, assim, cada vez mais perigoso, uma vez que a manipulação monetária dependerá da manipulação do mercado tendo em vista as mudanças no sistema financeiro internacional.

Com a exposição de cinco dos nomes mais notáveis dentro da EPI nos EUA e no Reino Unido entre 1970 e 1990 no que tange ao sistema monetário internacional e o uso do dólar como instrumento de poder, pode-se concluir que suas perspectivas e ênfases são ligeiramente diferentes, apesar de tratarem do mesmo objeto. Embora todos os autores reconheçam o papel central dos EUA e do dólar no sistema monetário internacional desde a concepção dos acordos de Bretton Woods, suas perspectivas variam em relação ao nível de otimismo em torno dessa liderança, à necessidade de regulação e estabilidade e às implicações sociais e políticas de suas propostas.

Kindleberger possui uma visão otimista do dólar como centro do sistema monetário internacional e acredita que a hegemonia americana traz estabilidade e benefícios para o sistema internacional, mas defende a transição do sistema internacional para um sistema de câmbio fixo liderado por outras moedas nacionais. Susan Strange entra no debate identificando o poder estrutural dos EUA no sistema monetário e financeiro internacional, destacando a necessidade de os EUA exercerem um papel de liderança para estabilizar o sistema e criticando sua prática hegemônica destrutiva as suas consequências políticas e sociais. A contribuição de Cohen, por sua vez, destaca a falta de coerência entre as políticas monetárias nacionais e a necessidade de um consenso para estabilizar o sistema, sugerindo a liderança não hegemônica dos EUA no sistema monetário, adaptada à nova distribuição do poder mundial; além de propor a reterritorialização parcial das moedas nacionais para garantir coerência e responsabilidade democrática. Posteriormente, Barry Eichengreen enfatiza a importância da estabilidade cambial e a necessidade de uma gestão econômica internacional, incluindo um credor de último recurso; bem como destaca a fragilidade dos mercados financeiros e a propensão a crises, recomendando regulamentação da taxa de câmbio. Kirshner, no que lhe diz respeito, destaca as diferentes formas de exercer influência e coerção no sistema financeiro global e argumenta que a manipulação monetária e a dependência são impulsionadas por um ambiente internacional desfavorável e instável, prevendo um sistema monetário cada vez mais perigoso, dependente da manipulação do mercado devido às mudanças no sistema financeiro internacional.

Mas então, o leitor pode se perguntar, o que a Maria da Conceição Tavares tem a ver com toda essa discussão? O esforço a ser realizado a seguir é justamente acrescentar as contribuições de Tavares a essas duas temáticas: o sistema monetário internacional e o uso do dólar como instrumento de poder. Conceitos como hegemonia e poder, além de arranjos financeiros e políticas cambiais são argumentos caros para os autores tratados neste capítulo, assim como os são para a economista brasileira que, a partir de suas reflexões acerca do desenvolvimento latinoamericano, incorpora essa discussão da EPI. O que se espera a seguir é compreender como se formou o pensamento de Tavares e quais foram suas motivações para adentrar no debate em questão.

## 5. A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Como já discutido, o campo da EPI no Brasil foi significativamente influenciado pela academia estadunidense e britânica, num processo de institucionalização que não somente a colocou como ramificação das RI como também marginalizou autores brasileiros e latino-americanos que muito antes dos anos 1970 já tratavam da inserção internacional do Brasil e do funcionamento do sistema internacional como um todo. É a partir desta lacuna, e mais precisamente do espaço inocupado das contribuições de Tavares para a EPI que o presente capítulo se dedica a entender como a economista brasileira pode ser considerada expoente da EPI dentro da produção intelectual brasileira. Com isto em mente, é primordial compreender que tratar das contribuições de Maria da Conceição Tavares para a Economia Política Internacional não é tarefa simples, pois deve-se abordar a complexidade de seu pensamento.

Sua atividade acadêmica inicia-se na década de 1960 e percorre todo processo de amadurecimento e decadência do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil, chegando na análise da diplomacia do dólar como ferramenta de dominação mundial. Uma vez que suas contribuições para a EPI não representam um corpo de pensamento que se basta em si, mas sim o resultado de uma longa jornada de esforço para compreender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latino-americano, avaliar esse processo de evolução é o principal objetivo do presente capítulo. A partir disso, espera-se que o leitor observe que tratar da economia brasileira nunca deixou de incluir análises internacionais, e que o amadurecimento das contribuições de Tavares é um processo que deve ser levado em consideração para tratarmos de sua posição na EPI e nas RI no Brasil.

Não caberia aos propósitos desta monografia abordar de forma longa e detalhada todos os ensaios e livros que compreendem a evolução do pensamento de Tavares. Para atender as necessidades de compreensão de seu pensamento até a etapa de reflexão dentro do campo da EPI, trataremos de uma breve descrição de seus principais objetos de análise e de como sua busca por compreendê-los à levou a duas fases distintas, partindo de uma visão mais centrada no pensamento histórico-estrutural cepalino para uma nova forma de pensar a partir dos limites deste último. Para isso utiliza-se como referências principais o livro *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1972); sua tese de livre-docência *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974) e sua tese para professora titular da UFRJ *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira* (1978), além de um artigo

complementar de Santos (2011) intitulado *Os dilemas da economia brasileira na evolução do pensamento de Maria da Conceição Tavares*.

As próximas seções se dedicam a revisar objetivamente esse processo de construção do argumento de Tavares até o desfecho que nos interessa: a economia política internacional como objeto de análise fundamental para compreender a dinâmica do capitalismo periférico a partir da década de 1980. Para isso, o capítulo está dividido da seguinte forma: a seção 5.1 trata das contradições do modelo de substituição de importações no Brasil face à acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo financeiro; a seção 5.2 destaca a mudança na interpretação de Tavares no que tange aos impasses de acumulação de capital no Brasil, superando algumas premissas cepalinas; e, por fim, a seção 5.3 traz os dois artigos que inauguram a temática do dólar como veículo garantidor da hegemonia norte-americana e seus efeitos para economias subdesenvolvidas.

#### 5.1. DO ESGOTAMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL PARA UM NOVO MODELO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Entre a década de 1960 e início dos anos 1970, Tavares se dedicou a tratar do desenvolvimento econômico na América Latina, especialmente no Brasil, bem como os obstáculos à consolidação do modo de produção capitalista e a dinâmica de acumulação brasileira, diante do que, à época, foi considerado o esgotamento da industrialização via substituição de importações. Neste momento a autora está fortemente influenciada pela tradição cepalina e seu enfoque histórico-estrutural (Santos, 2011). Deste modo,

[...] a autora parece ter adotado, em geral, a seguinte estratégia de investigação: primeiro, ao partir da experiência sensível (indução), isto é, da observação de casos particulares (experiências históricas de desenvolvimento), a autora procurou *delinear um modelo* (ou estilo) *de desenvolvimento* (quicá crescimento) das economias periféricas e subdesenvolvidas; segundo, descrito o modelo (ou estilo) de desenvolvimento ou os traços de um modelo de desenvolvimento ainda não-delineável, a autora buscou *revelar as contradições* (obstáculos à acumulação de capital) e tendências destes modelos (acumulação financeira); e, terceiro, das contradições e tendência dos modelos de desenvolvimento, a autora procurou *enunciar qual era a questão central* colocada pela própria realidade à economia brasileira (Santos, 2011, p.146).

O compilado do que Hildete Pereira de Mello (2019) chamou de fase CEPAL está na publicação *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1972), livro que abarca quatro ensaios publicados entre 1963 e 1971.

Em *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil* (1963) Tavares discorre sobre a evolução da economia brasileira, passando do modelo primário-exportador para o modelo de substituição de importações. Com a crise dos anos 30, foram adotadas medidas de defesa contra o desequilíbrio externo (restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio, compra de excedentes ou financiamento de estoques, etc.), o que proporcionou o estímulo da atividade interna (Tavares, 1963).

O novo modelo de desenvolvimento na América Latina, diante disso, adotou um caráter parcial ao sistema econômico, onde as transformações da estrutura produtiva se concentraram no setor industrial, deixando o setor primário e as atividades tradicionais de exportação praticamente inalteradas. Além disso, conforme a substituição das importações avançava, se tornava cada vez mais difícil importar os insumos necessários à indústria diante da rigidez da pauta de importações. Com a tendência de aprofundamento do estrangulamento externo a partir de 1954, não houve opção senão recorrer a mecanismos de financiamento externo, diante de uma estrutura de financiamento interno que não conseguiu acompanhar as mudanças estruturais em curso (Tavares, 1963). A partir disso,

A nossa tese central é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência. Ao longo desse processo, do qual resulta uma série de modificações estruturais da economia, vão-se manifestando sucessivos aspectos da contradição básica que lhe é inerente entre as necessidades do crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar (Tavares, 1963, p.41-42).

Maria da Conceição Tavares (1963) também chama atenção para as contradições do processo de substituição de importações. A absorção insuficiente de mão de obra, estruturas de mercado escassamente competitivas com custos de produção elevados e distribuição de renda desigual são fatores indissociáveis do novo modelo de desenvolvimento. Para a autora, a inadequação de políticas econômicas é a principal causa dessas mazelas.

A problemática que Tavares busca abordar, por fim, são as condições de transição de um modelo já em decadência para uma nova alternativa, que deve ser auto-sustentável a longo prazo (Tavares, 1963). Em suas palavras,

O problema estratégico que se põe atualmente para a economia brasileira e sobre o qual se sobrepõem os demais problemas de curto prazo é o de que o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento, já atingiu o seu estágio final e se apresenta a necessidade de transitar para um novo modelo de

desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema) e no qual os problemas de estrutura atrás apontados terão de ser considerados (Tavares, 1963, p.115-116).

Voltando sua atenção para o desequilíbrio financeiro inerente ao modelo de substituição de importações, Tavares trata em *Notas sobre o problema do financiamento numa Economia em desenvolvimento* (1967) dos obstáculos à manutenção da acumulação de capital diante de um novo contexto histórico, marcado pela ditadura militar e maior abertura financeira da economia brasileira. Enquanto não existia uma estrutura financeira adequada no âmbito interno, o financiamento externo como recurso para ampliar capacidade de poupança da economia em termos dinâmicos e a longo prazo era bastante limitado. Desta forma, o principal obstáculo para a manutenção da acumulação de capital estava na dificuldade de se realizar transferências intersetoriais de setores superavitários para aqueles que necessitavam de maiores recursos, o que ocasiona a disseminação de mecanismos ocultos de transferências através do sistema de preços relativos e práticas de financiamento inflacionárias (Tavares, 1967).

No início, a inflação “apresenta-se, assim, como um mecanismo heterodoxo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital” (Tavares, 1967, p.151). No longo prazo, entretanto, o fim de oportunidades de investimento nas indústrias dinâmicas aumenta a competição entre as empresas, resultando em alianças oligopólicas entre firmas industriais e financeiras, “aumentando o grau de desnacionalização no contexto das atividades urbanas” (Tavares, 1967, p.152). A autora finaliza sua argumentação prevendo a conseqüente dominação do capital financeiro na esteira da fuga da estagnação da economia brasileira:

Tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização intra e intersetorial de seus recursos; até lá, a inflação, agora devidamente sob controle, é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação (Tavares, 1967, p.152).

Ainda no tema do modelo de crescimento por substituição de importações, Maria da Conceição Tavares escreve em parceria com José Serra o ensaio *Além da estagnação* (1970), onde discorrem sobre o esgotamento do processo de importações como uma crise de transição de modelo de desenvolvimento causada principalmente pela redução da taxa de investimento interna. Em suas palavras,

Nossa ideia é de que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade (Tavares; Serra, 1970, p.157).

Neste sentido, após o pacote de investimentos injetados pelo “Plano de Metas”, esperava-se uma onda de novos investimentos que impulsionassem a continuidade do modelo. Não obstante, o volume de investimento não foi suficiente para a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica (Tavares; Serra, 1970). O problema não estava do lado das limitações da capacidade produtiva, mas como bem resume Santos (2011, p.148), na

[...] carência de investimentos, que encontrava limites, pelo lado da produção, nas condições de financiamento (esquema inflacionário) e, pelo lado da realização, na estrutura de demanda (concentração extrema da renda, bem como pela evolução das relações excedente-salário e gasto-carga fiscal).

Em suma, o descontrole dos mecanismos de propagação da inflação alteraram os preços relativos e a taxa ilusória de lucros que impulsionava novos investimentos. Assim, o “declínio da rentabilidade esperada dos investimentos, o fim dos lucros ilusórios e a redução do volume de recursos para investimento provocaram uma forte redução das taxas de investimento global, tanto público quanto privado” (Tavares; Serra, 1970, p.169).

O último ensaio que compõe o livro, intitulado *Natureza e contradição do desenvolvimento financeiro recente* (1971), apresenta as reflexões de Tavares em meio ao “milagre econômico brasileiro”. Aqui, a autora discorre sobre o caráter contraditório entre a expansão real e a financeira. Uma vez que a acumulação financeira demanda cada vez mais dívida de curto e médio prazo do setor privado e público, a alternativa viável para manter o dinamismo da economia seria a aceleração do investimento em capital fixo, dada a dificuldade de se manter níveis crescentes de endividamento como componentes autônomos da expansão da demanda interna.

Tavares (1971) mantém sua tese da permanente tensão inflacionária, a qual gerou um processo de expansão especulativa que distorce a alocação de recursos do setor privado em favor da diversificação do consumo, o que chamou de “verdadeiro círculo vicioso de acumulação improdutivo” (p.245). Assim, o processo de expansão financeira causa instabilidades estruturais, dada a divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e

financeiros e a redistribuição do excedente em favor do setor financeiro. A expansão econômica, nestes moldes, corre grande risco de uma ruptura crítica.

Neste ínterim, Conceição Tavares (1971) sugere a diminuição da especulação e maior centralização do capital financeiro, através do controle das grandes agências financeiras sobre os novos títulos e direcionamento dos recursos para os setores com maiores oportunidades de investimento. O controle sobre o mercado financeiro e a articulação mais orgânica entre os grupos financeiros e empresas industriais, em conjunto, poderiam resolver os problemas de estabilidade financeira e de orientação da acumulação de capital. A centralidade do capital financeiro, que já era inevitável, deveria ser o foco de análise, mas levando em consideração a heterogeneidade dos grupos empresariais e financeiros e especificidades das economias periféricas.

## 5.2. SUPERANDO A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES: DOS LIMITES ENDÓGENOS À DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A partir de meados da década de setenta, a economista trata da articulação entre problemas teóricos clássicos de acumulação de capital e contribuições sobre problemas de acumulação oligopólica, partindo de uma visão não-convencional das Teorias do Subdesenvolvimento. Retomando contribuições de Marx, Keynes, Schumpeter, Kalecki e Steindl, sua tese aborda as contradições entre a Teoria do Desenvolvimento Capitalista e os problemas de industrialização em países subdesenvolvidos, na tentativa de reinterpretar a industrialização brasileira a partir de uma nova visão, apesar de não abandonar totalmente alguns aspectos do pensamento cepalino (Tavares, 1974). Como argumenta,

Meu primeiro trabalho sobre industrialização - "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil" - foi publicado há dez anos, e parte desta tese é uma revisão crítica de certos aspectos fundamentais da concepção teórica cepalina tradicional, na qual me formei como economista profissional. Como toda revisão crítica, mantém alguns enfoques comuns à visão inicial (por exemplo, a visão de Centro e Periferia) e tenta em simultâneo afastar-se radicalmente dela (por exemplo, na visão interna dos problemas de acumulação). O sucesso de uma tentativa como esta é sempre provisório e parcial, mormente quando se pretende integrar, como é meu objetivo, certos aspectos teóricos do que se convencionou chamar Teoria da Empresa e certos problemas de Dinâmica Econômica com uma visão histórica de Industrialização (Tavares, 1974, p.14-15).

Ao refletir sobre a acumulação oligopólica em economias maduras, Tavares (1974) busca identificar as diferenças nas estruturas industriais de economias subdesenvolvidas com

o objetivo de compreender seu processo de acumulação. Para isso, parte sua análise de dois níveis de abstração: a conformação da estrutura oligopólica no que tange a seus parâmetros de funcionamento e ao modo de funcionar no tempo dessas mesmas estruturas, ou seja, seu ciclo de expansão. Sua hipótese está no papel do investimento público como prerrogativa cada vez mais necessária para manter ou acelerar a taxa de crescimento global das economias em subdesenvolvimento.

É neste momento que Maria da Conceição Tavares (1974) abandonou o termo "substituição de importações" em favor de "industrialização restringida"<sup>62</sup> devido a uma mudança na sua perspectiva sobre o processo de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento. Como aponta Santos (2011), a visão de industrialização como produto do rompimento do comércio externo não explicava propriamente a dinâmica de uma economia periférica e dependente como a brasileira. Uma vez que a expansão da indústria passou a ser o determinante principal da acumulação de capital entre 1933 e 1955, os limites colocados à acumulação de capital entre 1973-1975 eram determinados endogenamente, e não da subordinação ao setor externo. Em outras palavras, as interpretações com base no modelo de substituição de importações já não eram suficientes para explicar as especificidades históricas e teóricas do subdesenvolvimento latino-americano. Nas palavras de Santos (2011, p.155),

Isto tudo indica que Maria da Conceição Tavares já tinha muito claro, em meados da década de 1970, que o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista em formações econômico-sociais heterogêneas não implicava necessariamente em superação do desenvolvimento. Diante deste fato, mais uma vez a autora atribuiria ao Estado, seguindo a tradição cepalina, o papel de agente transformador e “civilizador” do capitalismo brasileiro.

Em 1978, *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira* trata do padrão de acumulação de capital no Brasil a partir do ciclo de expansão industrial recente (o Milagre Brasileiro) dividido em três etapas distintas. Na etapa de recuperação (1967 a 1970), o impulso inicial veio das indústrias de bens de consumo duráveis, investimento público e construção, revitalizando a demanda interna em outros setores da indústria de transformação. No auge do ciclo (1970-1973), houve um notável aumento na taxa de acumulação de capital nas indústrias de transformação, resultando em um crescimento acelerado dos bens duráveis e de capital, bem como um aumento significativo na taxa de investimento industrial e na produção simultânea de bens de capital e importações. Por fim, na etapa de desaceleração

---

<sup>62</sup> Tratado por João Manuel Cardoso de Melo em sua tese de doutorado.

(1974 a 1977), uma tendência à sobreacumulação de capacidade produtiva em relação à demanda efetiva da indústria começou a se manifestar.

Durante o período do "Milagre Econômico" houve um aumento na internacionalização de vários mercados. No entanto, as condições começaram a mudar após o pico deste ciclo de crescimento, passando de uma coexistência benéfica entre estruturas oligopolísticas para um período de "coexistência não pacífica" entre diferentes origens de capitais. Isso ocorreu em meio a um cenário de estagnação internacional, onde o controle financeiro e de mercado se tornou a estratégia dominante (Tavares, 1978).

Por fim, a autora coloca as reformas bancária e financeira de 1966-1968 como gênese de um processo de estabelecimento de duas formas "separadas" de dinheiro: o dinheiro de curso forçado (papel-moeda e depósitos à vista) e o dinheiro financeiro. A combinação dessas duas formas de dinheiro diante da inflação crônica forma um instrumento geral e ampliado de crédito, onde o crédito (dívida) cresce muito mais que o produto em termos reais durante a etapa de expansão recente, "jogando um papel de amplificador do ciclo e de instrumento de acumulação financeira" (Tavares, 1978, p.170).

Enquanto o mercado monetário sofre com a escassez de dinheiro (meios de pagamento) e a dívida direta não pode aumentar sem a garantia real da produção, consumo ou patrimônio, o mercado financeiro depende do excesso de dinheiro para providenciar a valorização fictícia do capital, com dívidas baseada em títulos financeiros com apoio na dívida pública e interfinanceira sem limites aparentes. As letras do tesouro transformam-se no instrumento básico da especulação e a "A expansão descontrolada da dívida externa tem funcionado como mecanismo de reforço e de crescimento deste circuito financeiro de curto prazo" (Tavares, 1978, p.174).

O resultado dessa dinâmica é uma crise de crédito que se torna geral e permanente. A liquidez real torna-se liquidez financeira diante do que Tavares (1978) chama de "esquizofrenia do dinheiro" e de uma política monetária "*boomerang*". A complexa dualidade da moeda e do sistema financeiro gera tensão entre a necessidade de manter a estabilidade monetária, garantindo que a moeda seja confiável como meio de pagamento, e a busca pelo lucro rápido, muitas vezes por meio de especulação financeira, configurando a "esquizofrenia do dinheiro". Ao mesmo tempo, as medidas de controle monetário adotadas pelo governo para conter a inflação acabam produzindo resultados contraproducentes, como a desaceleração econômica e até mesmo crise financeira. O fracasso da política monetária estaria nos prêmios à especulação, no corte de crédito corrente e na penalização do investimento produtivo,

gerando uma “preferência pela liquidez’ sancionada de forma corrente pelo próprio efeito de boomerang da política monetária” (Tavares, 1978, p.180).

A partir do exposto, cabe-nos questionar: qual a relevância da trajetória intelectual de Tavares para a compreensão de seus escritos sobre a hegemonia dos EUA e a diplomacia do dólar? Começamos a responder esta pergunta por seu principal objeto de estudo: as economias subdesenvolvidas da América Latina, principalmente o Brasil. Ao tratar de seu processo de desenvolvimento diante de uma perspectiva histórico-estrutural, Tavares busca compreender, a partir da CEPAL, os condicionantes externos do processo de substituição de importações bem como os limites que impunham a transição para um novo modelo de acumulação. À época, conclui que a solução dava-se em um modelo indutor de crescimento de dentro da economia brasileira sob organização do Estado, alertando para a ausência de um mecanismo de financiamento interno e de investimento nacional, provocando as crises de interrupção do processo de acumulação. Como bem coloca Santos (2011),

Em resumo, pode-se dizer que, ao longo da década de 1960 e nos dois primeiros anos da década de 1970, Maria da Conceição Tavares foi formando uma visão da economia brasileira em que a transição de um modelo de desenvolvimento a outro se colocou como questão-chave pela própria dinâmica econômico-social daquele período. Entretanto, embora ela percebesse as contradições dos movimentos e destacasse a importância do papel do Estado para atenuar tais contradições, por meio da introdução de um modelo de crescimento auto-sustentável, as soluções históricas observadas no plano concreto convergiam no sentido de reproduzir um modelo de desenvolvimento econômico que reiterou os problemas estruturais da economia brasileira, como o desemprego estrutural e a concentração excessiva da renda (Santos, 2011, p.151).

Posteriormente, Tavares considerou suas interpretações da década de 1960 gerais e parciais, pois tratava-se de um recorte estritamente econômico de tipo estrutural, havendo abstração da forma como atuou o Estado e sua correlação com as forças sociais<sup>63</sup>. No decorrer da década de 1970, se dedica à uma nova interpretação da dinâmica de acumulação da

---

<sup>63</sup> Na introdução da 10ª edição de *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Tavares, à época no Chile trabalhando para o escritório da CEPAL em Santiago, expõe como o ensaio *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* (1963) se distingue dos demais por seu enfoque teórico e o marco dentro do qual se desenvolve. Influenciada pelo pensamento Cepalino, argumenta que o ensaio contava com alto nível de abstração e não trata da especificidade histórica das formações sociais e concretas de cada país do Cone Sul, países que mais se encaixam em sua análise. Da mesma maneira, em *Notas sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento - O Caso do Brasil* (1967), a autora enfatiza a falta de se fazer a análise das dimensões econômicas, políticas e sociais da crise brasileira e que em 1967 ainda não se tinha configurado a nova etapa de expansão capitalista, o “Milagre Brasileiro”, momento em que ficaria mais claro novas condições de financiamento e o novo caráter da inflação como variáveis chave para compreender as possibilidades de retomada do crescimento.

economia brasileira, uma vez que seus limites passaram a ser dados endogenamente, e não mais em termos de estrangulamento externo.

Em ambas fases de seu pensamento apresentadas, a autora não deixa de mencionar o papel ascendente do capital financeiro nas economias em desenvolvimento, moldando a dinâmica do ciclo de expansão industrial assim como a dinâmica de financiamento dessas economias. O ponto chave está no argumento de Tavares no que tange ao aprofundamento dos oligopólios e da disputa entre capital internacional e nacional. Com o passar do tempo, e principalmente após 1979 com a alta dos juros norte-americano e a decorrente crise das dívidas externas, Tavares pôde observar, como se verá, que o dólar enquanto moeda internacional hegemônica garante a imposição de um regime de acumulação limitado e dependente às economias latino-americanas.

O que se supõe é que Tavares agrega à sua análise econômico-social o sistema monetário internacional como sancionador da influência e poder dos Estados Unidos sobre a dinâmica de desenvolvimento e acumulação capitalista nos países periféricos. Esta é uma característica discricionária das contribuições da economista e inseri-la no debate da Economia Política Internacional só faz sentido trazendo à tona sua bagagem teórica e política preexistente.

### 5.3. HEGEMONIA E MOEDA: O PODER GEOECONÔMICO COMO LIMITADOR DE CRESCIMENTO ENDÓGENO

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por grandes acontecimentos na economia internacional. A reorientação da liquidez mundial para os Estados Unidos diante da alta dos juros e a conseqüente quebra de países periféricos devedores e dependentes dos fluxos de capital externo foram acontecimentos que deram origem à uma nova dinâmica financeira internacional, num momento em que grandes nomes da academia estadunidense das RI apontavam para o fim da hegemonia norte-americana. Neste cenário Maria da Conceição Tavares, como aponta José Luís Fiori (2000), adentra naturalmente o debate da Economia Política Internacional ao tratar do papel do dólar como mecanismo de dominação geoeconômica mundial. As principais reflexões de Tavares se concentram nos artigos *A retomada da hegemonia norte-americana* (1985) e *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana* (1997).

### 5.3.1. A retomada da hegemonia norte-americana

Em *A retomada da hegemonia norte-americana* (1985), Maria da Conceição Tavares inaugura o início de sua discussão acerca do sistema monetário internacional como ferramenta política e econômica dos Estados Unidos a fim de reaver seu poder estratégico no sistema internacional. Passando pela problemática dos modelos de desenvolvimento na América Latina e principalmente no Brasil, Tavares expande sua análise para o poder do dólar enquanto mecanismo de coerção e transformação do capitalismo mundial pela potência hegemônica.

Com os desdobramentos da intensificação da transnacionalização dos capitais de origem norte-americana a partir do pós-guerra e o consequente movimento policêntrico da economia mundial, Tavares (1985) argumenta que parecia impossível “domar” o Japão e a Alemanha, países que adquiriram importância estratégica na ordem capitalista. O sistema bancário privado estava operando fora do controle dos bancos centrais (inclusive do FED) e as filiais transnacionais passaram a atuar à revelia dos interesses nacionais estadunidenses, além de conduzirem um acirramento da concorrência nos países que favoreciam a modernização europeia e japonesa. Deste modo, a mudança de postura do governo norte-americano a partir de 1979 com a chamada *diplomacia do dólar forte* representa o movimento de retomada de sua hegemonia, resposta à desestruturação da ordem vigente do pós-guerra e tentativa de reaver o controle financeiro internacional.

Além do poder econômico e militar dos EUA, é de extrema importância levar em consideração sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico no resto do globo. O poder ideológico que acompanha suas condições materiais de coerção dá-se em resposta à estratégia da elite financeira e militar que se reforça a partir do governo Reagan (1981-1989). O resultado é uma sincronização política e econômica, a qual envolve reformas recessivas racionalizadas como única opção possível. Outro ponto levantado pela autora é a possível tentativa de estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, onde os EUA, como potência cêntrica, seria capaz de reordenar a economia mundial a partir de um novo tipo de transnacionalização da sua própria economia nacional (Tavares, 1985).

No âmbito da diplomacia do dólar forte, faz-se necessário retornarmos ao padrão monetário de Bretton Woods, no intuito de traçar historicamente a transição do padrão dólar-ouro para o atual padrão monetário sem lastro, fator essencial para compreender o papel

da moeda norte-americana na dinâmica de crescimento global. Como é sabido, a manutenção do câmbio fixo a partir do padrão dólar-ouro de Bretton Woods apresentou uma série de tensões durante sua vigência. Conforme as instabilidades do sistema se acentuavam, dada a pressão sobre as divisas e o crescente déficit norte-americano, medidas foram tomadas no âmbito da política monetária dos EUA a partir de 1968, ocasionando reações internacionais, como o rompimento da conversibilidade da libra em dólar. A partir de então, o mercado de crédito interbancário descola-se do padrão monetário e das reservas dólar-ouro, abrindo espaço para um circuito supranacional de crédito com liquidez abundante que ficou fora do controle das autoridades monetárias e sem qualquer relação com o déficit de balanço de pagamentos americano. Junto a isso, com o inevitável e posterior fim da paridade dólar-ouro, a especulação de moedas junta-se ao excedente de petrodólares, impedindo o funcionamento dos mecanismos de ajustamento monetário do balanço de pagamentos (Tavares, 1985).

Tavares (1985) destaca o caos da ordem monetária internacional, tendo como efeito o aumento da dívida dos países do Terceiro Mundo e socialistas e a tentativa do FMI de implementar uma nova ordem monetária internacional a partir de uma cesta de moedas. A relutância dos EUA acerca da implementação de um novo padrão monetário internacional chega em um divisor de águas na reunião mundial do FMI em 1979, onde Mr. Volcker, então presidente do FED, reiterou o descontentamento do governo estadunidense em relação à continuidade da desvalorização do dólar, assim como um possível novo padrão monetário internacional. No mesmo ano, a taxa de juros interna subiu abruptamente no intuito da restauração da hegemonia norte-americana.

Os custos de tal investida puderam ser sentidos em todas as instâncias, pois a recessão que atingiu a própria economia americana derramou-se aos demais países capitalistas. A fuga de capitais e a contração de crédito no mercado internacional gerou fortes repercussões para os países da América Latina, com a moratória mexicana de 1982 como ponto inaugural da impossibilidade de sustentar a dívida externa frente à alta dos juros. No geral, as nações capitalistas ficaram refém de um ajuste recessivo guiado pela política estadunidense (Tavares, 1985).

Com a taxa de juros e de câmbio atreladas ao dólar, a liquidez internacional passa a ser posta à serviço da política fiscal norte-americana. A partir dos anos 1980, os grandes bancos internacionais passaram a situar-se em Nova York, financiando o déficit fiscal americano. O componente financeiro do *déficit*, que é estrutural, é crescente graças à rolagem da dívida

pública americana, sendo esta a forma dos EUA captarem liquidez internacional de forma forçada (Tavares, 1985). Nas palavras da autora,

[...] apesar das críticas ao **déficit americano**, este tornou-se na prática o **único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional**. O preço desta ‘estabilidade’ tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desiderato do ‘equilíbrio global do sistema’ (Tavares, 1985, p.34-35, grifo nosso).

Ademais, a dolarização generalizada do sistema de crédito fez com que o equilíbrio macroeconômico da economia mundial dependesse de políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais a fim de compensar a situação deficitária dos EUA. Em outras palavras, as taxas de crescimento, câmbio e juros passaram a ser dependentes do desempenho destas variáveis na economia dos Estados Unidos, o que corrompe o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e transforma os déficits públicos em déficits financeiros estruturais (Tavares, 1985).

À guisa de exemplo, Maria da Conceição Tavares (1985) cita o Japão como país de tradição heterodoxa de política financeira e protagonismo ascendente no cenário internacional antes da política do dólar forte. Conforme foi se alinhando às políticas americanas a partir da internacionalização de seu sistema financeiro, a ilha foi perdendo autonomia de seu processo de crescimento, que agora sofre grande influência da política monetária norte-americana: sua taxa de investimento está abaixo da capacidade da poupança interna, uma vez que o excedente é exportado para os EUA. Para a economista, somente uma turbulência no sistema bancário americano e uma desvalorização repentina do dólar poderia desestabilizar temporariamente a hegemonia americana.

A técnica de desenvolvimento dos EUA baseada nas experiências latino-americana e japonesa, ou seja, financiamento com base no crédito de curto prazo, endividamento externo e déficit fiscal, nem sequer gera inflação graças à sua moeda hegemônica e sobrevalorizada. Houve consequências negativas neste processo, como a redução de investimentos nos ramos produtivos “velhos” (aqueles que requerem crédito de longo prazo e taxa de juros mais baixas); o aumento do endividamento das famílias; a redução de despesas em capital social básico e bem-estar; aumento do gasto em armamento; a redistribuição de renda em favor dos ricos, etc. Não obstante, a absorção de transferências reais de poupança do resto do mundo geram custos internos menores, uma vez que as importações são as melhores e mais baratas do mundo. Em suma, os Estados Unidos não precisam fazer esforço de poupança e investimento para a modernização de sua indústria de ponta, pois conta com um vasto leque

de equipamentos baratos de última geração e capitais de empréstimo e de risco do Japão, da Europa e do resto do mundo (Tavares, 1985).

Com a garantia de que o mundo está financiando não somente o Tesouro americano como também os consumidores e investidores estadunidenses, essa transferência de poupança real em direção aos Estados Unidos faz com que não se precise pressionar tanto a taxa de juros, contanto que ela se mantenha ligeiramente acima do euromercado. O argumento de Tavares é de que a elite financeira americana dita ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a economia norte-americana se compromete a não baixar o déficit comercial unilateralmente, mas pode sancionar os países que adotarem restrições às exportações de mercadorias e capitais americanos. Neste sentido, os Estados Unidos abrem sua economia ao mesmo tempo em que ocupam uma posição cêntrica nessa divisão internacional do trabalho, mesmo não possuindo vantagens em termos absolutos ou relativos (Tavares, 1985).

A partir de meados da década de 1980, seu déficit comercial o torna pela primeira vez devedor líquido do resto do mundo, estratégia para que o excedente de capital retorne para os EUA e seja reabsorvido e utilizado na modernização tecnológica. De acordo com Tavares (1985, p.46-47),

Após terem exportado durante várias décadas o padrão tecnológico do sistema industrial americano através de suas multinacionais, estão tentando usar o seu poder hegemônico para reenquadrá-las, fazer retornar os seus capitais sobranes e refazer a sua posição como centro tecnológico dominante. Assim utilizam-se de seus bancos, do comércio, das finanças e do investimento direto 'estrangeiro', para fazer o seu ajustamento interno e externo [...] os Estados Unidos estão concentrando esforços no desenvolvimento dos setores de ponta e submetendo a velha indústria à concorrência internacional dos seus parceiros. A partir dessa modernização generalizada esperam poder retomar a sua posição como centro tecnológico dominante e reordenar de novo a economia mundial.

A política do FED, se por um lado salvou a crise do sistema bancário transnacionalizado, segue prejudicando a retomada da expansão do investimento das filiais industriais e do próprio crescimento estadunidense a longo prazo. Tavares retrata esse período de transição da retomada da hegemonia norte-americana como fenômeno incerto, não se sabendo se haverá uma nova ordem institucional explícita na qual o mundo seria reorganizado por uma nova geografia econômica e política a partir da centralidade dos Estados Unidos. Mais incerto ainda é o destino das economias periféricas da Europa, Ásia e América do Sul neste processo (Tavares, 1985).

### 5.3.2. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana

No *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana*, Maria da Conceição Tavares e Luiz Eduardo Melin (1997) introduzem dois conceitos fundamentais para se compreender as esferas nas quais se deu o movimento de reafirmação da economia norte-americana a partir do começo da década de 1980. A postura dos EUA no plano geoeconômico (diplomacia do dólar) e no plano geopolítico (diplomacia das armas) modificaram a dinâmica hierárquica das relações internacionais.

Na esfera geopolítica, o fim da bipolaridade e a consequente instabilidade estrutural no cenário internacional deu lugar ao processo de hierarquização do poder político internacional centralizada na potência hegemônica. A consequência disso é a limitação do poder soberano dos Estados Nacionais sobre sua capacidade de regulação econômica e proteção social, acompanhada da deterioração do padrão de vida das classes mais baixas. Do ponto de vista geoeconômico, tem-se a globalização financeira e a diplomacia do dólar, gerando a transnacionalização do espaço econômico nacional norte-americano e, em última instância, a transnacionalização progressiva da Ásia. Aos demais países periféricos restou a submissão à nova ordem global, regressão industrial, e desequilíbrio financeiro estrutural causador de crises frequentes (Tavares; Melin, 1997).

O artigo busca, ao focalizar no plano geoeconômico, tratar das políticas de globalização implementadas sob a pressão da potência hegemônica em nome da liberalização dos fluxos de capital, gerando maior concentração política e financeira. Esse movimento

[...] não é resultado espontâneo do aumento da competição e da eficiência dos “mercados globalizados”, mas de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de 70, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência (Tavares; Melin, 1997, p.57).

Ao tratar das repercussões da diplomacia do dólar, Tavares e Melin (1997) abordam o salto no fluxo de capitais financeiros especulativos a partir de 1988 com a desregulamentação dos países capitalistas avançados. A instabilidade e as sucessivas crises na Europa (principalmente depois da crise europeia de 1992) fizeram com que a quantidade de derivativos ligados a operações de securitização de risco e arbitragem financeira aumentassem consideravelmente, e, dado que o processo de securitização usava o dólar como moeda

principal, seu papel como referencial financeiro básico da economia internacional intensificou-se continuamente.

Com isso, a dominação do dólar nos mercados financeiros globalizados foi inevitável, pois prevê liquidez instantânea em qualquer mercado, garante segurança nas operações de risco e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual presente e futura. Não se trata de um padrão monetário clássico, pois agora a especulação varia de acordo com a taxa de juros americana e sua capacidade de manter sua dívida pública, tirando protagonismo das reservas internacionais dos Bancos Centrais (Tavares; Melin, 1997).

Assim, a resposta à pergunta sobre por que tem havido especulações frequentes, a partir de 1989, contra as demais moedas internacionais conversíveis, não é por causa das posições de reservas cambiais dos seus respectivos bancos centrais - já que o sistema há muito deixou de ser um sistema de reservas - mas sim porque o valor do dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica do sistema financeiro internacional em função da capacidade dos Estados Unidos em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema. Por seu turno, a utilização da taxa de juros americana como taxa de referência para o violento aumento de transações financeiras em curso na economia financeira global, induz a que a denominação das operações de securitização em geral (e, em particular, dos instrumentos de derivativos cambiais) seja feita em dólar, abrindo a possibilidade de realizarem-se extraordinários ganhos de arbitragem quando existem diferenciais expressivos entre as taxas de juros internas e as correspondentes flutuações na taxa de câmbio da moeda local por referência ao dólar (Tavares; Melin, 1997, p.64).

A questão aqui é que o dólar não é mais um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários anteriores. A moeda americana assume o papel de securitização e de arbitragem, sendo uma moeda financeira em um sistema desregulado e sem padrão monetário rígido. O efeito desse fenômeno é a coordenação de todos os bancos centrais relevantes sob o comando do FED, o que em termos gerais, vai contra as políticas nacionais de gastos fiscais em detrimento da supremacia do capital financeiro. Além disso, a interdependência entre a taxa de juros e o câmbio impede o ajuste monetário automático do balanço de pagamentos, deixando essa função para o arrocho dos gastos fiscais, medida universal da ortodoxia reinante. O desfecho é a perda de controle sobre a quantidade de moeda e o ciclo econômico doméstico, em um processo de “independência” dos bancos centrais dado o distanciamento entre as autoridades monetárias e os tesouros nacionais (Tavares; Melin, 1997).

A partir da nova dinâmica do sistema monetário internacional e das finanças e seus efeitos globais, Tavares e Melin (1997) destacam a assimetria do crescimento mundial que se acentua com a reafirmação da hegemonia norte-americana. No plano geográfico, o dinamismo encontra-se nos EUA e na China. No plano social, a Europa, os antigos países soviéticos e a

América Latina sofrem com o desemprego, enquanto a África encontra-se totalmente desestruturada. A distribuição de renda piora enquanto as exportações transformam-se em uma guerra comercial sem precedentes e o investimento produtivo perde lugar para o investimento financeiro, patrimonial e especulativo.

O atual cenário de crescimento assimétrico da economia internacional deve levar em consideração o regime de acumulação que se tem adotado globalmente. O primeiro momento deste regime é o *concorrencial*, onde a atividade produtiva é violentamente destruída e deslocada rapidamente de um lugar para outro graças a disputa internacional que redesenha os mapas de produção e distribuição desses produtos. O segundo momento é *concentrador*, e refere-se a forte concentração de capitais devido a fusões e associações estratégicas nos setores de tecnologia “dura” (indústria bélica, aviação, etc.) e “de ponta” (telecomunicações, informática, etc.). Por fim, há o período *centralizador*, no qual a ditadura do capital financeiro se consolida a partir do direcionamento dos capitais patrimoniais e financeiros para os grandes centros decisórios mundiais. A lógica financeira que se estabelece, deste modo, controla não somente o curso dos fluxos de capital financeiro, mas também a disponibilidade de crédito e a liquidez em qualquer parte do mundo (Tavares; Melin, 1997).

É importante frisar que o resultado desse processo não pode confundir-se com a transnacionalização produtiva das empresas norte-americanas e posteriormente europeias e asiáticas que já vinha acontecendo há décadas. As políticas de globalização financeira a partir da diplomacia do dólar forte e do controle monetário internacional dos EUA são a principal razão das assimetrias de crescimento e de poder em favor destes. É sob o leque do neoliberalismo que essas políticas promovem a reversão da liquidez internacional; a adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento; a deterioração da base fiscal do Estado em face das elevadas taxas de juros; a liberalização dos movimentos de capital e a flexibilização dos mercados de trabalho (Tavares; Melin, 1997). De acordo com os autores,

[...] Esta difusão de um padrão espacial de crescimento no contexto de uma estratégia global dos grandes capitais excluiu claramente as periferias mais vulneráveis à ortodoxia neoliberal e à nova hierarquização do poder político internacional (Tavares; Melin, 1997, p.77).

No que se trata de nossa periferia imediata, a América Latina entrou no processo de globalização de forma subordinada e, como resultado, sofre as mazelas da globalização financeira. As perdas de competitividade, desindustrialização, aumento da pobreza e a dependência dos fluxos de capital externo para sustentar o câmbio são alguns dos efeitos

colaterais. Em suma, há três desdobramentos espaciais para as recentes políticas de globalização: a transnacionalização do próprio espaço econômico norte-americano; a transnacionalização da Ásia e a submissão das economias periféricas endividadas depois da crise das dívidas externas entre 1980-1982 (Tavares; Melin, 1997).

Tavares e Melin (1997) finalizam o artigo, diferentemente da versão de 1985, evidenciando como a própria universalização das atuais condições de submissão e exclusão são de difícil sustentação a longo prazo, principalmente diante de transformações sociais antagônicas à doutrina da ordem hegemônica. A nova divisão internacional do trabalho instituída por esse novo momento não permite um desenvolvimento harmônico ou dinâmico para a periferia do sistema. Ademais, as demonstrações ostensivas dos EUA em relação à seus parceiros econômicos e o endurecimento de sua estratégia de dominação são fatores que intensificam o descontentamento dos perdedores da globalização financeira, que tendem a optar por alianças regionais de cunho mais cooperativo. Em outras palavras, a própria estratégia de retomada da hegemonia norte-americana cria núcleos de resistência contra a dominação vigente.

## 6. AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES PARA A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Afinal, quais são as contribuições de Maria da Conceição Tavares para a EPI? Por que razão Fiori (2000) descreve que Tavares entra de forma natural neste debate? A autora de fato se aproxima de algumas considerações que estavam sendo desenvolvidas pela academia estadunidense e britânica, mas também se distancia substancialmente em outros aspectos. Sua visão aprofunda a temática do dólar como moeda internacional e instrumento de poder na medida em que se concentra em compreender quais os efeitos da política monetária e cambial norte-americana em seu entorno imediato (América Latina e Brasil), o que é extremamente relevante, pois apesar do “Terceiro Mundo” ou “países poucos desenvolvidos” aparecerem em todas as contribuições expostas no capítulo 4, nenhuma de fato se aprofunda nos efeitos colaterais sentidos nessas localidades. O que Tavares faz não é somente analisar as repercussões negativas da diplomacia do dólar forte e da centralização do capital financeiro que se sucedeu, mas denunciar como o processo de desenvolvimento econômico encontrou novos impasses e quais as medidas políticas que devem ser tomadas para superá-los.

Tavares (1985) abre sua discussão questionando a ideia de **queda da hegemonia dos Estados Unidos** no fim da década de 1970. Tal diagnóstico era exagerado, pois a partir de 1979 se deu um processo de retomada da hegemonia com a diplomacia do dólar forte, ou seja, uma reação consciente da elite estadunidense de assumir o controle da nova configuração que o capitalismo mundial começava a apresentar. Kindleberger (1981; 1985), um dos criadores da TEH, vê com o fim do câmbio fixo a renúncia dos Estados Unidos em assumir o papel de líder hegemônico e estabilizador do sistema internacional. De maneira similar, Cohen (1976) infere que os EUA não estão mais em uma posição de hegemonia, razão pela qual o sistema monetário internacional deveria ser estruturado a partir de sua liderança mas com base na negociação. Já Strange (1987) apresenta argumento parecido com o de Tavares ao criticar os pressupostos da TEH e diagnosticar o monopólio do poder estrutural por parte de Washington. Eichengreen (2000) também questiona os pressupostos da TEH, embora de forma mais sucinta, enquanto Kirshner (1995) aponta o aumento de poder de manipulação monetária dos EUA após o fim de Bretton Woods.

Strange (1987) inaugura uma discussão vasta sobre poder quando trata das quatro dimensões estruturais que o engloba (segurança, produção, crédito e conhecimento). No que se trata especificamente do **poder monetário** (ou sobre o crédito) dos EUA, sua visão é de

que o domínio sobre os meios monetários e financeiros pode ser empregado como uma estratégia de poder e influência. A habilidade de emitir moeda, determinar taxas de câmbio e supervisionar os movimentos financeiros pode ser empregada para avançar seus objetivos políticos, causando graves consequências para os perdedores do cassino global. Posteriormente, Kirshner (1995) avalia que as relações cambiais entre os Estados podem ser utilizadas como instrumento de poder e coerção no sistema internacional. O poder monetário pode ser também implícito, ou seja, pode influenciar os países a mudarem suas políticas cambiais, alinhando-se às expectativas do país agressor. Para Kindleberger (1981; 1985) cabe à potência líder gerenciar a estrutura das taxas de câmbio e a coordenação das políticas monetárias domésticas, o que implicitamente significa que o poder dessas decisões fica restrito aos EUA (quando estavam dispostos a assumir a liderança mundial). Por outro lado, Cohen (1998) observa que o poder monetário antes monopolizado pelo Estado foi redistribuído entre as forças de mercado com a desterritorialização das moedas. Enquanto Eichengreen, embora não fale de poder em si, expõe como apenas as maiores economias mundiais são capazes de aguentar a flutuação do câmbio umas contra as outras (Eichengreen; Wyplosz, 1995).

Diante dessa discussão, Maria da Conceição Tavares argumenta que o poder dos Estados Unidos está no plano geopolítico (armas) e geoeconômico (moeda), mas também acrescenta as dimensões cultural e político-ideológica (neoliberalismo) como pilares primordiais para a sincronização forçada dos países capitalistas à política norte-americana. Os meios globais de comunicação de massa impõem um padrão de comportamento no resto do globo, por isso a economista enfatiza a independência e democratização das agências de educação, imprensa e difusão cultural de forma que preserve a cultura e a identidade nacional. Desta forma, a estratégia hegemônica dos Estados Unidos a partir de 1979 foi utilizar de sua moeda (poder monetário) para garantir sua posição no sistema monetário internacional, o que inclui sua capacidade de coerção explícita mas também implícita, fazendo com que seus parceiros e inimigos racionalizem a visão dominante como a única possível (Tavares, 1985; 1997a; Tavares; Melin, 1997).

Sobre o papel do **dólar como moeda internacional**, Kindleberger (1981) o avalia como única moeda com capacidade internacional de conduzir a estabilização do mercado cambial e financeiro internacional, a partir de um centro financeiro mundial localizado nos EUA. Além disso, a moeda permitiria o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, principalmente através de Wall Street e de corporações internacionais. Sua preocupação

estava na instabilidade do sistema de câmbio flexível, chegando a prever o fim do sistema dólar na década de 1970 (Mehrling, 2022). Enquanto isso, Strange (1986; 1998) trata da globalização financeira e do surgimento dos cassinos globais, gerando aumento das incertezas e da volatilidade dos preços internacionais estratégicos, dentre eles o câmbio. Além disso, acentua a perda de controle dos Estados sobre os mercados (perda da capacidade de políticas públicas e controle sobre a taxa de câmbio e juros, etc.). Para Cohen (1998) o dólar promove *status* e prestígio; oportunidades de senhoriagem; influência política; estabilidade política, etc., mas alerta que os EUA não desfrutarão desses benefícios para sempre. Kirshner (1995) insere o sistema do dólar em uma estrutura de três níveis da dominação monetária dos EUA. Para ele, o poder monetário nas mãos deste ator pode trazer sérias consequências para economias menores e mais vulneráveis. Embora Eichengreen (1998) não trate especificamente do papel do dólar na bibliografia utilizada, fica evidente sua visão de que a política monetária dos EUA (em decorrência do papel do dólar) pode gerar perturbações que ocasionam dificuldades financeiras nos EUA e nos países em desenvolvimento.

Sobre isso, de acordo com Tavares o dólar cumpre papel de securitização e arbitragem, e através do FED pratica uma política monetária e fiscal violentamente intervencionista. O que houve, assim, foi o fortalecimento do dólar como moeda sem lastro e o aumento da volatilidade do câmbio e do mercado financeiro. Em decorrência, forma-se um sistema financeiro internacional altamente hierarquizado diante de um sistema monetário que deixou de ser baseado em reservas e em que o dólar é fixado pela taxa de juros americana, que funciona como referência básica do sistema financeiro internacional (Tavares, 1985; 1999b; Tavares; Melin, 1997).

A partir disso, vários autores da EPI buscam entender a origem da **desordem econômica internacional**. Eichengreen (1995) defende que o período pós-Bretton Woods revelou a insuficiência na adoção de políticas monetárias sólidas, e a cooperação internacional não conseguiu conter efetivamente as pressões do mercado. Kindleberger (1981; 1985) infere que a instabilidade do sistema internacional é resultado da renúncia dos EUA em assumir a responsabilidade da estabilização do sistema internacional como líder hegemônico. Referindo-se ao mesmo contexto histórico que Kindleberger, Cohen (1976) argumenta que o fim do padrão dólar-ouro representou o colapso total e a desestabilização da ordem monetária internacional, o que ocasionou a falta de coerência entre a política externa dos países. Já para Strange (1987), na esteira do processo de desregulamentação financeira, o fulcro do problema

está na inconstância e imprevisibilidade do sistema político americano (dicotomia entre liberalismo e realismo).

Tavares e Melin (1997) também argumentam sobre a dicotomia entre o liberalismo que se limitou ao discurso dos EUA e o realismo de suas políticas monetária e fiscal; o que foi adotado na prática foi um keynesianismo bélico clássico e o endividamento para financiar o consumo doméstico e o gasto público do país. Ao mesmo tempo, a desregulamentação e globalização financeira culminaram na estratégia da elite financeira e militar norte-americana em redirecionar os dólares excedentes de volta para os Estados Unidos. O crescimento mundial tornou-se mais assimétrico graças às políticas neoliberais do Consenso de Washington e das estratégias globais dos grandes capitais, além do aumento do endividamento externo e interno, impedindo o ajuste do balanço de pagamentos e a retomada do desenvolvimento econômico e social sustentável nos países subdesenvolvidos (Tavares, 1999b).

Diante das novas tendências, Cohen (1976) traça os **princípios que devem conduzir o sistema monetário global**: os EUA possuem responsabilidade de liderança, mas devem conduzir uma liderança sem hegemonia, ou seja, a nova ordem monetária internacional deve envolver mais negociação e pluralismo. A nova geografia do dinheiro que se forma faz com que a postura dos países de moedas pouco competitivas deva ser mais nacionalista, buscando a reterritorialização parcial das moedas nacionais para garantir mais coerência entre políticas públicas e os anseios da população (Cohen, 1998). Para Strange (1986; 1998) os EUA devem agir para trazer o mínimo de previsibilidade e estabilidade para o sistema financeiro e monetário internacional e exercer uma hegemonia sábia sobre a economia mundial (garantindo a estabilidade do dólar e de sua própria gestão econômica interna), além da criação de um novo sistema bancário regulamentado e o fim dos paraísos fiscais. Kindleberger (1978) enfatiza que a estabilidade monetária é um bem público que deve ser proporcionado pelo líder hegemônico, a partir da atuação estratégica de um credor de última instância. Eichengreen e Wyplosz (1995) defendem a tributação das transações cambiais e a adoção da taxa de câmbio flutuante (nas economias grandes) e da eliminação da taxa de câmbio (nas economias pequenas) para evitar as crises cambiais. Além disso, um sistema monetário internacional satisfatório incorpora tanto as vantagens das taxas fixas quanto das flexíveis, sendo elas: capacidade de ajustamento de preços relativos, adesão de todos os participantes a regras monetárias robustas e habilidade para conter pressões de mercado (Eichengreen, 1995). No caso de Kirshner (1995), não nos parece explícito uma análise

normativa do sistema monetário internacional. O que o autor argumenta é que o poder monetário pode ser maléfico e prejudicar a independência cambial nos países-alvo.

A visão de Tavares não está centrada no papel de liderança dos EUA, mas sim em sua hegemonia predatória, por isso defende que os Estados devem ter autonomia sobre sua moeda e taxa de juros, a fim de controlarem o ciclo econômico interno, assim como o sistema monetário e financeiro internacional devem garantir a capacidade de investimento e crescimento endógeno das economias nacionais (Tavares, 1985; 1997a; Tavares; Melin, 1997). Neste aspecto, vê na renacionalização do dinheiro e do crédito, como também na independência real dos bancos centrais; no controle de entrada e saída de capitais e na desarticulação entre as políticas nacionais e as instituições internacionais como FMI e BIS a possibilidade de restauração da economia nacional e a seguridade social de seus cidadãos frente a perda de autonomia e controle de suas economias ditada pela política monetária dos EUA (Tavares, 1999a).

No que tange ao **futuro do dólar e do sistema monetário internacional**, Kindleberger (1985) prevê a substituição do dólar como moeda internacional por uma outra moeda nacional, além da emergência de um sistema abrangente de taxas fixas (dólar, marco alemão ou ECU, talvez o cruzeiro brasileiro) ao qual outras moedas se vinculariam. Segundo Cohen (1998), não haveria nenhum substituto totalmente qualificado para o dólar, mas sim a tendência de diversificação natural das carteiras de investimento (marco alemão, iene, etc.), enquanto o papel do dólar na pirâmide monetária global permaneceria importante. Eichengreen e Wyplosz (1995) supõem que haverá a formação de três zonas monetárias centradas nos EUA, no Japão e na Europa Ocidental, todas de câmbio flutuante, enquanto os países menores adotariam a unificação monetária. Kirshner (1995) já pensa num futuro onde o poder monetário tenderia a estender-se dos EUA para a Alemanha e o Japão. Quanto mais atores detiverem o poder monetário, maior será a importância deste no sistema internacional. O resultado esperado é a criação de novos sistemas monetários, centrados no dólar, no iene e no marco. Os Estados perderiam cada vez mais controle sobre as moedas nacionais e a manipulação monetária dependeria da manipulação do mercado, pois a exposição às forças de mercado deixariam os Estados mais vulneráveis à manipulação cambial. Por fim, a ideia de Strange (1986; 1998) é que o sistema financeiro internacional carece de mudanças, as quais só serão alcançadas quando as preferências políticas dos tomadores de decisão (principalmente em Washington) se alterarem a favor de maior equidade.

De acordo com Maria da Conceição Tavares, as assimetrias mundiais e a canalização do poder internacional a favor dos EUA; a ausência de normas e controles dos fluxos de entrada e saída de capitais nos países; a desassociação entre autoridades monetárias e tesouros nacionais e a impossibilidade dos bancos centrais de estabilizarem a quantidade de moeda e o ciclo econômico interno geram grandes impasses ao desenvolvimento das economias subdesenvolvidas. Como não há uma alternativa visível para o papel do dólar no sistema internacional, a solução seria a adoção de políticas defensivas em prol do interesse nacional e do crescimento sustentável. Ainda, as próprias investidas arrogantes do governo norte-americano contra outros países poderiam gerar incentivos para a mudança (Tavares, 1997; 1999b; Tavares; Melin, 1997).

A importância de Tavares nesse debate está em sua visão ampla das consequências do alinhamento dos países capitalistas às políticas norte-americanas, implicando a transformação do espaço geográfico mundial e uma nova divisão internacional do trabalho na qual os EUA possuem papel central a partir de uma nova transnacionalização de sua economia pautada na diplomacia do dólar forte. A crise que sucede esse processo, então, é controlada a partir de receitas neoliberais que impõem um ajuste recessivo sincronizado com a política americana. Vale dizer que essa nova divisão internacional do trabalho não permite o desenvolvimento harmônico ou suficientemente dinâmico da economia mundial. Em outras palavras, a dolarização generalizada do crédito impede os países de praticarem políticas de crescimento endógeno. Junto com a interdependência do câmbio e do juro, as políticas monetárias e fiscais restritivas transformam o déficit público em déficit financeiro estrutural minando a capacidade de investimento (Tavares, 1985; Tavares; Melin, 1997). Crítica ao Consenso de Washington e seu modelo ideológico anglo-saxônico, Tavares prega o “dissenso de Washington”, que nada mais é do que uma postura de defesa dos interesses nacionais frente aos *lobbies* empresariais, garantindo competitividade no mercado global e melhores oportunidades de trabalho para a sociedade (Tavares, 1993).

Em suma, a América Latina teve uma inserção subordinada no processo de globalização, e uma das principais consequências disso foi a perda de controle do processo produtivo e do câmbio, além de mazelas sociais (Tavares; Melin, 1997). A lógica do movimento de globalização é caracterizada pela concorrência predatória e especulação patrimonialista, de modo que é preciso resgatar os mecanismos de intervenção dos Estados nacionais para que se garanta uma inserção externa não subordinada e que tenha como objetivo de longo prazo a restauração da economia nacional e a seguridade social de seus

cidadãos, através, principalmente, das prioridades de investimento (sobretudo público e externo). Como salienta, “Para isso, porém, a sociedade brasileira teria de ser capaz de romper o atual pacto de poder e sua dependência externa e refazer uma nova transição verdadeiramente democrática, sem ‘contra-reformas’ conservadoras” (Tavares, 1997a, s/p).

As mudanças vistas a partir da década de 1980 e 1990 são profundamente significativas, pois não representam apenas o aumento da instabilidade do sistema monetário internacional, mas também a perda de domínio sobre o futuro de suas próprias nações em prol dos interesses de *lobbies* financeiros internacionalizados. Como argumenta, “Infelizmente, temo que além da crise estejamos assistindo pela primeira vez na história moderna do Brasil a uma verdadeira ‘desconstrução nacional’” (Tavares, 1999c, s/p). Esse processo implica submissão aos padrões políticos, econômicos e culturais dos Estados Unidos. Enquanto o espaço público é destruído, entidades financeiras privadas internacionalizadas têm lucros excessivos (Tavares, 1999).

Seu apelo é em vista de um projeto de desenvolvimento brasileiro, o qual encontra grandes impasses frente à globalização financeira. Não se pode cair na armadilha de uma visão de curto prazo e de aceitação da globalização como um fenômeno inquestionável (Tavares, 1999), ele deve ser combatido:

Pela primeira vez na história do capitalismo brasileiro, o país se encontra num impasse, **sem trajetória de crescimento de longo prazo previsível** nem "para fora" nem "para dentro", compatíveis com o tamanho do "encilhamento" financeiro em que nos meteu a nossa tecnocracia governante -uma elite cosmopolita "apequenada" movida por seus mesquinhos interesses e vaidades e contaminada por uma arrogância e irresponsabilidade política sem precedentes na história do país (Tavares, 1999b, s/p, grifo nosso).

Sua perspectiva é de que, independentemente da política cambial adotada, o endividamento externo e interno da economia brasileira não poderá ser controlado, muito menos a retomada do crescimento econômico, a não ser que a ciranda financeira global seja refreada. Este só é um futuro visível diante de uma moratória final, reflexo de uma crise ainda prolongada. Contudo, uma moratória soberana, que seja solucionada com a regeneração do Estado e da economia nacional (Tavares, 1999b).

Como é evidente, a preocupação da economista brasileira está no campo da economia política e seu caráter imprescindivelmente normativo. Partindo do regime de acumulação capitalista e das oportunidades de crescimento da economia brasileira, olha para a economia política internacional do fim da década de 1970 como a expressão deste novo regime que, no limite, acentua a perda de controle da acumulação interna nos países subdesenvolvidos. Seu

anseio é resgatar o papel do Estado como defensor do interesse nacional, do emprego e da qualidade de vida. O que Tavares observa é a desnacionalização das economias e a total submissão de seus padrões de consumo e produção às premissas neoliberais. Deste modo, a nova divisão internacional do trabalho e a hierarquização do sistema financeiro internacional dita uma nova dinâmica do processo de crescimento, na qual as estratégias de mercado visam a produção globalizada e são desenhadas pelos grandes capitais globais (um grupo seletivo de empresas e instituições), excluindo as periferias mais vulneráveis num ciclo de endividamento e dependência externa que extingue qualquer autonomia sobre o processo de crescimento e acumulação endógeno.

Sua contribuição não se limita à buscar compreender o poder monetário internacional ou a aplicabilidade do dólar como moeda internacional. Remetendo toda sua produção intelectual precedente, o que Maria da Conceição Tavares observa diante das mudanças financeiras e monetárias internacionais da época é a transformação do espaço geográfico e o surgimento de uma nova dinâmica do processo de acumulação capitalista que foge da esfera produtiva para as cirandas financeiras, caracterizando a impossibilidade dos países periféricos de conduzirem o desenvolvimento interno utilizando-se de estratégias cambiais, monetárias e fiscais. Além das diretrizes político-ideológicas e econômico-financeiras, o endividamento forçado para a captação de liquidez mundial impede qualquer tentativa de superação dos déficits estruturais e do desmantelamento da indústria nacional. Por fim, o uso do dólar como moeda internacional garante a vitória das elites financeiras globalizadas estadunidenses e aprofunda o poço do qual as economias subdesenvolvidas penam para sair.

No quadro abaixo, encontra-se a sumarização sistemática da bibliografia dos autores apresentados neste capítulo a fim de proporcionar ao leitor uma visão abrangente de todas as especificidades de seus argumentos. As considerações dos autores são baseadas apenas na bibliografia selecionada (e limitada) em um período de tempo também preestabelecido, por essa razão é de se esperar que a maioria deles atualizaram seus pontos de vista e desenvolveram novas opiniões com o decorrer dos acontecimentos na economia política global. É com este pensamento que o leitor deve analisar o quadro, com a humildade de compreender os limites deste trabalho, mas não por isso deixar de considerar a interlocução entre eles, e principalmente como Maria da Conceição Tavares de fato entra de forma natural (para parafrasear Fiori) no debate da Economia Política Internacional.

Quadro 1 - Sumarização dos principais temas extraídos de Tavares, Kindleberger, Strange, Cohen, Eichengreen e Kirshner

|                                   | <b>Queda da hegemonia norte-americana a partir de 1970</b>  | <b>Dólar como moeda internacional</b>   | <b>Estados e o poder monetário</b>  | <b>Diagnóstico acerca da desordem econômica internacional</b>   | <b>Princípios que devem conduzir o sistema monetário global</b>  | <b>Futuro do dólar e do sistema monetário internacional</b>   |
|-----------------------------------|---|---|---|---|--|---|
| <b>Maria da Conceição Tavares</b> | Diagnóstico exagerado, o que houve a partir de 1979 foi o processo de retomada da hegemonia a partir da diplomacia do dólar forte como forma de reaver o controle financeiro internacional.                               | O dólar é utilizado pelos EUA para garantir a posição no sistema monetário internacional (com a taxa de juros e de câmbio atreladas ao dólar, a liquidez internacional passa a ser posta à serviço da política fiscal norte-americana). O dólar cumpre papel de securitização e arbitragem, e através do FED pratica uma política monetária e fiscal violentamente intervencionistas. | O poder (dos EUA) está no plano geopolítico (armas) e geoeconômico (moeda). Capacidade dos EUA de alinharem as políticas das nações capitalistas no âmbito político-ideológico, racionalizando a visão dominante como a única possível. | Desregulamentação financeira; Consenso de Washington; Aumento do endividamento externo e interno e perda do controle sobre a economia nacional, impedindo o ajuste do balanço de pagamentos e a retomada do desenvolvimento socioeconômico. | Os Estados devem ter autonomia sobre sua moeda, taxa de juros e ciclo econômico interno, garantindo a capacidade de investimento e crescimento endógeno; renacionalização do dinheiro e do crédito; um banco central realmente "independente"; controle de entrada e saída de capitais; desarticulação das políticas nacionais do FMI e BIS. | Não há uma alternativa visível para o papel do dólar no sistema internacional. A solução seria uma postura defensiva de renacionalização do dinheiro e do crédito e a regulamentação da entrada de capitais, mas as suas próprias investidas arrogantes contra outros países podem gerar incentivos para a mudança. |
| <b>Charles Kindleberger</b>       | Fim do cargo de líder da economia mundial e da liderança dos EUA; abdicou da capacidade de estabilização do sistema econômico global ao abandonar o câmbio fixo/estável e negar o papel de prestador de última instância. | Única moeda com capacidade internacional. Permitiria o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas, principalmente através de Wall Street e de corporações internacionais.   | Cabe à liderança mundial gerenciar a estrutura das taxas de câmbio e a coordenação das políticas monetárias domésticas. A consequência seria uma economia mundial estável.  | Renúncia dos EUA em assumir a responsabilidade da estabilização do sistema internacional como líder hegemônico e ausência de um substituto à altura, o resultado são desequilíbrios e instabilidades financeiras internacionais.            | A estabilidade monetária deve ser proporcionada pelo país líder. O credor de última instância deve existir mas deve agir de forma estratégica para incutir cautela nos outros especuladores. Assim, a oferta monetária deve ser fixa no longo prazo e elástica durante crises de curto prazo.  | Substituição do dólar como moeda internacional por uma outra moeda nacional, além da emergência de um sistema abrangente de taxas fixas (dólar, marco alemão ou Ecu, talvez o cruzeiro brasileiro) ao qual outras moedas se vinculariam.  |

|                          |   |   |   |  |   |  |
|--------------------------|---|---|---|--|---|--|
| <b>Susan Strange</b>     | Foi um diagnóstico exagerado dos teóricos da TEH. O poder estrutural dos EUA continuou proeminente nas quatro estruturas, ganhando força com a desregulamentação financeira a partir da década de 1970. | O uso do dólar confere aos EUA controle sobre o crédito e a estrutura financeira mundial, expondo uma das dimensões de seu poder no sistema internacional. Com a mudança para taxas de câmbio flutuantes e os cassinos globais, a volatilidade do câmbio e dos juros tem grande influência das políticas estadunidenses e sérias consequências para o resto do mundo. | O controle sobre os instrumentos monetários e financeiros pode ser usado como uma ferramenta de poder e influência: a capacidade de emitir moeda, estabelecer taxas de câmbio e controlar os fluxos financeiros pode ser utilizada para promover interesses políticos da potência hegemônica, que mais explora do que gerencia o sistema. | Inconsistência e imprevisibilidade do sistema político americano (dicotomia entre liberalismo e realismo / interesses nacionais de curto prazo ao invés de longo prazo). Deu origem aos cassinos globais, aumento das incertezas e da volatilidade. Além disso, acentua a perda de controle dos Estados sobre os mercados. | Os EUA devem agir para trazer o mínimo de previsibilidade e estabilidade para o sistema financeiro e monetário internacional e exercer uma hegemonia sábia sobre a economia mundial (garantindo a estabilidade do dólar e da gestão econômica interna). Além da criação de um novo sistema bancário regulamentado e o fim dos paraísos fiscais. | O sistema financeiro internacional carece de uma liderança benigna. Parece não haver predisposição dos EUA em assumir esse papel. A mudança depende de preferências políticas, que só serão alteradas depois que o dinheiro ficar ainda mais louco.  |
| <b>Benjamin J. Cohen</b> | Os EUA não estão mais em uma posição de hegemonia, e não há um país pronto para assumir essa responsabilidade. Por isso, o problema da coerência só pode ser resolvido por um sistema de negociação.    | A diversificação natural das carteiras não diminui o poder do dólar, seu uso ainda promove <i>status</i> e prestígio; oportunidades de senhoriação; influência política; estabilidade política, etc. Os EUA não vão desfrutar dos benefícios do dólar para sempre mas não há nenhum substituto totalmente qualificado para o dólar.                                   | Com a nova geografia monetária, as moedas se tornaram efetivamente desterritorializadas e o poder monetário antes monopolizado pelo Estado foi redistribuído entre as forças de mercado.  | O fim da conversão dólar-ouro representou o colapso total da ordem monetária internacional, o sistema não contava mais com alguma forma de controle estabilizador - gerou o problema da coerência: a falta de um sistema acordado para garantir que os objetivos de política externa dos governos sejam compatíveis.       | EUA possuem responsabilidade de liderança, mas devem conduzir uma liderança sem hegemonia. A nova ordem monetária internacional deve envolver mais negociação e pluralismo. Além disso, cabe ao FMI promover novas regras que regulem o “problema” dos petrodólares.  | Não haveria nenhum substituto totalmente qualificado para o dólar, mas sim a tendência de diversificação natural das carteiras de investimento (marco alemão, iene, etc.), mas o papel do dólar na pirâmide monetária global permanecerá importante. |

|                          |  |   |   |  |  |  |
|--------------------------|--|---|---|--|--|--|
| <b>Eric Eichengreen</b>  | Apesar de não argumentar explicitamente sobre isso na bibliografia levantada, questiona a TEH: mesmo nos momentos de proeminência de um país individual na economia e no sistema monetário internacional, ainda sim o sistema se baseava fundamentalmente na cooperação internacional. | Embora Eichengreen não trate especificamente do papel do dólar na bibliografia utilizada, fica evidente sua visão de que a política monetária dos EUA (em decorrência do papel do dólar) pode gerar perturbações que eclodiram em dificuldades financeiras nos EUA e nos países em desenvolvimento. | As economias de maior participação na economia mundial são as únicas capazes de aguentarem a flutuação do câmbio umas contra as outras, enquanto as economias menores seriam beneficiadas com uma espécie de extinção de suas próprias taxas de câmbio.   | Dado os três pré-requisitos para a estabilidade de um arranjo monetário internacional, o pós-Bretton Woods mostrou inadequação na adesão de regras monetárias robustas e a cooperação internacional não foi suficiente para conter as pressões de mercado.                           | Cooperação internacional e um credor de último recurso, além da intensificação da regulamentação dos setores financeiro, cambial e bancário. Um sistema monetário internacional com capacidade de ajustamento de preços relativos, adesão de todos os participantes a regras monetárias robustas e habilidade para conter pressões de mercado. | Formação de três zonas monetárias centradas nos EUA, no Japão e na Europa Ocidental de câmbio flutuante, enquanto os países menores adotarão a unificação monetária.   |
| <b>Jonathan Kirshner</b> | Apesar de não tratar do debate sobre a queda da hegemonia norte-americana, argumenta que com o fim de Bretton Woods os EUA ficaram menos limitados e mais poderosos para exercer a manipulação monetária embora as oportunidades de dependência monetária tenham sido reduzidas.       | O sistema dólar é visto como um dos três níveis de dominação monetária exercida pelos EUA. Junto a isso, as práticas de dolarização parcial e principalmente total de uma economia aumentam significativamente sua vulnerabilidade contra investidas de poder monetário dos EUA.                    | As relações cambiais entre os Estados podem ser utilizadas como instrumento de poder e coerção no sistema internacional. O poder monetário e a manipulação cambial podem influenciar os países a mudarem suas políticas cambiais, alinhando-se às expectativas do país agressor. Quanto mais atores detiverem o poder monetário, maior será a importância do poder monetário. | Parte da ideia de que as crises cambiais e financeiras devem ser analisadas considerando o poder monetário sistematicamente, pois o regime, a robustez da cooperação e as consequências distributivas do sistema monetário internacional moldam as práticas de diplomacia monetária. | Não nos parece explícito uma análise normativa do sistema monetário internacional. O que o autor argumenta é que o poder monetário pode ser maléfico e prejudicar a independência cambial nos países-alvo.   | O poder monetário tenderá a estender-se dos EUA para outros países com a criação de novos sistemas monetários, centrados no dólar, no iene e no marco. Os Estados perderão o controle sobre as moedas nacionais e a manipulação monetária dependerá da manipulação do mercado, pois a exposição às forças do mercado deixarão os Estados mais vulneráveis à manipulação cambial. |

Fonte: Elaborado pelo autor

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Economia é uma ciência social, e o seu nome original tem que ser restabelecido: era Economia Política. Era assim que se chamava no tempo do Adam Smith, do Ricardo etc. Então tem que voltar a essa ideia. Tem que aprender história, se não aprender história, não é capaz de juntar [...] Acerta aquele que tem talento para fazer política monetária, porque os modelos não resolvem [...] Não é apenas Economia Política. Não vale a pena ser economista se você não achar que tem que dar alguma contribuição da tua profissão, com a tua dignidade, com teu esforço, com teu talento para o desenvolvimento deste país. E se você não se preocupar com o povo brasileiro, realmente meu bem [...] (Tavares, 2010)<sup>64</sup>

Repensar a EPI a partir do Brasil é um esforço não tão grande, se levarmos em consideração a rica tradição brasileira a partir das Teorias da Dependência e da CEPAL. Por outro lado, a superação de desafios teóricos e metodológicos que norteiam as RI como campo acadêmico altamente influenciado pela academia estadunidense e britânica é um processo mais custoso e prolongado. Isso é refletido na nossa exposição sobre o sistema monetário internacional e o papel do dólar: apesar da clara relação entre os escritos de Tavares e a EPI nortista, suas contribuições não são consideradas dentro do escopo da EPI (e conseqüentemente das RI), mas sim da Economia. No entanto, como desconsiderá-la de um debate que prega a interdisciplinaridade? Não é exatamente isso o que Tavares estava fazendo? Como pensar o desenvolvimento brasileiro sem se dotar de premissas econômicas, sociais, internacionais, etc.? Esta ponte não é uma escolha, é uma condição. É esta mensagem que Tavares passa na passagem que introduz nossa conclusão.

Como foi apresentado, Tavares nunca deixou de considerar a interação da economia brasileira com o exterior, desde a fase de substituição de importações até a adoção das diretrizes do Consenso de Washington, porque essa nunca foi uma opção. A imposição de um regime de acumulação limitado e dependente às economias latino-americanas, como observado a partir da diplomacia do dólar forte, é uma nova fase do capitalismo mundial que continua a privar a maioria dos países de atingir desenvolvimento e igualdade. Deste modo, podemos avaliar sua originalidade e papel dentro das Relações Internacionais no Brasil a partir daquilo que lhe é mais caro: o povo brasileiro. Em outras palavras, trazer as contribuições de Tavares não para simplesmente dialogar, mas compor a EPI no Brasil (assim como é imprescindível que consideremos vários outros autores que não compuseram esta monografia) é um passo fundamental para deselitizar a disciplina, passar a olhar para os

---

<sup>64</sup> Essa fala de Tavares foi retirada de sua participação no programa Agenda Econômica da TV Senado em 2010. A referência utilizada não é o canal oficial, mas sim de um usuário comum do Youtube. Curiosamente, os vídeos disponíveis sobre esse mesmo programa estão disponíveis no Youtube e no site oficial da TV Senado, no entanto, o bloco final da entrevista (que seria o quarto) não existe em amplas plataformas.

autores brasileiros como reflexo da própria realidade, e, por conseguinte, como voz de um país de periferia enquanto país de periferia, sem a necessidade de buscar em discursos externos a definição daquilo que se é.

O compromisso com o desenvolvimento socioeconômico de seu país é a grande motivação de Tavares para estudar economia e, como chegou, economia política internacional. Desta forma, sua maior contribuição para a EPI foi expandir sua problematização do desenvolvimento da economia brasileira para o plano geopolítico e geoeconômico, buscando respostas para combater a dependência e a inação diante da política monetária dos Estados Unidos. Sua voz entra no debate da EPI como uma *outsider* apesar de tratar dos mesmos fenômenos e conceitos, mas sua proposta é de reação e contestação. Não está na cooperação internacional ou na postura de Washington a solução para a instabilidade financeira global, seu ponto de partida é a conscientização política dos efeitos hegemônicos da potência dominante para, assim, agir em resistência a eles.

De nada adianta conhecer todas as teorias e aplicações das Relações Internacionais sem aplicá-las no mundo real, mais que o mundo real, em seu próprio país. O que Maria da Conceição faz é trocar o foco de um debate centrado na academia estadunidense e britânica para a realidade brasileira, inspirando-se neles, seja para concordar ou criticar, mas fazendo aquilo que é imprescindível para dormir de consciência limpa: buscar meios de alcançar uma nação mais democrática e igualitária. A importância de Kindleberger, Strange, Cohen, Eichengreen, Kirshner e tantos outros para compreender a dinâmica do sistema monetário internacional é inquestionável para um internacionalista. Ao mesmo tempo, a importância de Maria da Conceição Tavares para um internacionalista brasileiro é maior ainda. Economia e relações internacionais se complementam e se fundem. Os dois lados não são excludentes entre si, na verdade podem ser muito próximos, e é por isso que se faz tão presente a necessidade de unir esses diálogos, criando pontes para um campo mais interdisciplinar e mais comprometido com o povo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- Aglietta, Michel. O Sistema Monetário Internacional: em busca de novos princípios. **Economia e Sociedade**, v.4, n.1 (4), p.127-150, 1995. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-4-n-1-f-4-p-1-182-jun-1995>. Acesso em: 29 out. 2023.
- Barbosa, Glaudionor Gomes; Martins, André Luiz de Miranda. Maria da Conceição Tavares e os impasses do desenvolvimento econômico brasileiro entre os anos 1970 e 1980. **Mundo em Desenvolvimento**, v.2, n.6, p.72-88, 2021. Disponível em: [https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/article/view/94](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/94). Acesso em: 18 out. 2022.
- Berkeley Economics. **Barry Eichengreen**. Online. 2023. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~eichengr/index.shtml>. Acesso em: 5 out. 2023.
- Bordo, Michael D. The Classical Gold Standard: Some Lessons for Today. *In*: Schwartz, Anna (ed.). **Commodity Monies**. New York: Edward Elgar Publishing, 1992. Disponível em: <http://qed.econ.queensu.ca/pub/faculty/keayi/232links/232read/Bordo92.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.
- Boston College [Political Science Faculty]. **Jonathan Kirshner**. Online. 2023. Disponível em: <https://www.bc.edu/bc-web/schools/morrissey/departments/political-science/people/faculty-directory/jonathan-kirshner.html>. Acesso em: 19 set. 2023.
- Castelo, Ana Lúcia Schmidt; Campos, Claudia Maria Abreu. A interdisciplinaridade de Maria da Conceição Tavares: Um olhar decolonial. *In*: Congresso de Administração e Contabilidade, 11., 2020, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.adcont.net/index.php/adcont/adcont2020/paper/view/3806>. Acesso em: 18 out. 2020.
- Cohen, Benjamin J. **International Political Economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. **The Geography of Money**. New York: Cornell University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. The Political Economy of Monetary Reform Today. **Journal of International Affairs**, v. 30, n.1, 1976, p.37-50. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24359506>. Acesso em: 15 set. 2023.
- Eichengreen, Barry. Hegemonic Stability Theory and Economic Analysis: Reflections on Financial Instability and the Need for an International Lender of Last Resort. **CIDER Working Paper C96-080**, 1996. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/7g49p8kj>. Acesso em: 5 out. 2023.
- \_\_\_\_\_. Hegemonic Stability Theories of the International Monetary System. *In*: Frieden, Jeffrey A.; Lake, David A. **International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth**. 4 ed. London: Routledge, 2003 [2000].

\_\_\_\_\_. História e reforma do sistema monetário internacional. **Economia e Sociedade**, v.4, n.1 (4), 1995, p.53-78. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-4-n-1-f-4-p-1-182-jun-1995>. Acesso em: 5 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Exchange Rate Stability and Financial Stability. **Open economies review**, v.9, suplemento 1, 1998, p.569-607. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008373022226>. Acesso em: 5 out. 2023.

Eichengreen, Barry; Wyplosz, Charles. What Do Currency Crises Tell Us About the Future of the International Monetary System?. **CIDER Working Paper C95-057**, 1995. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/233418/>. Acesso em: 5 out. 2023.

Feitosa, Vanessa H.; Carvalho, L. E. M. de.; et al. Decolonialidade na Economia Brasileira - À Luz de Maria da Conceição Tavares. In: CASI - Congresso de Administração, Sociedade e Inovação, 11., 2018, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337230162\\_Decolonialidade\\_na\\_Economia\\_Brasileira\\_-\\_A\\_Luz\\_de\\_Maria\\_da\\_Conceicao\\_Tavares](https://www.researchgate.net/publication/337230162_Decolonialidade_na_Economia_Brasileira_-_A_Luz_de_Maria_da_Conceicao_Tavares). Acesso em: 18 out. 2022.

Fernández, V. L. Reflexiones femeninas sobre el pensamiento económico latinoamericano de la CEPAL. **Cuadernos de Economía**, Bogotá, v. 40, n. 84, p. 853-874, 2021. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/88471>. Acesso em: 18 out. 2022.

Fiori, José Luís. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**, n.50, 2000, p.207-242. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yRVB8XfmhvgmkMQq7Tvgvsvy/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

Franco, H.; Chacon, P. O capitalismo monopolista. In: Franco, Hilário; Chacon, Paulo. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1978.

Gomes, Glória Estevinho. Maria da Conceição de Almeida Tavares: Um estudo sobre uma mulher de valor. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 7, n. 1, p.49-66, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/81610/43960>. Acesso em: 18 out. 2022.

Helleiner, Eric. **States and the reemergence of global finance**: from Bretton Woods to the 1990s. New York: Cornell University Press, 1994.

Herz, Mônica. O crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v.24, n.1, 2002, p.7-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dTq3jbQQtT7DgRDjx65Pwgt/>. Acesso em: 26 out. 2023.

Hobson, John M. Part 1 – Revealing the Eurocentric foundations of IPE: A critical historiography of the discipline from the classical to the modern era. **Review of international political economy**, v.20, n.5, 2012, p.1024-1054. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2012.733498>. Acesso em: 26 out. 2023.

Jatobá, Daniel. Los desarrollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. **Relaciones Internacionales**, n.22, 2013, p.27-46. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/3101190/Los\\_desarrollos\\_acad%C3%A9micos\\_de\\_las\\_Relaciones\\_Internacionales\\_en\\_Brasil\\_elementos\\_sociol%C3%B3gicos\\_institucionales\\_y\\_epistemol%C3%B3gicos](https://www.academia.edu/3101190/Los_desarrollos_acad%C3%A9micos_de_las_Relaciones_Internacionales_en_Brasil_elementos_sociol%C3%B3gicos_institucionales_y_epistemol%C3%B3gicos). Acesso em: 26 out. 2023.

Kindleberger, Charles P. Dominance and Leadership in the International Economy: Exploitation, Public Goods, and Free Rides. **International Studies Quarterly**, v.25, n.2, Symposium in Honor of Hans J. Morgenthau, 1981, p. 242-254. Disponível em:  
[https://www.jstor.org/stable/2600355?read-now=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2600355?read-now=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 01 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises**. London: The Macmillan Press Ltd., 1978.

\_\_\_\_\_. The Dollar Yesterday, Today, and Tomorrow. **PSL Quarterly Review**, v.38, n.155, 1985. Disponível em:  
[https://rosa.uniroma1.it/rosa04/psl\\_quarterly\\_review/article/view/10803](https://rosa.uniroma1.it/rosa04/psl_quarterly_review/article/view/10803). Acesso em: 01 out. 2023.

Kirshner, Jonathan. **Currency and Coercion: The Political Economy of International Monetary Power**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995. [Apple Books].

Krugman, P.R.; Obstfeld, M.; Melitz, M.J. **Economia Internacional**. [tradução de Ana Julia Perrotti-Garcia]. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

Lessa, Antônio C. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.2, 2005, p.1-16. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/kRyJhrcPFyHtmjKfRTF5MNP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

London School of Economics and Political Science. **Susan Strange: World-leading thinker on international political economy (BSc Econ 1943)**. Online. 2023. Disponível em:  
<https://www.lse.ac.uk/about-lse/lse-leading-women/biographies/susan-strange>. Acesso em: 20 set. 2023.

Mariutti, Eduardo Barros. Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo. Campinas, **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, Campinas, n. 218, abr. 2013. Disponível em:  
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3267/TD218.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

Mateos, I.; Duttagupta, R.; Goyal, R. The Debate on the International Monetary System. **IMF Staff Position Note**, 2009. Disponível em:

[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3147836](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3147836). Acesso em: 29 out. 2023.

Mehrling, Perry. **Money and empire**: Charles P. Kindleberger and the Dollar System.

Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Melo, Hildete Pereira de. Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas.

**Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 24, p. 237-243, 2019. Disponível em:

<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/396/pdf>.

Acesso em: 18 out. 2022.

Moura, Ernesto Augusto. **A atualidade da produção teórica de Maria da Conceição Tavares**.

2013. 199 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9207>. Acesso em: 18 out. 2022.

Natal, Jorge L. A. Império norte-americano e território no Brasil dos 80's E 90's: Uma leitura inspirada em Maria da Conceição Tavares. **EURE**, Santiago, v.28, n.84, p.117-131, 2002.

Disponível em:

[https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400007&script=sci_arttext). Acesso em: 18 out. 2022.

Ramos, Leonardo; Scotelaro, Marina. O Estado da arte da Economia Política Internacional no Brasil: possibilidades para se pensar (e praticar) uma EPI a partir de baixo. **Desafios**, v.30, n.2, 2018, p.127-157. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/desa/v30n2/0124-4035-desa-30-02-00127.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

Santos, Fabio Padua dos. Os dilemas da economia brasileira na evolução do pensamento de Maria da Conceição Tavares. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v.13, n.1, 2011, p.133-163. Disponível em:

[https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3120/12\\_Fabio\\_Padua.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3120/12_Fabio_Padua.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

Strange, Susan. **Casino Capitalism**. Manchester: Manchester University Press, 1997 [1986].

\_\_\_\_\_. **Mad Money**. Manchester: Manchester University Press, 2016 [1998]. [Apple Books].

\_\_\_\_\_. **States and Markets**. 2 ed. London: Continuum, 1994 [1988].

\_\_\_\_\_. The Persistent Myth of Lost Hegemony. **International Organization**, v.41, n. 4, 1987, p.551–574. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706758>. Acesso em: 20 set. 2023.

Tavares, Maria da Conceição. A gangorra das moedas e as contradições da Nova Ordem. **Lições Contemporâneas**, 21ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de agosto de 1997.

\_\_\_\_\_. A retomada da hegemonia norte-americana. *In*: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luís (org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 [1985], p.27-53.

\_\_\_\_\_. Acerto de contas. **Lições Contemporâneas**, 34ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 07 de março de 1999.

\_\_\_\_\_. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, IE, 1998 [1974]. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Acumulacao-de-capital-e-industrializacao-no-Brasil1.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. Aos que ainda não tem voz: falem!. **Lições Contemporâneas**, 43ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de novembro de 1999a.

\_\_\_\_\_. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: Tavares, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. 10 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 [1963], p.27-124.

\_\_\_\_\_. **Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, IE, 1998 (30 Anos da Unicamp) [1978]. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Ciclo-e-crise.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. Globalização e o Estado nacional. **Lições Contemporâneas**, 22ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de outubro de 1997a.

\_\_\_\_\_. Natureza e contradição do desenvolvimento financeiro recente. *In*: Tavares, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. 10 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 [1971], p.209-263.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento - o caso do Brasil. *In*: Tavares, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre a economia brasileira. 10 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 [1967], p.125-152.

\_\_\_\_\_. O consenso e o dissenso de Washington. **Lições Contemporâneas**, 3ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 03 de outubro de 1993.

\_\_\_\_\_. O impasse brasileiro. **Lições Contemporâneas**, 36ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 09 de maio de 1999b.

\_\_\_\_\_. **Recado de Maria da Conceição Tavares para os jovens economistas**. Vídeo Online. Publicado pelo canal Renan Merlone. 5 dez. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FebPPRNtBAU>. Acesso em: 29 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Visões da crise. **Lições Contemporâneas**, 33ª ed., Folha de São Paulo, São Paulo, 3 de janeiro de 1999c.

\_\_\_\_\_ ; Melin, Luiz Eduardo. Pós escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. *In*: Tavares, Maria da Conceição; Fiori, José Luís (org). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 [1997], p.55-86.

\_\_\_\_\_ ; Serra, José. Além da estagnação. *In*: Tavares, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. 10 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 [1970], p.153-207.

UC Santa Barbara [Department of Political Science]. **Benjamin J. Cohen**. Online. 2023. Disponível em: <https://www.polsci.ucsb.edu/people/benjamin-j-cohen>. Acesso em: 18 set. 2023.

Vernengo, Matías. **Más Allá de la Economía Vulgar: Maria da Conceição Tavares y la Economía Heterodoxa**. 2022. Disponível em: [https://www.academia.edu/73480616/M%C3%A1s\\_All%C3%A1\\_de\\_la\\_Econom%C3%ADa\\_Vulgar](https://www.academia.edu/73480616/M%C3%A1s_All%C3%A1_de_la_Econom%C3%ADa_Vulgar). Acesso em: 18 out. 2022.